

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



S U M Á R I O

4 • Será que é desta? • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

6 • Desafios das transferências do saber • Fernando Guerra e Jorge Figueira

8 • Comunicar é preciso • Pedro Manuel Saraiva

OFICINA DOS SABERES

A c t u a l

11 • Congresso de Jovens Geocientistas – os “novos” actores num planeta em mudança

12 • Exploratório Infante D. Henrique: dez anos; e agora?

14 • Arqueologia Naval – das lendas à investigação, também na UC

16 • Associação de Estudantes São-tomenses em Portugal: “Santomensidão” reunida em Coimbra

I m p r e s s õ e s

18 • S. Tomé: no meio do mar, a meio da Terra • Maria Helena Henriques

20 • Caminhos do Cinema Português: um evento, uma cidade, um país, uma cultura • Vítor Ferreira

22 • Dos espólios às colecções • A. E. Maia do Amaral

24 • Obesidade infantil: um problema que também fala português • Cristina Padez

26 • O sorriso do choupo – madeiras e obras de arte • António Gouveia e Cristina Nabais

28 • José Almiro Menezes e Castro - *in memoriam* • Isabel M. Almeida Fonseca

30 • Senghor em Portugal ou três mitos revisitados • Sérgio Neto

B r e v e s

R i b a l t a

33 • Instituto de Estudos Jornalísticos da FLUC: doze anos de ensino, formação e investigação

35 • Os “Náuticos” da AAC: aproveitar o que o rio tem de melhor

37 • Funcionários das Universidades Portuguesas: quinze anos em Associação

38 • Automóvel Club de Portugal – memórias do clube com mais sócios no País

C i ê n c i a R e f l e c t i d a

40 • Sobre a infertilidade • Mário de Sousa e Rosália Sá

A O L A R G O

E n t r e v i s t a

42 • “Em Cuba, a língua foi sequestrada pelo discurso político dominante” • Pedro Marqués de Armas

V i s i t a G u i a d a

49 • Património urbano da UC. Os edifícios do Estado Novo • Nuno Rosmaninho

C r ó n i c a

54 • Chegou o c@rteiro • João Paulo Moreira

R e t r a t o d e C o r p o I n t e i r o

56 • João Montezuma de Carvalho: “Não estava no meu projecto ser pintor”

60 • *Thesaurus* do mar na poesia portuguesa • Paulo Filipe Monteiro

C r i a ç ã o L i t e r á r i a

63 • A haste mais baixa do veado • Vergílio Alberto Vieira

L u g a r d o s L i v r o s

SERÁ QUE É DESTA?

Em todos os textos legais de enquadramento, o sistema de ensino superior português aparece definido como um sistema binário, constituído por dois subsistemas diferenciados: o universitário e o politécnico. Apesar disso, temos hoje, no terreno, um sistema de ensino superior que se aproxima muito mais do modelo unificado. As instituições universitárias e politécnicas propõem cursos com as mesmas designações, planos de estudo idênticos, igual tipo de ensino, ministrado por docentes que se estão a preparar da mesma maneira.

Atrás de uma representação social que, no seu entendimento, de outro modo lhes fugiria, os politécnicos aproveitaram o rescaldo do momento histórico em que o ensino técnico tinha sido imolado na fogueira utópica do ensino único e iniciaram uma migração em direcção ao estatuto de universidade sem curar de saber quem faria o que ficava por fazer. Os verdadeiros responsáveis por esta deriva foram os vários ministros da tutela que ocuparam cadeiras semestrais e com poucos créditos, em governos fracos e sem política definida para o sector.

Esta questão só é verdadeiramente importante, e por isso não me tenho cansado de chamar a atenção para ela, porque a actual falta de técnicos especializados de preparação intermédia é, frequentemente, apontada como uma importante fragilidade das nossas empresas e da nossa economia. Urge, portanto, reconstruir em Portugal a fileira do ensino politécnico, o que só pode ser feito adoptando uma de três vias:

- Atribuir essa responsabilidade aos Institutos Politécnicos, reservando para as Universidades a formação de natureza universitária;
 - Atribuí-la a Universidades e Politécnicos, que dariam indiferenciadamente os dois tipos de ensino;
 - Atribuí-la a um novo conjunto de instituições a criar.
- A terceira via é, obviamente, ridícula. Com uma rede já

FERNANDO SEABRA SANTOS*

demasiado densa, não há justificação, nem recursos, para criar um terceiro subsistema que faria aquilo que o segundo não quer, porque prefere fazer o que o primeiro já faz.

Contra a segunda hipótese se pronunciou recentemente a OCDE, em avaliação ao sistema de ensino superior irlandês, contrariando a tendência unitária que estava a ser seguida, sob influência do vizinho inglês, entretanto arrependido.

Resta encontrar um meio que permita a partilha equilibrada de responsabilidades entre universidades e politécnicos, de forma a que nenhum dos subsistemas se sinta subvalorizado e a que nenhum dos profissionais se sinta socialmente desconfortável ou discriminado.

Tenho falado, a este propósito, na criação de Regiões Académicas formadas numa base regional por Universidades e Politécnicos, dotadas de capacidade de investimento para promover a racionalização e a transferência estudantil que, sem perda de identidade e de autonomia das instituições que nelas se incluem, decidam entre si a distribuição das responsabilidades de formação do ensino universitário, entregando-o às Universidades, e do ensino politécnico, entregando-o aos Politécnicos.

A inevitabilidade desta orientação parece-me evidente. Mais cedo ou mais tarde, e provavelmente logo depois de conhecido o relatório que a OCDE está a preparar sobre o nosso sistema de ensino superior, haverá que tomar decisões. É, por isso, importante que as instituições dialoguem de forma a perspectivar uma nova fase de ordenamento da oferta educativa e de racionalização dos recursos públicos. Alguns indícios são auspiciosos. Será que é desta?

* Reitor da Universidade de Coimbra

reitoria em movimento

DESAFIOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO SABER

Nos últimos três anos, após uma fase de alinhamento claro de discursos e orientações estratégicas dos vários agentes da nossa sociedade em torno das políticas de inovação enquanto motor do desenvolvimento económico, começam finalmente a sentir-se os resultados concretos de algumas iniciativas catalisadoras que têm permitido passar do discurso a acções concretas. São decerto iniciativas ainda incipientes e que necessitam de consolidação, algumas promovidas pelo sector público, outras ainda por privados. Duas das iniciativas cruciais que têm dado em Portugal os primeiros passos prendem-se com a criação e instalação dos GAPI – Gabinetes de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial, estruturados numa rede nacional coordenada pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) – e com os gabinetes de transferência de conhecimento. Inicialmente instalados por decisão estratégica de algumas universidades, neste momento vão beneficiar de apoio estatal através da iniciativa OTIC – Oficinas de Transferência de Tecnologia e Conhecimento, o que permitirá nalguns casos reforçar a estrutura e a oferta dos gabinetes já existentes e, noutros, possibilitar a sua criação junto de estabelecimentos de ensino superior que ainda não dispõem deste tipo de serviços.

De facto, a experiência dos dois anos e meio de actividade no Gabinete de que somos directamente responsáveis na Reitoria da UC, o GATS•UC – Gabinete de Apoio às Transferências do Saber da Universidade de Coimbra – tem provado (como aliás já acontecera nos países mais desenvolvidos) que este tipo de estruturas, leves e ágeis, de promoção do encontro e aproximação entre a procura e oferta do conhecimento, mais do que necessários, são um importantíssimo e incontornável nó na rede nacional de inovação que fará certamente parte da *shortlist* de agentes que moldarão hoje o que será o nosso país daqui a 20 ou 30 anos. Dizemo-lo não apenas por convicção, mas porque assim o demonstram o resultado das actividades do GATS•UC, com as mais de 40 parcerias entre agentes da sociedade e as dife-

FERNANDO GUERRA *

JORGE FIGUEIRA **

rentes unidades de I&D ligadas à UC ou ainda os bons resultados que tem atingido na vertente de sensibilização da comunidade para as questões relacionadas com o empreendedorismo. Neste particular, importa destacar o papel de relevo que tem assumido o curso de empreendedorismo de base tecnológica, que nas suas duas edições contou já com o envolvimento de cerca de 150 participantes de natureza diversa (investigadores e docentes, recém-licenciados, quadros de empresas, *venture capital* e *business angels*), que desenvolveram em equipa 22 planos de negócio baseados em tecnologias experimentadas e amadurecidas em unidades de I&D das universidades, três dos quais se perspectiva que dêem lugar à criação de empresas.

DESAFIOS DOS PRÓXIMOS TEMPOS

Olhando para os anos vindouros, novos e maiores desafios se colocam, igualmente cruciais para o sucesso do desenvolvimento económico do nosso país.

O sistema científico nacional, em geral, e particularmente a UC, têm apostado em criar não apenas estruturas de interface mas igualmente uma receptividade, uma atitude e uma cultura de abertura e de envolvimento de toda a comunidade universitária no relacionamento e na interacção com a sociedade e com as empresas para promoção da inovação, sempre numa abordagem de benefícios mútuos. Tem sido um esforço enorme e exigente, mas que tem gerado bons casos de sucesso. Não há evidências de que tenha existido, da parte de quem de direito, um esforço recíproco para uma aproximação da área das empresas às principais fontes de produção do saber do nosso país. Os casos de sucesso e de abertura empresarial à inovação que todos nós conhecemos são sempre, ainda e infelizmente, as excepções a esta regra. A bola está aqui, claramente, do lado das empresas. Numa realidade global, não faz qualquer sentido pensar localmente. As unidades de transferência do conheci-

mento deverão ter esta regra bem presente. Nesse sentido, gostaríamos de destacar o envolvimento da nossa universidade, através do GATS•UC, no projecto *Tech SME Partnering – Clustering Converging Tech Transfer Projects and Innovative SMEs across 10 regions*, que visa identificar 200 projectos de I&D passíveis de serem transferidos para 200 PME inovadoras (também a identificar) que procurem desenvolver novas oportunidades de negócio, promover a inovação ou reforçar as suas competências tecnológicas num ambicioso processo de *screening* em dez regiões da Europa.

Um último ponto que pensamos ser importante e oportuno destacar prende-se com (a nacional dificuldade com) o trabalho em rede. Numa altura em que irão ser criadas/reforçadas 16 unidades de transferência de conhecimento em vários estabelecimentos de ensino

superior em Portugal, haverá a natural tendência para o desenvolvimento de esforços isolados. Consideramos que esta é uma visão míope. Não vislumbramos a possibilidade de duas unidades de transferência de duas universidades diferentes competirem tentando transferir a mesma tecnologia e desiluda-se quem pense que uma empresa inovadora vai desejar qualquer tipo de exclusividade com uma universidade. Da nossa parte e da parte da UC, estamos conscientes de que seremos tão mais fortes quanto mais conseguirmos trabalhar em rede, maximizando o potencial das competências específicas de cada universidade, nacional e internacionalmente.

* Pró-Reitor para a Prestação de Serviços Especializados,
Ligação ao Exterior e Gestão da Inovação e da Qualidade

**Coordenador Executivo do GATS•UC



O exercício da missão universitária, numa óptica contemporânea, não pode ser plenamente alcançado sem uma forte aposta em múltiplas vertentes de comunicação. Conscientes desta realidade, e dentro da prioridade assumida em anos recentes de reforço de abertura e relacionamento com a sociedade, foi criado no seio da Universidade de Coimbra, enquanto projecto especial directamente dependente da Reitoria, o Gabinete de Comunicação e Identidade (GCI), através de despacho reitoral de 13 de Janeiro de 2005. Esta recente estrutura visa reforçar a capacidade de resposta disponível, de forma profissional, no domínio da comunicação institucional, tendo por missão “contribuir para a melhoria permanente e evolução da Universidade de Coimbra, através da comunicação interna/externa e da promoção da sua identidade, em torno das linhas de orientação definidas pelos dirigentes de topo da instituição”, e que contemplam os seguintes eixos principais de cobertura, centrados numa perspectiva comum de inovação: actividade académica e de investigação, abertura ao exterior, interacção com o meio, procura de eficiência e património.

DESTINATÁRIOS E LINHAS DE ACÇÃO

Assumindo responsabilidades tanto nas vertentes de comunicação interna como de comunicação com o meio exterior, o GCI existe para servir diferentes tipos de partes interessadas, nomeadamente actuais e antigos alunos, comunicação social, empresários e empresas, potenciais futuros alunos, professores e investigadores, trabalhadores não-docentes e turistas.

Sem pretendermos ser exaustivos, do plano de actividades e objectivos do GCI para 2006, bem como dos resultados alcançados em 2005, sublinhamos aqui alguns indicadores especialmente significativos (dependentes igualmente dos esforços conjugados

de inúmeros outros membros e estruturas da UC):

- a informação processada pelo GCI no que concerne à presença das universidades portuguesas em meios de comunicação de índole nacional (incluindo televisão, rádio e jornais) mostra que a UC lidera sistematicamente este parâmetro, contabilizando ao longo de 2005 um número total de 3.755 notícias, enquanto que a segunda universidade neste indicador se quedou por 1.067 referências;
- no sentido de reforçar a identidade visual da Universidade de Coimbra, o GCI desenvolve uma estratégia de comunicação, ao nível do *design*, através da produção e edição de publicações, com isso procurando igualmente alcançar melhores desempenhos em termos de indicadores de harmonização da identidade visual;
- o *site* da UC, que se espera ver renovado ao longo de 2006, estima-se que possa vir a ser alvo de 100 milhões de acessos ao longo deste mesmo ano;
- o circuito turístico vai conhecer diferentes evoluções, com a abertura recente de uma nova livraria/loja no átrio de entrada da Biblioteca Geral, concepção e comercialização de diferentes linhas de produtos de *merchandising* e abertura de espaços adicionais para visita (como é o caso da Prisão Académica), apontando-se para um total de 170 mil bilhetes emitidos em 2006;
- os esforços de informação/divulgação junto de alunos do ensino secundário, suplementarmente aos efectuados pelas diferentes faculdades, com envio pelo GCI de 25 mil exemplares de documentação para estabelecimentos de ensino, visitas físicas a 50 deles e criação de um circuito educativo de apresentação da UC, vida estudantil e oferta de cursos que vai abranger mais de mil alunos que nos visitaram ou irão visitar brevemente. Será igualmente concretizada uma campanha publicitária em jornais, com vantagens económicas significativas também para todas as faculdades que se disponibilizaram para conjuntamente com o GCI dar corpo a esta iniciativa.

COMUNICAÇÃO INTERNA E COM EX-ALUNOS

Duas áreas em particular irão ser criadas e/ou consolidadas. A primeira é a área da comunicação interna, no âmbito da qual está a ser desenvolvido e implementado um plano integrado de comunicação, fortemente assente em meios informáticos, de modo a fazer circular informação de modo célere e com eficácia, junto de todos os potenciais interessados, a partir de bases de dados de endereços de correio electrónico convenientemente geridas. A concepção e distribuição da agenda da Universidade de Coimbra para 2006 situa-se dentro desta linha de actividade. Adicionalmente, e ainda que com total autonomia editorial e desde o primeiro número com encargos totalmente cobertos pelas receitas por si geradas, foi lançado em Março o número inaugural do Jornal da Universidade. A segunda área consiste numa aposta determinada de construção e desenvolvimento de relações com ex-alunos da UC. Acreditamos estarem reunidas todas as condições para que a nossa universidade venha a ocupar posição de relevo em Portugal na construção deste tipo de ligações, a partir de uma estrutura de apoio necessariamente leve mas muito profissional. De momento, qualquer ex-aluno que queira dirigir-se a nós pode fazê-lo desde já, através do endereço de correio electrónico encontros@uc.pt.

Através de processos de comunicação onde é ora emissor ora receptor, o GCI encontra-se à inteira disposição da comunidade universitária para ajudar a produzir notícias, divulgar projectos de investigação, dar a conhecer eventos, e/ou fazer circular informação aos mais variados níveis. Basta para tal que nos contactem, em função das necessidades específicas de cada situação, de acordo com a estrutura e os contactos indicados na caixa deste artigo.

Ficamos a aguardar as vossas notícias, opiniões e desafios, na certeza de que todos somos responsáveis diariamente pela comunicação, identidade e modo como somos percebidos dentro e fora da universidade. O mote adoptado pelo GCI procura reflectir a importância que hoje em dia não pode deixar de se encontrar associada aos processos de comunicação, aos quais a Universidade de Coimbra não deve ficar alheia (“Penso, Actuo e Comunico, Logo Existo!”), na justa medida em que pretende rejuvenescer-se e reforçar o seu sucesso em cada dia que passa.

* Pró-Reitor para a Comunicação e Identidade



Ana Goulão [RPP], 239859843, agoulao@ci.uc.pt • Ilídio Pereira [IVE], 239853111, ilidiobp@ci.uc.pt • Isabel Gomes [Alumni], 962401493, isabelgomes@ci.uc.pt • Marta Rio-Torto, Comunicação Interna, 239859819, msa@ci.uc.pt • Pedro Manuel Saraiva [Pró-Reitor], 239859890, pas@ci.uc.pt • Pedro Santos [AMC], 239859809, pedro.santos@ci.uc.pt • Rafael Agostinho [Coordenação], 239859895, ragostinho@ci.uc.pt

oficina
Dos Saberes



CONGRESSO DE JOVENS GEOCIENTISTAS OS “NOVOS” ACTORES NUM PLANETA EM MUDANÇA

A sala do auditório da Reitoria estava praticamente cheia quando, pouco depois das 9h30 de 30 de Março passado, Mariana Lima declarou abertos os trabalhos. Até aqui, nada de estranhar, ou não estivéssemos na sala maior das reuniões científicas da Universidade de Coimbra. Olhando melhor para a mesa e para o público, aí começava a estranheza. Pouca gente com mais de 16, 17 anos preenchia as cadeiras do auditório. E muita com cerca de 12, 13 anos.

Afinal, um cenário adequado ao I Congresso “Jovens Cientistas, Actores na Sustentabilidade de um Planeta em Mudança”. Organizado pelo Departamento de Ciências da Terra da FCTUC, este encontro de dois dias teve como objectivo explícito “intensificar sinergias entre as comunidades escolares de todos os níveis de ensino e a comunidade científica”. Tal pode ler-se no livro de resumos do Congresso, pois nenhum pormenor foi deixado ao acaso: encontram-se nesta publicação 67 artigos feitos pelos alunos participantes no evento, seguindo as normas da comunidade científica “a sério”: nome dos autores, palavras-chave e até lista completa dos participantes no final do livro – ao todo, quase 300 adolescentes com presença registada.

COMUNICAÇÕES, POSTERS E CONFERÊNCIAS

Mas voltemos ao auditório para espreitar a primeira comunicação da manhã. Três alunos do 8º ano da Escola EB 2/3 Inês de Castro apresentaram, a três vezes, os resultados da sua investigação intitulada “E da rocha nasceu...”. Paulo, Rui e Ruben andaram pela escola à descoberta dos materiais utilizados para fazer as instalações e descobriram que a maior parte deles eram fabricados a partir de vários tipos de rochas. A ideia foi de uma professora, que os ajudou depois a montar a comunicação durante o período de formação cívica. A maior parte da informação, para além da que resultou da observação directa, veio de livros, revistas e da internet. “Muito nervosos” antes da apresentação das suas conclusões, ficaram a gostar muito desta coisa dos congressos.

O dia continuou com outras comunicações em temas tão diversos como a germinação de sementes de alface em solos da Urgeiriça, o flagelo dos incêndios ou considerações acerca da utilidade ou desvantagens da utilização do cimento.

Houve ainda tempo para duas sessões de apresentação das comunicações em *poster*, apenas algumas entre as muitas que adornaram os

corredores do edifício do auditório, com qualidade de fazer inveja a muitos investigadores adultos.

Três conferências feitas por outros tantos cientistas grandes (porque adultos e porque verdadeiros especialistas) marcaram ainda o primeiro dia de trabalhos. Eduardo Ivo Alves “abriu as hostilidades” traduzindo a Geologia Extra-terrestre aos participantes e atraindo todas as atenções. Vergílio Rebelo falou da importância das geociências nas grandes obras de engenharia; e as actividades pedagógicas e científicas nas geociências foram o tema de Luís F. Neves.

OUTRAS ACTIVIDADES

O primeiro dia encerrou com a apresentação do Grupo Quantunna, a tuna da FCTUC, porque nem só de ciência vive o homem.

O segundo dia de Congresso foi preenchido com uma visita ao Museu da Pedra de Cantanhede, instituição agraciada com o prémio Geo-Conservação 2006, que distingue as estratégias de conservação e valorização do património geológico. Antes disso, houve tempo para algumas paragens estratégicas em vários locais relevantes para as Geociências: o estuário do Mondego e cabo Mondego, além da estação de captação de águas da Figueira da Foz.

Ficou provado que os cientistas não se medem aos palmos e como podem ser bem conseguidas as relações da comunidade científica com outras esferas da sociedade, e da Universidade em geral com os seus potenciais públicos. Já para não falar das lições de sustentabilidade ministradas e aprendidas por todos os participantes.

Um congresso com muitos participantes envolvidos em diversas actividades e mais barulho do que é costume. Para que estes “actores novos” venham a ser “novos actores” quando o futuro se tornar, para eles, presente.

Escolas participantes: EB 2/3 Inês de Castro, EB 2/3 de Cantanhede, EB 2/3 de S. Silvestre, Colégio de S. Teotónio, ES de Vieira do Minho, ES Quinta das Flores, ES Avelar Brotero, ES de Montemor-o-Velho, ES D. Duarte, ES Jaime Cortesão, ES José Falcão e ES Martinho Árias

EXPLORATÓRIO INFANTE D. HENRIQUE DEZ ANOS. E AGORA?

O número 4 da *Rua Larga* publicou um breve historial do Exploratório, pioneiro dos centros interactivos de ciência em Portugal, nó importante da rede nacional de Centros Ciência Viva desde 1998 e membro fundador da associação de museus e centros de ciência de Portugal, mc2P, formada em 2004.

Passaram dez anos sobre a criação e entrada em actividade do Exploratório, uma boa altura para uma avaliação e uma projecção para o futuro. Assinalou-se a data com uma diversidade de eventos, naturalmente voltados para a participação de públicos variados, como é próprio de um centro interactivo. A *Rádio e Televisão de Portugal* (RTP), a *Gradiva Publicações* e os jornais diários *Público*, *Diário de Coimbra* e *As Beiras* deram uma colaboração especial. O concurso dirigido às cerca de cinco mil crianças de Coimbra dos 1º e 2º ciclos permitiu seleccionar e premiar os seis primeiros embaixadores do Exploratório entre os alunos que maior número de adultos conseguiram trazer ao Exploratório durante a primeira quinzena de Novembro. Nos outros dois concursos, também realizados no âmbito do Ano Internacional da Física, os destinatários foram os leitores dos referidos jornais, sendo a ênfase colocada, respectivamente, no papel central do questionamento e na importância do conhecimento acumulado em ciência. Não surpreende que o primeiro prémio de "Perguntar é preciso" tenha sido atribuído a um estudante de pós-graduação em Física. Mas os vencedores do outro concurso, "Exploratório 10 – Einstein... 100", foram tão variados como uma jovem estudante do ensino secundário e um grupo de ferroviários que costuma apostar em conjunto no Totobola e no Euromilhões.

2,4 milhões de euros em numerário e uma estimativa de 1,8 milhões de euros em espécie (destacamento de docentes, tempo de universitários, espaço e infra-estruturas cedidos pela Câmara, etc.), largamente justificando a utilidade pública reconhecida em 2000. Um factor importante para a prestigante razão benefícios/custos reside na concepção própria e na construção própria ou local de toda a exposição permanente do Exploratório e da primeira exposição temporária destinada a itinerância "sentir.com – a comunicação e os 5 sentidos", que, ao longo de um ano, foi cedida a sete câmaras municipais da região e a dois centros de ciência.

Os benefícios passam, desde logo, pelo impacto nas centenas de milhares de visitantes, dos quais cerca de 90 por cento são alunos de escolas de todo o país, numa taxa de utilização em período lectivo que, actualmente, se cifra em quase 80 por cento. Mas há também os importantes contributos na formação de muitos professores e de todos os que trabalham ou trabalharam no Exploratório; em particular, o Exploratório está reconhecido como Centro de Formação Contínua de Professores. Acrescem os projectos de investigação educacional traduzidos em teses de mestrado já defendidas ou em preparação, a colaboração em projectos de escolas no âmbito do ensino experimental das ciências, a produção de recursos didácticos variados, kits e brinquedos científicos, a elaboração de programas de sensibilização para a ciência para a Fundação EDP e Museu da Electricidade, etc. A isto se acrescenta ainda a valorização de um espaço antes relativamente degradado e abandonado, numa zona excepcional da cidade.

CIÊNCIA... E OUTRAS ARTES

E como a ciência é uma componente de cultura não independente de outras, a poesia, a música e o teatro constituíram também importantes marcos do 10º aniversário do Exploratório. O grupo "Os Quatro Elementos" ofereceu uma amostra inovadora da associação da voz e das guitarras de Coimbra com a poesia, enquanto o grupo "Marionet" confrontou a ciência e o teatro, numa adaptação livre da peça *O nariz*, de Gogol, ao passo que David Cruz, da "Encerrado para obras", mostrou como fazer música, utilizando conceitos elementares de Física.

Uma avaliação objectiva mostra que, face aos benefícios, mais mensuráveis ou menos, os custos nestes dez anos são muito modestos:

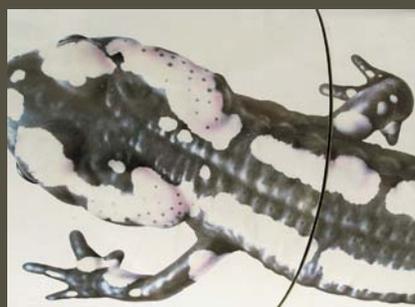
UM PROJECTO EM CRESCIMENTO

Não obstante a sua qualidade, a exiguidade do espaço actual e a sua pequena visibilidade constituem duas importantes limitações do Exploratório. Por um lado, o número de visitantes por cada uma das quatro visitas escolares por dia fica limitado a 50-60, o que, em período lectivo, é manifestamente insuficiente. Por outro lado, fora do círculo escolar, o cidadão comum praticamente não sabe sequer da existência deste centro. A exiguidade do espaço tem aguçado o engenho em várias soluções, mas permanecem os efeitos negativos sérios, quer na organização e no funcionamento normal do dia a dia, quer nos programas que singularizam este centro.

É, pois, absolutamente indispensável um novo espaço, mais amplo e de maior visibilidade e acessibilidade. Um novo centro interactivo de ciência que Coimbra e a região centro do país sobejamente justificam – e que a acção pioneira, competência, credibilidade e experiência acumulada do actual Exploratório ajudam a suportar – que se saliente no plano nacional e internacional pelos conteúdos e sua organização, metodologias, actividades, relações privilegiadas com a escola (superior, a montante; secundária e básica, a jusante). Conteúdos em que, sem prejuízo de uma representatividade geral das várias ciências – como convém ao perfil assumido de início para o Exploratório e às múltiplas relações com as escolas – privilegiem o tema de Ciência e Saúde, que é, não só um tema com prioridade de âmbito nacional e internacional, como também um tema excepcionalmente apropriado a Coimbra.

É claro que um projecto destes supõe não apenas adequados financiamentos como eficazes parcerias e colaborações capazes de responder em tempo útil. Perfila-se, assim, um grande desafio para a actual equipa do Exploratório que, caldeando entusiasmo e ambição com prudência e realismo, procurará demonstrar a singularidade, a viabilidade e a sustentabilidade do projecto, de forma a mobilizar as forças relevantes, públicas e privadas, de âmbito local, regional, nacional e europeu.

VICTOR GIL
Director do Exploratório Infante D. Henrique



ARQUEOLOGIA NAVAL DAS LENDAS À INVESTIGAÇÃO, TAMBÉM NA UC

Há quase três décadas, Robert Étienne, figura grada da Arqueologia da segunda metade do século XX, escreveu que a salvação para a história da economia antiga só podia vir do mar: Esta afirmação, inspirada pelos resultados obtidos pela exploração submarina com objectivos arqueológicos, sobretudo depois da introdução do escafandro autónomo de Gagnan, aperfeiçoado pelo famoso J.-Y. Cousteau, conheceu eloquente confirmação nos anos seguintes.

A história da exploração subaquática é longa e cheia de momentos inspiradores, quer se trate do mítico sino de mergulho que Alexandre Magno teria utilizado para observar o fundo do porto de Tiro ou da descoberta dos destroços do *Titanic*. Assim, é evidente a importância atingida pela investigação subaquática como meio fundamental de recuperar os testemunhos de actividades marítimas do passado, de que o primeiro caso registado parece ter sido o da exploração dos navios do Lago Nemi, no século XV.

A Arqueologia Subaquática assenta hoje em princípios metodológicos sólidos, construídos ao longo de anos de experiências e de uma crescente abertura interdisciplinar, permitindo proezas científicas que há poucos anos se situavam no campo das hipóteses remotas ou do sonho. Embora observando procedimentos de uma exploração arqueológica de tipo clássico, o sítio arqueológico submarino, quando se trata de um navio naufragado, comporta uma característica própria, pois representa o resultado de um acontecimento fortuito, devido ou não a uma intervenção humana, e corresponde a um lapso de tempo reduzido, que pode ser o da viagem inaugural, casos do *Wasa* e do *Titanic*, o que permite considerar os navios naufragados como cápsulas de tempo, designação vulgarizada e que corresponde, de alguma forma, a uma realidade.

didade, salvaguardando sempre a interdisciplinaridade e o trabalho de equipa característicos desta vertente da ciência arqueológica.

Portugal, por razões diversas, chegou tarde à prática científica da Arqueologia Subaquática, em grande parte desenvolvida a partir de um reduzido grupo de entusiastas, oriundos de várias áreas profissionais e deparando com inúmeras dificuldades. Esta situação não deixa de ser estranha num país com uma história marítima como a nossa, cujos traços se encontram espalhados, e quantas vezes saqueados, por quase todos os mares do mundo. Dir-se-ia, mais uma vez, que a história é maior do que os homens seus herdeiros, como tantas vezes acontece. Não acreditamos que assim seja, embora não deixemos de lamentar a limitada atenção que as entidades públicas concederam a esta área da investigação até há pouco tempo.

A situação do litoral português, situado sobre rotas milenares entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa, tão perto desse formidável *choke-point* que é o Estreito de Gibraltar, a importância dos arquipélagos da Madeira e dos Açores como escalas da navegação atlântica de longo curso, são factores mais do que suficientes para estimular um significativo investimento, mesmo nesta época de crescentes limitações, ou talvez por isso, na investigação do passado marítimo e do seu correspondente património. Sem contar com a exploração de naufragados em águas estrangeiras, na maioria relacionados com a nossa expansão imperial, basta considerar a riqueza das águas portuguesas, marítimas ou fluviais, não esquecendo o muito que se pode encontrar em zonas costeiras hoje assoreadas, para reconhecer o valor de tal investimento. A verdade é que continuamos a desconhecer como eram as caravelas dos Descobrimentos, apesar da iconografia existente.

O CASO PORTUGUÊS

Como deve suceder com qualquer arqueólogo contemporâneo, o arqueólogo subaquático necessita da mesma formação geral que lhe permita desenvolver as operações próprias de uma investigação científica, podendo, naturalmente, especializar-se em determinado período histórico, mas deve ter um treino específico que o prepare para mergulhar ou, em alternativa, para operar o equipamento que na actualidade permite desenvolver exploração de destroços a grande profun-

FORMAÇÃO COM ROTA MULTIDISCIPLINAR

Foi nesta linha que surgiu o ensino, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da Arqueologia Naval, assim designada por englobar matérias de história marítima, arquitectura naval, náutica e exploração subaquática. Como os aspectos práticos são fundamentais na aprendizagem da Arqueologia, e na impossibilidade de a faculdade assegurar prática de mergulho, foi negociado um acordo com a associação Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas (GEPS), com sede

em Peniche, no sentido de assegurar treino de mergulho e possibilidade de participação em trabalhos de Arqueologia Subaquática, em colaboração com o organismo de tutela de tais actividades, o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS).

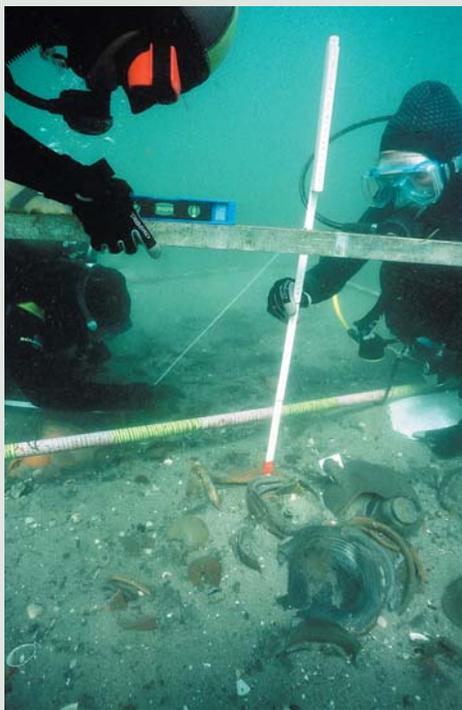
Esta cooperação permitiu que diversos alunos da UC e do Programa Erasmus participassem em trabalhos de investigação em terra e no mar, com especial destaque para os que a GEPS desenvolve num naufragado português de época moderna, em Vale de Frades, Lourinhã, assim como no navio romano dos Cortiçais, em Peniche, neste caso colaborando num projecto directamente dirigido pelo CNANS. Como a Arqueologia Naval envolve também actividades não submarinas, numerosos alunos têm efectuado pesquisa documental sobre naufrágios em arquivos da Lourinhã e de Peniche, tendo um deles efectuado um estágio de seis meses no Museu de Marinha, em Lisboa. Também no âmbito deste protocolo se têm realizado conferências públicas, da responsabilidade do docente da cadeira e de elementos da GEPS, e estabelecido contactos com diversas entidades com o objectivo de melhorar o ensino e de conseguir facilidades para trabalhos práticos e frequência de estágios.

Em termos futuros, é desejável alargar a estrutura da cadeira a dois semestres, uma vez que por ora se centra sobretudo na Antiguidade,

alargando a cooperação com a GEPS e estabelecendo laços com outras instituições, como a Academia de Marinha e o Museu de Marinha, sem esquecer a necessidade de motivar outras faculdades da UC a participar em projectos no âmbito da Arqueologia Naval, desde já a Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Se assim acontecer, e com o apoio das autoridades académicas, estamos convencidos de que a investigação neste ramo da Arqueologia será um êxito.

A investigação arqueológica afasta-se cada vez mais da imagem mais ou menos romântica do caçador de tesouros ou do sábio alheio ao mundo que o rodeia. A Arqueologia Naval, sem perder a atracção que os aspectos mais directamente relacionados com a exploração subaquática lhe granjearam desde o início, é uma área de exigente formação e disciplina, paradigma daquilo de que urgentemente necessitamos em Portugal. Quer isto dizer que nela é possível aliar técnica e humanidade, servindo assim um futuro em que os grandes cantores do mar português, mar universal, Camões, Pessoa ou Sofia, continuem onde outros se calaram.

VASCO GIL MANTAS
Instituto de Arqueologia da FLUC



ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES SÃO-TOMENSES EM PORTUGAL “SANTOMENSIDÃO” REUNIDA EM COIMBRA

São Tomé e Príncipe são duas ilhas situadas no Oceano Atlântico. A população é de aproximadamente 150 mil habitantes, constituída maioritariamente por jovens. Devido à inexistência de uma universidade, a maior parte dos estudantes é obrigada a optar por concluir os estudos no exterior. Este movimento migratório tem aumentado nos últimos anos, com o crescimento da população jovem, mas agora para destinos mais variados, como a América, a Ásia e a África Continental. Portugal foi um dos primeiros países a receber estudantes são-tomenses, mas este número tem vindo a diminuir. Contudo, este movimento não perdeu a sua importância. A comunidade universitária em Coimbra sempre se mostrou dinâmica, sendo a associação que se organizou e constituiu em 1987 a primeira Associação de Estudantes São-tomenses em Portugal. Com a intenção de reafirmar a sua voz, a Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe em Coimbra aceitou o desafio de organizar, neste ano de 2006, o IV Encontro Nacional de Estudantes São-tomenses em Portugal.

ENCONTRO EM COIMBRA

Após três anos de interregno, a cidade de Coimbra acolheu pela primeira vez um Encontro Nacional de Estudantes de São Tomé e Príncipe. Durante o primeiro fim-de-semana de Abril, mais de trezentos estudantes são-tomenses, oriundos das mais importantes cidades portuguesas, como Braga, Porto, Viseu, Aveiro, Leiria, Lisboa e Faro, concentraram-se em Coimbra para participar neste evento.

Os quartos dos estudantes de Coimbra foram pequenos para receber tanta gente. A organização teve que proporcionar alojamento em pensões e casas de amigos, além de alimentação aos participantes.

O tema deste (Re)Encontro, *Bamu floga cu xintchidu*, foi escolhido propositadamente no nosso crioulo, para chamar a atenção para a nossa *santomensidão* (Olinda Beja, in *Água Crioula*).

O mote escolhido, em português, é qualquer coisa como “a brincar, a brincar, vamos falar de coisas sérias”. No meio de muito convívio, jogos e brincadeiras, tentámos trazer à cidade de Coimbra as nossas danças, músicas e tradições, através de um espectáculo de músicas e danças tradicionais, organizado pelo grupo cultural da nossa Associação. Houve também lugar a uma exposição, a um concerto e a diversos convívios, com a participação de artistas são-tomenses, valorizando tudo o que trouxesse um pouco a marca de São Tomé e Príncipe. Paralelamente a estas actividades, também dedicámos algum tempo a discutir questões do nosso interesse particular.

O ensino superior e a criação de uma universidade no nosso país, problema por nós já referido, e que obriga muitos estudantes a deixarem o país rumo ao estrangeiro, foi o tema de abertura do encontro, que contou com a presença da nossa embaixada e do consulado, em representação do nosso Governo. O ponto mais alto da organização foi a realização de um *workshop*, muito participado, onde analisámos e discutimos as potenciais riquezas do nosso país. O balanço dos três dias de encontro foi bastante positivo. A participação superou as expectativas e as actividades agendadas foram realizadas com êxito, graças ao contributo de todos aqueles que ajudaram na concretização deste sonho.

COMUNIDADES EM COMUNIDADE

Mas a nossa Associação não se constituiu voltada apenas para as comunidades universitárias são-tomenses em Portugal, mas também para as relações com estudantes de outras nacionalidades. Por esta razão, somos um dos membros fundadores do Fórum das Associações de Estudantes e Investigadores da CPLP em Coimbra (v. o caderno temático da *Rua Larga*, nº 12).

Este organismo, que só existe na Universidade de Coimbra, tem por objectivo congregar as Associações de Estudantes desta comunidade, para que juntos possamos conversar e partilhar as nossas preocupações e realizar actividades que possam dar a conhecer as nossas culturas, que durante séculos se uniram pelo mar. Desde o ano passado que o Fórum tem dado os primeiros passos na sua afirmação na Universidade.

A realização da segunda edição da *Festa dos Sons, Saberes e Sabores*, durante a VIII Semana Cultural da Universidade (“De Mar a Mar”, Março de 2006), é um exemplo disso. Além das actividades que configuram a nossa agenda anual, o projecto de consolidação do Fórum constitui um dos nossos maiores desafios.

Em 2006, temos pautado as nossas actividades pela aposta na continuidade e na credibilidade da Associação, com projectos que possam envolver toda a cidade e divulgar o nome do nosso país, mas para isso precisamos da confiança de todos.

Inem n'gue mu, kelé ni non!

(Minha gente, acreditem em nós!)

MARIAM RITA FAWOLE
Presidente da Mesa da Assembleia AESTP/C

oficina
Dos Saberes

I M P R E S S Õ E S



S. TOMÉ: NO MEIO DO MAR, A MEIO DA TERRA

A terra, o ar e o mar proporcionam, em S. Tomé, tudo o que realmente é importante para a espécie humana. Sobre o resto que, no primeiro mundo, se reconhece como ser justo ter ou ser, ainda terei de passar mais algum tempo por lá para me convencer da sua indispensabilidade.

CONFISSÕES DE UMA TURISTA NORMAL

Aproveitando um curto período de férias escolares, decido, por exclusão de outras alternativas menos radicais, ir conhecer S. Tomé. Em férias, nada de trabalho. Ah, é bom esclarecer também, e para não decepcionar leitores que sobre este texto tenham expectativas literárias ou científicas, que assumo ser uma turista absolutamente normal. Não gosto particularmente de andar de avião, não acho particular piada ter de tomar carradas de vacinas para ir de férias e não tenho gosto particular em tratar de vistos com meses de antecedência. O Miguel Sousa Tavares, doravante designado MST por razões orçamentais, também não me caía particularmente no goto. Em suma, não havia especial motivo para ir a S. Tomé em Janeiro, excepto que, apesar do aumento do aquecimento global, estava quase a nevar em Portugal e era super-atractivo ver isso numa RTP-África, de preferência num resort para europeu, e a menos de sete horas de voo.

E lá fui, num voo da Air Luxor às moscas, cuja viagem de regresso, na semana seguinte, foi naturalmente cancelada. Soube isso logo à chegada, às seis da manhã, depois de uma noite em claro, com medo que o avião caísse sem eu dar conta. E também ninguém me informou quando e como é que poderia regressar. Ah, é verdade, em S. Tomé não há caixas multibanco e os cartões de crédito são bastante inúteis. Mas, tirando estes pequenos detalhes, S. Tomé é, logo a aterrar, um deslumbramento. O avião faz-se a um aeroporto imaginário, toca o solo que afinal existe e, enquanto abranda, vemos pelas janelas autóctones que nos acenam ao longo da pista. Parece que nos esperam, sem saberem que nós íamos, mas com a certeza de que um dia ali iríamos.

Vem-me à memória um texto do MST do seu livro de viagens *Sul*, sobretudo quando afirma que “o verdadeiro embaixador de Portugal em S. Tomé chama-se TP-217”, o único voo semanal da época, a única ligação das “Ilhas Maltratadas” ao mundo. Ainda hoje é assim, as

pessoas acorrem ao aeroporto nos dois dias em que há voo de Lisboa, porque sim.

A CAMINHO DO EQUADOR

O programa normal é ter um *transfer* do aeroporto para o hotel e não me passava pela cabeça que a viagem rumo ao Ilhéu das Rolas, para sul, fosse feita aos solavancos num *mini-bus* a implorar reforma, com ar muito pouco condicionado.

A capital, que se atravessa no trajecto, é uma aldeia grande, com casas coloniais a resistirem estoicamente ao tempo e ao esquecimento. No Palácio Presidencial, um magnífico edifício cor-de-rosa, reconhece-se imediatamente o Palácio do Governador de *Equador*, e é nesse momento que começo a vacilar em relação à dita obra e ao seu autor: A Embaixada de Portugal é um edifício antigo, bem recuperado, capaz de nos fazer sentir importantes num país que parece de fantasia. Há poucos carros a circular e pessoas que gostam de varrer as ruas com uma vassoura de ervas secas. Tudo muito tranquilo, mas abafado num calor húmido que afoga em suor quem, no dia anterior, dormia com cobertor eléctrico na máxima potência.

E ainda assim, o deslumbramento continua. Tudo é verde, enorme, tranquilo, intenso e muito-muito biodiverso. Catorze variedades de bananas, com sabores a maçã, a batata, e até a banana. Toda a espécie de palmeiras-tamanho XXL, cacaus a brotarem violentamente dos troncos, café que se reproduz como bactérias, flores com bicos-de-papagaio... Enfim, jurei, naquele momento, nunca mais ir a um jardim botânico, para não baixar de nível.

DOCE, DOCE, DOCE

De vez em quando, o *mini-bus* pré-histórico passa, na sua travessia para sul, por aldeias de casas de madeira, penduradas em estacas, com cortinas de chita às flores. É então que se assiste ao fenómeno da geração espontânea, em plena selva equatorial. Numa curva da estrada, surgem dez garotos, que rapidamente se transformam em cem, e que nos estendem os braços, gritando “Doce, doce, doce”. E esse pedido é repetido sempre que nos cruzamos com crianças, em todo o sul da

ilha, onde o conceito de turista europeu já foi assimilado por todos como aquele que traz bugigangas que lhes interessam, que não têm e que não lhes faz falta absolutamente nenhuma.

Depois de duas horas de estrada e 20 minutos de lancha, chega-se ao Ilhéu das Rolas, que é atravessado por essa linha que divide o planeta ao meio. Sobre a magia do lugar, vou abster-me de ensaiar descrições seguramente inadequadas. Basta dizer que, se o paraíso existe, é ali.

Mas vale a pena sair do sossego das Rolas e percorrer toda a ilha de S.Tomé, apesar do calor; apesar das estradas, porque há outras magias à solta naquele naco de terra vulcânica. No norte, encontra-se a Roça Agostinho Neto, antiga Rio do Ouro, cristalizada no tempo, capaz de abalar toda e qualquer convicção acerca de descolonização.

No centro, ergue-se, a dois mil metros de altitude, o Pico de S.Tomé, envolvido por um colar de nuvens cinzentas e mitos medonhos. E mais roças.

Na costa ocidental da ilha, na Ponta Furada, a estrada acaba e a selva começa. E é aí que, ao escurecer, me cruzo com dois homens, saídos do meio do mato, com um braçado de caracoletas babosas. Pergunto, algo enojada: "Para que é isso?". Eles riem-se, com ar complacente, e respondem: "É para o jantar. Já vão sendo horas".

MARIA HELENA HENRIQUES
Departamento de Ciências da Terra
FCTUC



CAMINHOS DO CINEMA PORTUGUÊS UM EVENTO, UMA CIDADE, UM PAÍS, UMA CULTURA

Nos últimos anos, Portugal tem assistido ao nascimento de inúmeros festivais de cinema, alguns deles (apesar de ainda pobres em historial) realizados com o profissionalismo que as verbas dos institutos públicos conseguem justificar; outros graças a uma única pessoa, que carrega o festival às costas de cidade em cidade. Mas existe ainda o caso singular dos *Caminhos do Cinema Português*, sempre realizados com o amadorismo profissional que tanto defendemos. Não queira o leitor imaginar as potencialidades deste evento, caso a atribuição de apoios fosse proporcional e paralela à importância de outros que se realizam nos dois grandes pólos populacionais portugueses!

Antes de mais, queria deixar claro que entendemos que a crise instalada em quase todos os sectores estruturais da sociedade portuguesa tenha uma repercussão particularmente visível nas actividades culturais. Ignoramos, porém, os motivos que explicam a falta de investimento e de entusiasmo por parte do sector privado nos eventos culturais. E, em particular, naqueles que se realizam fora dos referidos pólos. Enquanto algumas prioridades não forem repensadas, e mesmo invertidas, um evento como os *Caminhos do Cinema Português* não poderá cimentar-se nem atingir a projecção que é necessária e urgente.

Mesmo sendo paradigmático que, com os poucos apoios concedidos, continuemos a ser a única mostra de todo o cinema português, campo em que ninguém mais ousa entrar; questionamo-nos: porquê? Será o cinema estrangeiro melhor do que o nosso? Ou, nesta vertente do cinema estrangeiro, não existirá a acrescida preocupação com o público e com os seus preconceitos que se verifica no caso do cinema português?

CAMINHOS DO CINEMA EM COIMBRA

Comentemos agora os espaços de programação cultural em Coimbra, naturalmente na vertente de cinema. Onde? Não existem em Coimbra espaços para programar cinema. Deixemos claro que os espaços que existem não têm capacidades, nem técnicas nem humanas, para conseguir superar as expectativas de um evento como este. Alguns pela falta de vocação, outros pela falta de empenho, mas é esta a nossa realidade. Queira a autarquia abraçar de uma vez por todas o projecto de um centro cultural de excelência.

Durante uma semana, o festival trouxe ao público de Coimbra cerca de 90 por cento dos responsáveis pelas obras exibidas, o Júri Oficial e o não de somenos importância Júri da Federação Internacional de Cineclubes. A imagem dos Caminhos do Cinema Português foi utilizada na promoção de Coimbra, da região centro e do país. Questionamo-nos sobre o paradeiro das repostas dos responsáveis pela promoção turística desta região e sobre as suas responsabilidades à frente das respectivas entidades.

Externas à organização do festival são as vicissitudes com que nos deparámos na montagem da presente edição. Acresce-lhes a falta de responsabilidade do voluntarismo e o desinteresse do estudante comum de Coimbra: é mais fácil desfrutar do evento do que participar activamente na sua organização. Assistimos a um cada vez maior distanciamiento dos estudantes e da sua suposta associação representativa, exemplo a que só as festas e os copos passam alheias. Será esta a velha-nova realidade para os estudantes da Universidade de Coimbra? Em contraponto, a sociedade coimbrã acolhe o festival e os meios locais de informação anseiam por se associar a ele, pois reconhecem-lhe o mérito, mérito que a academia perdeu. Não faz aqui sentido o adágio popular de que os santos da casa não fazem milagres.

OS CAMINHOS COMO ALICERCES

Depois deste ligeiro esboço de reflexões, que evidencia mais ou menos a sensibilidade cultural que vivemos no país e em Coimbra, será altura de recordar as palavras de António-Pedro Vasconcelos, agraciado com o Prémio *Ardenter*. Imagine sair da presente edição e acordar da aparente festa que esta semana de festival constitui. Acordar e aproveitar os alicerces que o evento conseguiu para fazer deste espaço um lugar privilegiado para a discussão do cinema português. Fazer de uma vez por todas a revolução e encarar o público como objectivo final dele. Não nos podemos compadecer com um cinema virado para o umbigo, com um cinema de estante poeirenta.

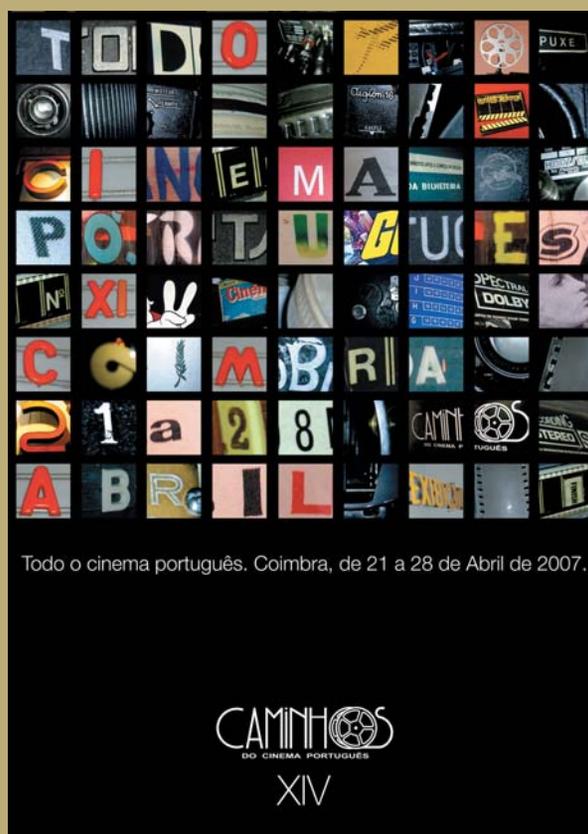
Começemos a produzir e a realizar com objectivos, ou corremos o risco de continuar na subsídio-dependência actual, em que a fraca qualidade das obras, nomeadamente das longas-metragens, nem cativa, nem cultiva o que quer que seja. Tomemos como exemplo a produção em documentários, animações e curtas-metragens, que

cumprem o seu papel na constituição de uma identidade cinematográfica portuguesa, sem ignorar o factor público. Mas são vítimas da inoperância e incompetência da distribuição cinematográfica portuguesa, para não acrescentar o facto de as entidades competentes nada fazerem por elas.

Esperamos que se efectue uma reflexão profunda sobre as questões abordadas, e que esta temática não seja descurada, para bem do cinema, da cidade, do país e da cultura. Acabemos com as hipocrisias costumeiras e sejamos frontais na análise das conjunturas.

Breves palavras para dizer que os *Caminhos do Cinema Português* voltarão à carga de 21 a 28 de Abril de 2007. Até lá, resta-nos desejar a todos votos de muitos e bons filmes...portugueses!

VÍTOR FERREIRA
Director do Festival
Caminhos do Cinema Português



DOS ESPÓLIOS ÀS COLECÇÕES

Não sofre contestação a importância dos manuscritos "literários" para os estudos biográficos ou para as edições críticas, sector em que estamos francamente atrasados em relação à maioria dos países europeus e cultos. Indispensáveis porque neles se conterão os próprios autógrafos dos textos submetidos a exegese, mas indispensáveis também na medida em que os rascunhos ou a correspondência de um autor permitem esclarecer não raras vezes os seus planos e intenções.

Numa época de crescente globalização, em que as fontes de informação se multiplicam e o seu acesso se facilita e embaratece, serão as obras únicas, os manuscritos (sobretudo os literários) e os *beaux livres*, as "jóias" que no futuro irão trazer alguém a uma biblioteca, seja para aceder de forma nova e criativa a um documento conhecido, seja pelo quase *fétiche* de ver ou tocar exemplares originais, objectos dotados de um singular valor cultural.

Numa sociedade global da informação, o documento único será a única mais-valia de uma biblioteca erudita, o que converte os espólios manuscritos, de valor mutável (por razões de valia objectiva, mas também por derivas da moda), de natureza mista e de sempre possível enriquecimento em apostas estratégicas.

NUM ARQUIVO OU NUMA BIBLIOTECA?

Os chamados "espólios literários" colocam diversas e interessantes questões técnicas, desde logo a de saber qual o tipo de instituição que os deve acolher e tratar: um arquivo ou uma biblioteca?

- Em relação aos conjuntos documentais produzidos ao longo da vida de uma instituição, não há grandes dúvidas: eles pertencem aos arquivos. Será o caso do fundo da Imprensa da Universidade, depois de 1938 distribuído entre o Arquivo e a Biblioteca Geral da UC e que está a ser totalmente transferido para o primeiro, como devia ter acontecido desde o início. Já as massas de documentação produzidas por pessoas individuais, ao longo de uma carreira académica, literária e/ou política, têm uma natureza diferente, mista, que obriga a tratar certas peças como manuscritos individuais (com seu título, autor e data), de acordo com as regras biblioteconómicas, e a agrupar outras peças em longas séries (a correspondência, por exemplo), como acontece normalmente na arquivística.

Têm sido quase sempre as bibliotecas, sem com isso suscitar grandes dúvidas teóricas nem contestações práticas, que têm incorporado nos seus fundos estes espólios literários. A Universidade, por exemplo, guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Geral os espólios do

coronel Belisário Pimenta, do padre José Vicente Gomes de Moura, do general Francisco Augusto Martins de Carvalho, da romanista Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de seu marido Joaquim de Vasconcelos, do ministro Mário de Figueiredo (com inventário a ser concluído), bem como os espólios dos professores Luís de Albuquerque, Manuel de Paiva Boléo, José Gonçalo Herculano de Carvalho, Eugénio de Castro (deste apenas o epistolário) e Mário Brandão, entre outros.

Integrados numa biblioteca, os espólios históricos ou literários ganham uma nova possibilidade: a de poderem ser aumentados e diversificados com novas peças. E de conjuntos finitos, integrados por morte dos seus autores numa unidade documental ou fixados para sempre a uma classificação, os espólios podem numa biblioteca tornar-se em "colecções". Assim é que o "Espólio Almeida Garrett", na Biblioteca Geral, devia em boa verdade ser considerado uma colecção temática, uma "garretiana". Porque não ficou imobilizado na forma da sua incorporação original de 1948, antes foi depois muito enriquecido: com novos autógrafos, integrados em 1995 e 1996, com a aquisição em leilão do manuscrito chamado Delfim Guimarães, com recortes de notícias do centenário e cartas de alguns familiares do poeta, etc.

MECENAS, PRECISAM-SE!

O que mais importa é que os conjuntos se não dispersem, como aconteceu no passado com os papéis de um Wenceslau de Moraes ou de um Camilo Castelo Branco, hoje divididos por três instituições diferentes, ou mais.

Há cerca de um ano, um novo conjunto de autógrafos de Almeida Garrett emergiu, correspondente às suas recolhas para os inéditos volumes III e V do *Romanceiro*. Sinais disso foram a publicação de *A moira encantada* pela Colibri (Dezembro de 2004) e de outro inédito no volume de 2005/2006 da *Annualia da Verbo*.

Mais recentemente, em Novembro de 2005, foi proposta à Biblioteca Geral a aquisição dos três manuscritos que correspondem às partes publicadas (1843 e 1851). Por exigência de prazo e por exagero de preço, a proposta não foi aceite mas, de qualquer forma, ainda não era esta a ocasião imperdível. Realmente imperdível parece-nos ser a aquisição de todo aquele conjunto, que não pode dispersar-se e que devia poder juntar-se aos outros manuscritos garretianos que a Universidade já conserva. Para isso, haverá que procurar, e com a maior brevidade, reunir as boas-vontades e captar os necessários patrocínios. Mecenas, precisam-se...

MIMSEN'S
HISTORY
OF
ROME.
—
VOL. III

MIMSEN'S
HISTORY
OF
ROME.
—
VOL. IV.

GENERAL
HISTORY
OF
ROME
—
MERIVALE

DUNCKERS
HISTORY
OF
ANTIQUITY

DUNCKERS
HISTORY
OF
ANTIQUITY

DUNCKERS
HISTORY
OF
ANTIQUITY

EVELYN
ABBOTT
—
VOL. I.

EVELYN
ABBOTT
—
VOL. II.

EVELYN
ABBOTT
—
VOL. III.

Historicamente, uma criança “gorda” significava uma criança saudável, a que tinha grandes probabilidades de sobreviver à dureza da subnutrição e às doenças infecciosas. Na última década, todavia, o excesso de gordura corporal tornou-se indiscutivelmente no principal problema de saúde infantil.

A prevalência de excesso de peso e de obesidade triplicou mundialmente nos últimos 20 a 30 anos, incluindo nos países em vias de desenvolvimento e em regiões em crescente processo de urbanização. Considerando o intervalo dos 5-17 anos, estima-se que cerca de 155 milhões de crianças tenham excesso de peso e que, destas, 30 a 45 milhões sejam classificadas como obesas. São crianças com uma elevada probabilidade de terem menor esperança de vida do que os seus pais.

A obesidade infantil é um problema de saúde pública, principalmente por três razões:

- cerca de 33 por cento das crianças em idade pré-escolar e 50 por cento em idade escolar são obesas e permanecem-no na idade adulta;
- ainda que as crianças obesas atinjam, quando adultas, um peso adequado, o simples facto de terem sido obesas constitui um factor de risco para a morbilidade e mortalidade relativamente a doenças cardiovasculares e outras doenças crónicas;
- a obesidade na infância está associada a problemas de saúde infantil; em 60 por cento dos casos, uma criança ou adolescente obeso apresenta, pelo menos, um factor de risco associado à obesidade – hipertensão arterial, diabetes tipo II, colesterol elevado, triglicéridos elevados, problemas ortopédicos, problemas de auto-estima, entre outros, sendo que, em 20 por cento dos casos, estão presentes dois factores.

AS CAUSAS DA OBSIDADE

A obesidade é um problema multifactorial e o seu desenvolvimento deve-se às múltiplas interações entre genes e ambiente. Apesar do efeito que os factores genéticos possam ter na etiologia da obesidade, em populações geneticamente estáveis, sugere-se que são essencialmente os factores ambientais e, possivelmente, os perinatais que estão na origem da actual epidemia mundial de obesidade infantil. Nas últimas três décadas em que esta epidemia se desenvolveu, ocorreram profundas alterações nos sistemas económico e social e no estilo de vida das famílias. O que comemos e a actividade física diária que

desenvolvemos são fortemente determinadas pela indústria alimentar, pela política de transportes e pelo desordenamento urbano das cidades actuais, estas sem planeamento de espaços de lazer atractivos e seguros. As famílias alteraram os seus hábitos alimentares com um aumento de refeições fora de casa, um crescente consumo de *fast-food*, de refeições pré-preparadas, de bebidas gasosas muito açucaradas e de outros comportamentos. Simultaneamente, a energia despendida tem sido reduzida diariamente pela crescente utilização do carro, pelo aumento de comportamentos sedentários, como sejam ver televisão e jogar jogos electrónicos, e pela diminuição das oportunidades, em muitas comunidades, para as brincadeiras das crianças ao ar livre, em jardins e em segurança.

As mudanças sociais e económicas que estão subjacentes a estas alterações do estilo de vida ocorreram em Portugal tal como nos outros países industrializados. Portugal “urbanizou-se” e “litoralizou-se” acentuadamente nas últimas três décadas. Na generalidade, as cidades cresceram desordenadamente e sem a preocupação de criar zonas de lazer adequadas a um ambiente saudável e seguro. Portugal seguiu, assim, a tendência dos países do sul da Europa, tendo atingido valores de obesidade infantil preocupantes: 31,6 por cento das crianças entre os 7-9 anos de idade têm excesso de peso ou são obesas. Uma análise dos factores ambientais e familiares daquela faixa etária mostrou que as características e os hábitos familiares foram os indutores mais importantes para o aparecimento dos valores actuais de obesidade. Crianças filhas de pais obesos têm um risco elevado de também serem obesas pela partilha de maus hábitos alimentares e comportamentos sedentários. Em famílias em que os pais têm um grau de instrução mais elevado, a percentagem de crianças obesas é menor, porque os pais têm um maior grau de informação sobre a escolha do padrão alimentar e terão maior facilidade em proporcionar actividades desportivas nos tempos livres. As crianças que passam, em média, três ou mais horas por dia em frente da televisão apresentam um risco 1,5 vezes maior de serem obesas do que as que vêem apenas uma hora. O tempo despendido face à televisão resulta num ganho de peso, não apenas pela substituição de uma actividade dinâmica, mas também porque promove o consumo de energia, pois a criança, durante esse período, ingere passivamente alimentos calóricos.

Os valores de obesidade infantil observados em Portugal são preocupantes e requerem, por isso, intervenções urgentes a nível da prevenção primária e secundária.



Grande Tronco

Botero

[1983, Bronze, 332x162x121cm, coleção particular]

O SORRISO DO CHOUPO MADEIRAS E OBRAS DE ARTE

Entre os manuscritos de Leonardo da Vinci que nos chegaram, encontra-se o tratado *Botânica para Pintores e Elementos de Pintura da Paisagem*. A forma e a direcção do crescimento das árvores, a disposição dos ramos, a gradação de luz e sombra nas folhas, são explicadas detalhadamente, observações com as quais ele pretendia guiar os artistas na representação pictórica da paisagem. Mas não só. Leonardo alertava os seus pares para a importância de dominar não só as técnicas artísticas, mas também o conhecimento profundo dos materiais utilizados e dos objectos representados, da natureza. Na Renascença, pintores como Da Vinci e Pisanello, escultores como Donatello e Della Robbia, aliavam os dons artísticos e as competências científicas do seu tempo.

LABORATÓRIO NOS MUSEUS

Nos séculos seguintes, esbate-se a figura do artista-cientista. A progressiva compartimentalização e especialização dos campos do saber diminui a intensidade da interacção entre a ciência e a arte.

Com a criação e a proliferação dos museus, coloca-se muito cedo o problema da conservação das colecções e, para além disso, o do seu conhecimento. Em 1888, o Museu de Berlim é o primeiro do mundo a abrir um laboratório. A necessidade de uma compreensão mais aprofundada dos acervos museológicos aproxima de novo arte e ciência, binómio inseparável nas ciências da conservação e restauro.

Nos dias de hoje, em nome do conhecimento e da conservação, as obras de arte são bombardeadas com luz, visível e invisível; sondadas com feixes de electrões; o seu ADN é descodificado. Estes e outros métodos de análise proporcionam aos conservadores informação sobre a melhor forma de preservar as obras de arte, mas também produzem informação abundante para os historiadores da arte acerca dos materiais, técnicas e idade das obras, bem como sobre a origem geográfica dos materiais.

As aplicações desenvolvidas pela ciência, a física, a química, a biologia, aliam-se para desenvolver uma medicina da arte, examinando as obras em busca de um diagnóstico, da melhor posologia para a sua imortalidade.

UM SORRISO FRÁGIL

Escrevendo sobre a preparação do painel, Leonardo aconselha: "o painel deverá ser de cipreste, pereira, sorveira, ou nogueira." O museu do Louvre, que guarda uma das mais emblemáticas obras de Leonardo, *La Gioconda*, teme actualmente pelo estado de conservação do sorriso que atrai multidões. Ironicamente, e ao contrário das suas próprias indicações, Leonardo pintou a *Mona Lisa* sobre um fino painel de choupo (*Populus sp.*), uma madeira suave, particularmente sensível à variação da humidade do ar; muito susceptível a deformações e rachas.

O tipo de madeira que serve de suporte a uma obra de arte, uma informação vital para a sua conservação nas condições ambientais adequadas, não é um dado tão banal como poderia parecer. O conhecimento, que para os nossos contemporâneos parece óbvio (como o suporte material de uma obra aquando da sua realização), dilui-se com o passar das gerações. É frequente que a madeira pintada ou esculpida seja tão desconhecida como o próprio pintor ou escultor que a criou.

Se bem que realizada pontualmente, e para peças e artistas individuais, a identificação das madeiras das obras de arte não foi ainda feita sistematicamente, e em grande escala, nas colecções dos museus portugueses e estrangeiros.

Pintores como Grão Vasco, ou escultores como Frei Cipriano da Cruz, mostram uma clara preferência nos materiais de suporte que utilizavam, nestes dois casos a madeira de castanho (*Castanea sativa*). Mais uma vez se pode compreender a importância do material, por exemplo, na atribuição da autoria de uma obra de arte. A preferência de uma determinada espécie, juntamente com estudos de análise formal, técnica e estilística, pode ajudar na atribuição de uma peça a um autor.

O ADN DA MADEIRA

A madeira foi uma das primeiras coisas que Leeuwenhoek observou ao descobrir a microscopia no século XVII. As árvores utilizam o xile-

ma para transportar a água das raízes até às folhas. As células do xilema têm formas variadas, organizadas em padrões distintos, que os anatomistas da madeira utilizam para a sua identificação.

Na maior parte dos casos, a identificação da madeira baseia-se ainda na observação, ao microscópio, de características peculiares, ao nível celular e dos tecidos, que nos permite, com segurança, identificar a madeira até ao género. No entanto, nos últimos anos, a extracção de ADN de madeiras antigas tornou-se possível e irá permitir uma iden-

tificação mais fiável da espécie de madeira de uma obra de arte. Como um teste de paternidade, uma análise do ADN de cada escultura, painel ou peça de mobiliário tornar-se-á rotina e, cada vez mais, uma ferramenta essencial ao bilhete de identidade de uma obra.

ANTÓNIO GOUVEIA
CRISTINA NABAIS
FCTUC

O Departamento de Botânica da UC tem em curso dois projectos na interface ciência/arte:

- Caracterização das madeiras da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga: implicações para a conservação e restauro. POCI/HEC/58684/2004, com coordenação de Cristina Nabais;
- Identificação e controlo de fungos infectantes de documentos bibliográficos. Importância para a conservação e restauro do património arquivístico. 3iii/AMB/12/2005, com coordenação de António Portugal.



JOSÉ ALMIRO MENEZES E CASTRO - IN MEMORIAM

A UM PROFESSOR DIFERENTE

Em 2002 faleceu José Almiro Abrantes de Menezes e Castro, professor do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. A vida durou-lhe 48 anos.

Zé Almiro, como era habitualmente tratado por aqueles que com ele conviviam foi, sem sombra de dúvidas, um professor da Universidade de Coimbra diferente. Digo *diferente* para fugir ao lugar comum de apenas enaltecer as propriedades dos que já morreram, atitude que, porventura, se justificará pelo medo que temos da morte. Inteligente, frontal, egocêntrico, por vezes absurdo, e com assomos de genialidade. Esboço de perfil, dirão os que o conheceram! Com grande poder de imaginação, era, por natureza, avesso a cerimónias protocolares e a comportamentos estereotipados. Gostava imenso de brilhar em longas e improvisadas conversas, onde o excelente poder de comunicação cativava qualquer um. Os temas, científicos e outros, eram por si abordados com tal convicção que os interlocutores tinham muitas vezes dificuldade em distinguir a realidade da ficção. A simpatia instalava-se de imediato, e o tempo de duração da conversa passava a ser uma incógnita.

Como beirão que era, cultivava o gosto pela prática das tarefas do campo, entre as quais plantar árvores, amanho a terra e tratar dos animais. Todas estas tarefas eram realizadas no seu terreno, nos intervalos da sua actividade profissional.

PERCURSO ACADÉMICO

Recordo-me das aulas da disciplina de Reactores Químicos, transbordantes de energia, onde as equações diferenciais se sucediam no quadro, permitindo aos alunos registar nos cadernos os raciocínios frequentemente demasiado rápidos, só interrompidos pela bengala da qual abusava – OK? Na realidade, nem tudo terminava OK, pois as taxas de aprovação nas disciplinas que leccionou foram, durante anos, baixas. Este facto deveu-se, em grande parte, ao nível de exigência dos exames, que era geralmente elevado e desajustado do tempo disponível para a sua realização, e cujas resoluções implicavam, quase sempre, sólidos conhecimentos interdisciplinares.

Estabelecia com os alunos estreitas relações de familiaridade e frequentemente de amizade, em grande parte fruto da sua permanente disponibilidade para os ensinar e para conversar com eles à mesa do café. Esta aproximação diluía a natural barreira professor/aluno e contribuía para conquistar respeito e consideração genuínos por parte dos seus discípulos.

Desde que iniciou a sua actividade docente universitária, dedicou-se ao estudo de matérias no domínio da engenharia da reacção química, da dinâmica e do controlo dos processos químicos, passando pelos métodos numéricos e técnicas computacionais.

Na fase inicial da sua carreira (1979-82), estudou diversos assuntos relacionados com a modelização matemática e numérica de reactores de leito fixo e com aspectos importantes do seu controlo.

A partir de 1987, iniciou a sua carreira de experimentalista com a aprovação do seu primeiro financiamento para um projecto de investigação e desenvolvimento, em colaboração com uma empresa do sector dos produtos resinosos.

Coordenou posteriormente diversos projectos no domínio dos processos de cozimento e branqueamento de pastas *kraft* de *Eucalyptus globulus*. Como resultado da sua actividade de investigação e da colaboração com a indústria, conseguiu reunir as condições necessárias à montagem no Departamento de Engenharia Química de laboratórios de investigação científica no domínio do controlo de processos apetrechados para a realização de actividades quer de simulação computacional, quer de natureza experimental à escala piloto. É de destacar o projecto e montagem do laboratório de investigação, situado na nave do Departamento de Engenharia Química e que tem hoje o seu nome, orientado para os domínios da pasta de celulose e do papel, com uma instalação-piloto inovadora e inteiramente da sua autoria.

No âmbito destes projectos de investigação, orientou um elevado número de alunos de pós-graduação que se encontram hoje a exercer a sua actividade profissional em empresas, institutos politécnicos, outras universidades e no Departamento de Engenharia Química da FCTUC.

O gosto e a curiosidade pelo conhecimento científico, aliados a um trabalho persistente e apaixonado, fizeram dele uma referência do Departamento de Engenharia Química.

Gostaria que esta simples homenagem pudesse contribuir para que aqueles que com ele privaram o recordassem com alegria e orgulho.



Que todos vivam a sua morte enquanto é tempo
afagando-a como uma flor na consciência.
Desprendê-la que a desprenda o canto.
Que o canto é já sobrevivência.
Morre-se de pé com múltiplos espantos.
Florações que em nós perscrutam o mistério
embebidos nas luzes que acenderam
o nosso rosto num mundo mais etéreo.

Possui-se a morte progressivamente
como um corpo antes de ser tocado.
E tão fundo nosso sonho o penetrou
que nos gestos ficou continuado.

"Poesia completa: o Sol nas Noites e o Luar nos Dias",
Poemas da Morte e da Sobrevivência, VI, 1999, Natália Correia

SENGHOR EM PORTUGAL OU TRÊS MITOS REVISITADOS

Nos finais de Janeiro de 1975, sob o pano de fundo revolucionário decorrente do Abril anterior; o Presidente da República do Senegal, Léopold Sédar Senghor; aportava a Lisboa. À distância de três décadas, com a trasladação dos restos mortais de Humberto Delgado para Portugal, a revisão da *Concordata* com a Santa Sé e o projecto de unidade sindical a encherem as páginas dos jornais, esta primeira deslocação oficial de um chefe de estado africano ao país poderia, talvez, passar despercebida. Tal não sucedeu. Chegado à Portela a 27, foi recebido pelo seu homólogo, Costa Gomes, e pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves tendo, nos dias seguintes, visitado Sintra e a capital. Por sua vez, a assinatura de um acordo comercial entre os dois países, no dia 30, constituiu o acto derradeiro do encontro entre os representantes de um Portugal em processo de descolonização e um dos nomes mais destacados do movimento literário da *Negritude* que, já Presidente do Senegal, procurara em tempos do Estado Novo mediar um acordo com o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) para pôr termo ao conflito armado na Guiné-Bissau.

DOS MITOS

Um dos momentos mais significativos do evento foi, sem dúvida, a conferência por si proferida na Academia de Ciências de Lisboa e intitulada *Lusitanidade e Negritude*. Aí, ponderando as culturas africana e portuguesa – que o mesmo é dizer duas das matrizes do seu próprio pensamento, pois Senghor, com efeito, possuía também antepassados de origem lusa – disse-as próximas no carácter e na acção. Neste sentido, apontou três traços psicológicos dos portugueses susceptíveis de encontrar paralelo na índole dos negros africanos: a energia (ardor, grandeza de alma); a delicadeza (doçura, gentileza, ternura); e a saudade (gravidade, tristeza). Assim, a mesma energia que impelira uns rumo aos Descobrimentos, possibilitara a outros resistir a séculos de escravatura e criar também “novos mundos”. Por seu lado, a nossa delicadeza, que se traduzia na hospitalidade, nos “brandos costumes” e no hábito não meramente maquinal de dar os “bons-dias”, conhecia um equivalente na bondade e na cortesia dos africanos. Quanto à saudade, esse sentimento “misterioso”, suposta e atavicamente lusitano, que tem feito correr muita tinta em análises que remontam ao rei D. Duarte, Senghor nela vislumbrava similitudes com a melancolia do seu povo. Inspirara, a seu ver, além disso, duas formas musicais perpassadas por idêntica nostalgia e dor: o fado e os cantos africanos.

O mar, esse outro mito maior da nossa cultura, de igual modo foi evocado. Não tanto pelo pioneirismo das navegações, que Camões cantou antes de todos, mas mais pelos laços que permitira estabelecer com o *Outro*. E a natureza destes laços remetia, em boa verdade, para um terceiro mito: o luso-tropicalismo ou, na expressão síntese de Senghor: o “universalismo do humanismo lusitano”. Numa palavra, a situação geográfica da Península Ibérica (encruzilhada de dois continentes), o seu clima (mediterrânico seco) e a sua História (presença de diversos povos, que iam dos iberos aos berberes), teriam gerado, na gente portuguesa, uma tolerância pelas culturas extra-europeias, uma predisposição especial para a mestiçagem, a aspiração ao sincretismo e, mais importante, a ausência de racismo. Espécie de chave explicativa do “êxito” da colonização nacional nas zonas tropicais, e cujo paradigma residia num imenso Brasil multirracial e multicultural, tal tese fora desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, com o nome de luso-tropicalismo ou democracia racial, tendo sido, a partir dos anos cinquenta, apadrinhada pelo regime de Salazar/Caetano, numa tentativa de resistir à pressão das instâncias internacionais que crescentemente condenavam o colonialismo.

DO FUTURO

Ao passar em revista todas estas “idiossincrasias” portuguesas (reais ou não), Senghor, mais do que olhar para o passado, buscou reatualizá-las, inserindo-as num mundo em rápida mudança, como que antecipando o *melting-pot* e a globalização dos nossos dias. De resto, a correspondência gizada com a cultura africana era de molde a indicar um dos caminhos possíveis a seguir: Não a tese luso-tropicalista na versão panfleto do Estado Novo, a qual, em última análise, conduziu ao “orgulhosamente sós”, mas um humanismo realmente fundado na reciprocidade. Não a retórica inconsequente e apoiada no bordão histórico dos “cinco séculos de relações luso-africanas” ou aqueloutro do “mar como vocação e destino”, mas uma consciência despida de ideologias, apta a valorizar aspectos culturais concretos, como a língua. No entanto – e esse “enigma” Senghor não desvendou, por ainda não se colocar –, integrando-se o país numa Europa em construção, ligando-se por laços afectivos aos Estados da lusofonia e, mais do que nunca, em permanente reflexão sobre si mesmo, dir-se-ia, como Fernando Pessoa, que “falta cumprir-se Portugal”.

SÉRGIO NETO
Mestrando na FLUC e Colaborador do CEIS20

MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE À BASE DE PLANTAS

Está a decorrer até ao final do mês de Setembro o curso de pós-graduação "Medicamentos e produtos de saúde à base de plantas", ministrado pelo Departamento de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da UC. Trata-se de um curso creditado pela Ordem dos Farmacêuticos e que tem como objectivo preparar os farmacêuticos para os produtos de base natural, com um mercado em expansão. Mais concretamente, pretende-se proporcionar "conhecimentos científicos multidisciplinares" aos profissionais que lidam com este tipo de produtos.

"Os conceitos da utilização de medicamentos e outros produtos de saúde à base de plantas, a estrutura dos seus circuitos de produção e distribuição, em conjunto com o renovado e crescente interesse pela sua utilização, vieram impor novos desafios ao farmacêutico. Especialista do medicamento e agente de saúde pública, o farmacêutico detém a responsabilidade de responder a todas as solicitações decorrentes da preparação, distribuição, aconselhamento e vigilância do uso de qualquer medicamento, incluindo os medicamentos e outros produtos de saúde à base de plantas, cujas características particulares determinam qualificações diferenciadas relativamente aos restantes produtos do circuito farmacêutico".

[informação retirada de documento de divulgação do curso]

ESCOLA AVELAR BROTERO VENCE PRÉMIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

O Núcleo de Estágio de Biologia-Geologia da Escola Secundária Avelar Brotero (ESAB) foi galardoado com o Prémio da Ordem dos Farmacêuticos no Seminário "Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", organizado pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

No evento, realizado no passado dia 3 de Maio no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, Sara Diniz, da Licenciatura em Geologia, Henrique Pedro, Sandra Santos, Sophia Liège e Cláudia Loureiro, da Licenciatura em Biologia, apresentaram um trabalho inédito, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que levaram a cabo com alunos do 12º ano de Biologia da ESAB, onde decorre o seu ano de estágio.

O trabalho, intitulado "Educação para a sustentabilidade – uma intervenção com alunos pré-universitários de uma escola de Coimbra", descreve uma investigação em educação científica, envolvendo alunos da ESAB, que se desenvolveu de forma inovadora. As aulas tradicionais foram substituídas por aulas em que os alunos investigaram problemas ambientais de relevância social, como a contaminação de solos por metais pesados ou a incineração de resíduos hospitalares, de acordo com metodologias correntes na comunidade científica, incluindo a apresentação e discussão de resultados em reuniões científicas. Assim, os trabalhos dos alunos da ESAB foram previamente apresentados no Congresso "Jovens Geocientistas, Actores na Sustentabilidade de um Planeta em Mudança", organizado pelo Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e realizado no Auditório da Reitoria em 30 e 31 de Março de 2006 (v. supra: "Actual"). A concepção, desenvolvimento e avaliação das actividades que decorreram antes e depois do congresso foram apresentadas pelos seus professores, estagiários na ESAB, no Seminário organizado pela Faculdade de Farmácia.

Os resultados da investigação implementada pelos professores estagiários da ESAB, premiada pela Ordem dos Farmacêuticos, mostraram que esta abordagem ao ensino das ciências conduz a melhores aprendizagens do que abordagens em que o professor recorre a um tipo de ensino mais expositivo.

BOLSA DE MÉRITO

No passado dia 29 de Março, Maria da Piedade Nunes Paredes Leão recebeu o prémio "Bolsa de Mérito de Apoio à Dissertação de Mestrado", instituído pela Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA.

No âmbito do Mestrado em "Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – Da Prevenção à Terapêutica", para o qual foi seleccionada através da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Maria da Piedade Leão apresentou o trabalho intitulado "Atitudes e Comportamentos Face ao VIH/SIDA no Ensino Superior: Contributos para Novas Estratégias de Prevenção", orientado por Anabela Sousa Pereira, da Universidade de Aveiro.

O Mestrado em "Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – Da Prevenção à Terapêutica" é leccionado conjuntamente pelas faculdades de Medicina e de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.



oficina
Dos Saberes

R I B A L T A

INSTITUTO DE ESTUDOS JORNALÍSTICOS DA FLUC DOZE ANOS DE ENSINO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

A licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras foi criada em 1993 e desde esta data tem vindo a afirmar-se como uma nova área científica que tem contribuído para o prestígio da instituição. Concretizou-se, assim, um anterior plano, pensado em Portugal desde os anos 60 do século XX, no sentido de criar uma formação superior nessa área científica, num desafio a que algumas instituições de ensino superior no nosso país, mas também no estrangeiro, responderam. Estava assim ultrapassado um velho debate sobre a necessidade de um curso superior nesse domínio, bem como sobre a questão da articulação da teoria com os aspectos práticos profissionais. Formada como uma licenciatura de “banda larga”, o seu currículo é desenvolvido ao longo de quatro anos, combinando a oferta de bases fundamentais do saber no âmbito das Ciências Sociais e das Humanidades com o aprofundamento dos conhecimentos específicos relativos ao jornalismo, num justo equilíbrio entre teoria e prática. As alterações que Bolonha irá introduzir neste projecto não o desviarão, no entanto, do seu propósito inicial.

O mestrado em Comunicação e Jornalismo, criado em 1998, é também uma prova da importância do estudo do Jornalismo e da Comunicação como áreas de saber e nele têm sido desenvolvidas investigações originais, como as 24 teses já apresentadas o demonstram, estando algumas já publicadas.

FORMAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA

Os novos ideais sobre o exercício da profissão de jornalista que estão a emergir no nosso tempo são a integridade e a transparência, além dos anteriores “mitos”, a objectividade e a necessária procura do equilíbrio informativo em cenários sociais, políticos e económicos crescentemente mais complexos. São estes, novos e antigos, desafios que se colocam ao estudante de Jornalismo na sua formação cultural superior: A licenciatura incorpora na sua filosofia a profunda transformação do que se pode entender hoje por jornalismo e do modo como evoluíram os grupos de comunicação em que as empresas se inserem. Do mesmo modo, procura contemplar o extraordinário avanço científico e tecnológico no mundo contempo-

râneo, em contínua evolução, com a introdução e constante desenvolvimento das novas tecnologias nos últimos anos, e em particular a internet. A componente tecnológica que fez nascer o jornalismo em linha e outras formas de disseminação da informação convive hoje com as tradicionais formas associadas à imprensa escrita, à imprensa radiofónica e à imprensa televisiva. Esta componente tecnológica, bem como novos entendimentos do fazer jornalístico (o caso do “jornalismo cívico” ou do “jornalista cidadão”) não podem, no entanto, mudar a qualidade da formação cada vez mais exigente em que assenta a própria credibilidade do jornalista profissional. Ser jornalista hoje, mais do que em qualquer outra época, é com efeito exercer uma profissão de grande complexidade e exigência. Torna-se necessária uma formação universitária que forneça as bases culturais e científicas capazes de ampliar a concepção do mundo, sendo sobretudo importante insistir numa formação que mostre como a capacidade e habilidade de usar as palavras, sons e imagens pode informar e desinformar.

Contribuir para uma formação cultural e científica nestes moldes em que o rigor, o equilíbrio e a objectividade se devem associar à necessidade da transparência e da integridade é um dos grandes objectivos da licenciatura e do mestrado.

Todo este trabalho conjunto tem merecido o reconhecimento, através de alguns prémios atribuídos a alunos e docentes pela Universidade e pelas instituições ligadas à investigação e à profissão jornalística.

RECENTES ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO

De entre as mais recentes áreas de investigação desenvolvidas e coordenadas por docentes no seio do Instituto de Estudos Jornalísticos, com a colaboração de outras instituições, salientam-se os seguintes projectos:

- A publicação do dicionário *Jornais Diários Portugueses do Século XX*, numa co-edição do CEIS20 e da Editora Ariadne, com Nota de Apresentação de Isabel Nobre Vargues e colaboração de Mário Matos e Lemos, saído em 2006 e que foi o resultado do projecto

coordenado por Isabel Nobre Vargues no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20);

- O Projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, em colaboração com o ACIME, coordenado por Isabel Ferin Cunha, que estudou a cobertura jornalística desta temática e do qual resultaram igualmente várias publicações;
- O projecto internacional - *Projecto Global de Monitorização dos Media*, que estudou a representação de género nos *media* e que

envolveu uma equipa nacional dirigida por Maria João Silveirinha, com a participação de Clara Almeida Santos, de duas estudantes da licenciatura em Jornalismo – Sónia Morgado e Andreia Marques –, bem como de outras investigadoras da Universidade Nova de Lisboa – Cristina Ponte, Ana Cabrera e Marisa Torres.

ISABEL NOBRE VARGUES
MARIA JOÃO SILVEIRINHA
IEJ/FLUC



OS “NÁUTICOS” DA AAC APROVEITAR O QUE O RIO TEM DE MELHOR

Desde os tempos mais remotos que o Mondego tem vindo a brincar com o homem, aumentando de caudal e extravasando as margens no Inverno e quase secando no Verão. A construção da Barragem da Aguieira, da Barragem da Raiva e, mais recentemente, do Açude-Ponte em Coimbra, trouxeram alguma acalmia ao irrequieto Bazófiás e permitiram que as populações começassem a olhar o Mondego com outros olhos e novas ideias.

E os desportos náuticos seriam naturalmente uma das ideias a explorar, aproveitando as características das albufeiras referidas, mas principalmente do Açude-Ponte, finalizado no início da década de oitenta. Assim, e como quase sempre sucede na cidade das capas negras, foi a "estudantada" quem primeiro se lançou na criação de uma estrutura organizativa capaz de aproveitar a magnífica albufeira que nasceu em Coimbra. Da ideia ao abaixo-assinado foi um passo, e daí até à criação da Secção de Desportos Náuticos (SDN) foi outro. Nascia assim, a 5 de Abril de 1982, uma das mais recentes Secções da AAC, com a constituição da sua Comissão Instaladora.

OS VÁRIOS AMORES NÁUTICOS

A vela foi o primeiro amor da SDN: o X4, barco de vela com um tripulante, foi a primeira embarcação a fazer parte do inventário da Secção, que recorria frequentemente ao empréstimo de barcos dos seus sócios para as suas actividades. Logo no ano de 1982, realizou-se a primeira regata em Coimbra – a hoje internacional *Regata Queima das Fitas*, com mais de 700 inscritos nos últimos anos, o maior evento desportivo da cidade em 2004 e em 2005. As Instalações Náuticas da extinta Direcção-Geral dos Desportos, no Choupalinho, eram a base de apoio à actividade náutica, que logo de seguida evoluiu para o Remo.

No ano seguinte (1983), a SDN associou-se às comemorações do 17 de Abril e à evocação da intervenção de Alberto Martins (presidente da AAC em 1969) aquando da visita à Universidade de Coimbra de Américo Tomás. Com as primeiras regatas de *Windsurf* e Vela no Mondego, abriu-se a porta a mais uma modalidade: a Prancha à Vela, na qual a SDN chegou a conquistar um título de Campeão

Nacional Universitário. No entanto, a data mais marcante seria 22 de Maio de 1983, já que foi nesse dia que se estreou em competições oficiais a equipa da Académica, participando no Campeonato Nacional de Velocidade de Yolle (remo), disputado em Vila Franca de Xira.

HÁ REMAR E REMAR, HÁ IR E ORGANIZAR

Esses tempos iniciais eram de grandes dificuldades. À inexperiência dos dirigentes juntava-se a juventude da secção, que tornava difícil a angariação de verbas. Por isso, a SDN virou-se para a organização de grandes eventos em Coimbra, conseguindo realizar durante uma década os Campeonatos Nacionais de Remo Jovem. Tornava-se desta forma mais visível a SDN e mais fácil a obtenção de patrocínios. Por outro lado, a partir de 1986 a SDN entrou no restrito clube dos “Campeões Nacionais” na modalidade de remo. Essa visibilidade deu-lhe o ensejo de organizar em Coimbra duas regatas entre as famosas universidades de Oxford e Cambridge, a última das quais em 1989, integrada no 2º Congresso Nacional de Remo. Essa foi talvez a edição mais bem organizada de sempre, tendo ajudado ao grande prestígio de que goza actualmente a SDN, além de ter contribuído significativamente para a atribuição à Secção de Desportos Náuticos, nesse mesmo ano, do galardão de “Modalidade do Ano em Coimbra”. De recordar que já em 1988 a SDN havia sido agraciada como a “Figura Desportiva do Ano em Coimbra”, prémios atribuídos pela comunicação social.

A partir de 1990, a Secção de Desportos Náuticos da AAC deu o passo que faltava. A “contratação” de Rascão Marques, antigo treinador de alguns clubes das ex-colónias e do Ginásio Clube Figueirense, possibilitou o salto qualitativo que importava dar: de 1990 a 1997, ano em que se retirou, Rascão Marques conquistou como treinador cerca de 40 títulos nacionais. Foi o tempo da 1ª participação de atletas da SDN em Campeonatos do Mundo (1992), nas Universíadas (1993), no Campeonato Mundial Universitário (1994), na *Coupe de la Jeunesse* (em 1995 e 1996), nos Campeonatos Mun-

diais de Juniores e novamente nos Seniores (1997). Além dos dois anos em que ficou em 2º lugar do *Ranking Nacional de Clubes*.

NOVAS ACTIVIDADES NO NOVO MILÉNIO

Já no séc. XXI, a Secção de Desportos Náuticos alargou o seu espectro de actividades. A formação náutica de recreio e, mais recentemente, o mergulho trouxeram novos públicos aos desportos náuticos. Pretende-se agora alargar as parcerias estabelecidas a novos pontos de interesse, aproveitando a "revolução" do Programa Polis em Coimbra.

O "maravilhoso mundo do silêncio", como o descreveu Jacques Cousteau, é agora um dos mais dinâmicos sectores da SDN. Com quase uma centena de mergulhadores formados desde 2002, o desejo de conhecer mais do planeta que alguns dizem dever chamar-se Água e não Terra tem levado a vários pontos da costa portuguesa e de outros países grupos de *scuba divers* da cidade dos estudantes. Não é silencioso, esse *Mare Nostrum*, mas é sublime, sem dúvida... E esta é, a traços (muito!) gerais, a história da Secção de Desportos Náuticos da AAC. Se quiser procurar-nos, estamos (até ver) em www.aac.uc.pt/nauticos. Esperamos por si!

A Direcção da Secção de Desportos Náuticos da AAC



FUNCIÓNÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS QUINZE ANOS EM ASSOCIAÇÃO

Um dia, alguém se apercebeu de que aos trabalhadores das universidades faltava uma organização que pudesse dar voz aos seus anseios e defender os seus direitos sem colidir com os deveres de cooperação na defesa dos interesses das instituições a que pertencem.

Foi desta necessidade que surgiu um grupo de colegas de diversas universidades do país decididos a criar uma associação que procurasse aglutinar as vontades e energias capazes de intervir; sempre que necessário, em todas as situações em que estivessem em causa os interesses dos funcionários das universidades portuguesas. Assim nasceu a ANFUP, com assinatura da escritura da sua fundação em 26/7/1991, na Sala do Senado da UC.

Ao fazer o balanço, congratulamo-nos por poder afirmar que a ANFUP é uma organização conhecida e respeitada dentro da comunidade universitária e fora dela.

Naturalmente, encontrámos pelo caminho muitos obstáculos, alguns dos quais não conseguimos vencer: Sabemos que não é fácil mobilizar as pessoas para a participação em actividades que não dão dividendos e que, pelo contrário, muitas vezes são vistas por alguns com grande indiferença e alguma hostilidade. Felizmente, essa postura negativa não é predominante e podemos constatar com agrado que foi constituída a respectiva delegação em todas as universidades do país e que muitas delas têm desenvolvido acções relevantes de interesse colectivo.

OBJECTIVOS CONCRETIZADOS E METAS A ATINGIR

A ANFUP orientou sempre a sua conduta no sentido de evitar a conflitualidade laboral e institucional, sem que isso a impedisse de tomar posições firmes junto das entidades envolvidas, sempre que tal se tornou necessário.

A Direcção da Associação, em que a maioria dos membros vem dos primórdios da sua criação, admite que não é isenta de críticas por não ter concretizado ao fim de todo este tempo um dos seus grandes objectivos, que é o Estatuto Profissional dos Funcionários Não-Docentes. Tornou-se uma lacuna redutora das nossas expectativas e que bastantes transtornos nos vem causando há demasiado tempo, mas, com franqueza, apesar da consciência das dificuldades inerentes à sua constituição, acreditamos que tal seja possível a médio prazo.

Outros projectos, porém, tiveram bons resultados. Em alguns casos foram mesmo um sucesso. Acreditada pelo INOFOR como entidade formadora para a Administração Pública, esta Associação assinou protocolos de formação com algumas universidades, tendo levado a cabo um grande número de acções de formação em quase todas as áreas de actividade, das quais beneficiaram largas centenas de funcionários, proporcionando-lhes conhecimentos alargados para uma prestação de serviços de maior qualidade.

Os diversos seminários e jornadas sobre temas de interesse geral que a ANFUP levou a efeito constituíram outro meio de desenvolvimento de conhecimentos profissionais proporcionados aos trabalhadores, entre os quais se destacam as Jornadas de Operacionalização do SIADAP, ocorridas o ano passado, no Instituto Superior de Agronomia, com participantes de universidades de todo o país.

Está nos propósitos da Direcção continuar estas acções de formação, porque entendemos que sem actualização permanente do conhecimento não pode haver desempenho de funções com qualidade.

O convívio entre as pessoas foi outro tema que mereceu sempre uma atenção especial, por constituir um importante factor na promoção da participação na vida associativa. Tanto por iniciativa da Direcção Nacional como por parte das delegações mais dinâmicas, realizaram-se muitos encontros, excursões e festas de Natal, que foram talvez a face mais visível do envolvimento nas actividades da Associação.

Foram apoiadas as actividades desportivas desenvolvidas pelas delegações, tendo algumas modalidades atingido níveis de participação e de qualidade muito interessantes.

UMA ASSOCIAÇÃO PARA AS PESSOAS

Em tempo dominado pelo materialismo, em que os interesses individuais ocupam o primeiro lugar das preocupações de cada um, dar corpo e continuidade a uma organização que tenha por objectivo chamar uma classe à participação de interesses colectivos é uma aventura a que poucos se atrevem. Aqueles que tiveram a ideia de se lançar na tarefa de criar a ANFUP fizeram-no com grande sentido de solidariedade e espírito de grupo.

Podemos sentir-nos frustrados pelo que não realizámos, mas a vida das instituições não se confina a um período de 15 anos. A ANFUP é jovem e está pujante, com força para continuar o seu caminho. Os que a têm dirigido honram-se de ter dado o melhor que puderam para dignificá-la e projectá-la para o futuro.

Foram lançadas pontes de entendimento e cooperação com todas as universidades e entidades governamentais com quem é útil manter boas relações. Os próximos anos serão decisivos para dinamizar todas as estruturas da Associação e criar condições para envolver mais activamente os associados na participação da vida associativa e na comunidade universitária.

Queiramos nós, funcionários das universidades, e poderemos mostrar, quer aos órgãos do Governo quer à comunidade em geral, que temos valências a explorar e contributos a dar num momento em que se repensa a missão das universidades e a sua ligação ao meio.

ANTÓNIO AUGUSTO LOPES RODRIGUES
Presidente da Direcção da ANFUP

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL MEMÓRIAS DO CLUBE COM MAIS SÓCIOS NO PAÍS

A 12 de Outubro de 1895, entra em Portugal o primeiro automóvel, um Panhard & Levassor adquirido em Paris pelo 4º Conde de Avilez por 70 mil réis, cujo despacho lhe mereceu, na Alfândega de Lisboa, a designação de "trem a vapor de motor a petróleo e que arma em *breack* e *phaeton*". Nasce o automobilismo em Portugal.

A 27 de Outubro de 1902, um grupo de entusiastas liderado por Carlos Roma do Bocage realiza o primeiro *Raid Figueira da Foz – Lisboa*, prova que ainda hoje acontece, anualmente e em Outubro.

De entre esse grupo e de outro que se formara em início de 1903, afastando convicções e ideais políticos, forma-se um terceiro grupo que, com o "alto patrocínio" de el-rei D. Carlos de Bragança, do príncipe D. Luís Filipe e do infante D. Afonso, em reunião na Sala Algarve da Sociedade de Geografia de Lisboa no dia 15 de Abril de 1903, cria o *Real Automóvel Club de Portugal* (RACP).

A sua existência legal acontece a 31 de Maio de 1903, aquando da aprovação dos estatutos pelo Governo Civil de Lisboa, tendo como presidente honorário o próprio rei D. Carlos, vice-presidente o príncipe D. Luís Filipe e vice-presidente perpétuo da Assembleia-Geral o infante D. Afonso. Para presidente da Direcção, Carlos Roma do Bocage. O emblema aprovado fora desenhado pelo punho do rei D. Carlos e extraído de seis ensaios de sua autoria.

Em Novembro desse ano, o RACP já está representado em Paris, no congresso da *Association International des Automobiles Clubs Reconus* (AIACR), de que passa a fazer parte, assim como da *Commission Sportive International*.

O advento do regime republicano não causa qualquer problema ao *Club* que, em reunião de 28 de Outubro de 1910 e adaptando-se à nova realidade, passa a chamar-se apenas *Automóvel Club de Portugal*, reformulando-se os estatutos e o emblema. Esta é a maior e mais marcante mudança que se opera no ACP que, por ser independente do governo e da forma de regime, prossegue a sua marcha em defesa dos seus objectivos.

DIVULGAÇÃO À ESCALA NACIONAL

Em 1912, o ACP inicia a marcação toponímica de 542 povoações com painéis de azulejo, dos quais constam a sigla ACP e o nome da povoação.

Sobrevive, embora com dificuldade, aos efeitos da 1ª Grande Guerra, mantendo as suas actividades.

Por solicitação governamental, procede ao estudo da sinalização de todas as estradas de Portugal continental, Madeira e Açores.

Assina, em 1921, na Alfândega de Lisboa, um termo de responsabilidade relativo à circulação internacional de automóveis.

Em 1922, o ACP elege como seus sócios honorários Gago Coutinho e Sacadura Cabral, após a realização da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, por eles efectuada. O número de associados regista um aumento significativo neste período de tempo.

Em 1929, é inaugurada a Secção Regional do Norte, no Porto, bem como a Secção Regional do Centro, em Coimbra, mais tarde extinta. O ACP parte para Moçambique, criando também aí uma Secção Regional. Em Dezembro de 1930, existem em Portugal 37.564 automóveis e o ACP conta já mais de 3.500 associados. É em Novembro desse ano que é publicado o primeiro número da *Revista ACP*.

Em 1931, é atribuído ao ACP o estatuto de Utilidade Pública e em 1932 é agraciado pelo Presidente da República, General Óscar Carmona, com a comenda da Ordem de Benemerência.

MAIS-VALIAS PARA OS SÓCIOS

Pugnando pela defesa dos interesses e dos direitos dos automobilistas, em 1933 é inaugurado o Serviço de Pronto-Socorro e em 1934 é criada a Escola de Condução e Mecânica, regalias exclusivas dos sócios, cônjuges e filhos.

O *Club* promove provas desportivas de grande destaque e participa na elaboração de diplomas legais concernentes à circulação de veículos. Colabora em congressos, organiza cruzeiros e outros eventos turísticos, dentro e fora de fronteiras.

Durante a 2ª Guerra Mundial, a acção do ACP é notória no apoio à importação de veículos de estrangeiros refugiados em Portugal.

Até aos dias de hoje, o ACP consolida um prestígio de serviços de excelência e modernidade que lhe permite um crescimento notável, quer no número de sócios, quer em novas delegações, distribuídas estrategicamente pelo país.

Na origem deste crescimento está também o vasto leque de regalias, dos maiores que são concedidos pelos clubes que constituem a FIA (*Fédération International de l'Automobile*) e a AIT (*Association International de Tourisme*), das quais somos fundadores.

Sempre na senda do apoio e protecção do automobilismo, em toda a sua latitude, e da promoção do turismo, nas suas diversas componentes, o ACP tem servido e continuará a servir a sua massa associativa com a excelência que o caracteriza.



SOBRE A INFERTILIDADE

Não é mãe ou pai quem contribui com gâmetas, nem é suficiente para ser mãe a gestação ou o parto. Pai e mãe são quem bem educa. Por isso não nos fere retirar aos pais biológicos as crianças que sofrem maus-tratos pelos pais e ajudá-las a serem integradas no seio de uma família adoptiva estável.

DEFINIÇÃO DE INFERTILIDADE

Um casal é infértil quando não alcança a gravidez desejada ao fim de um ano de vida sexual contínua sem métodos contraceptivos. Esta definição é válida para o casal com vida sexual frequente, plena de amor e prazer, e em que ambos não conhecem qualquer tipo de causa de infertilidade que os atinja. Também se inclui na infertilidade toda a situação em que o casal alcança a gravidez desejada, mas esta não chega a termo de modo viável (abortamentos de repetição). A Organização Mundial da Saúde considera a infertilidade uma doença (falência dos órgãos reprodutores, dos gâmetas ou do produto de concepção), constituindo um direito o acesso ao tratamento devido.

FINANCIAMENTO DOS TRATAMENTOS

Apesar de não existir padecimento físico óbvio ou risco de vida, não é admissível qualquer discriminação no acesso ao tratamento por parte dos pacientes inférteis. No entanto, entende-se, por questões de finanças públicas, que se devem procurar alternativas justas para o seu financiamento. Por isso se propõe que o casal infértil deve ter direito até quatro tratamentos consecutivos pagos obrigatoriamente a 80 por cento por companhias de seguros e a 20 por cento pela Segurança Social. Este modelo, importado de França, resolve a oneração excessiva do sector público e permite o acesso ao tratamento dos casais inférteis. Deve, pois, o Estado português impor às companhias de seguros a inclusão obrigatória nos seus contratos dos tratamentos de infertilidade, incluindo as consultas, os testes diagnósticos, a medicação e os tratamentos laboratoriais, obrigando a uma mensalidade responsável que não impeça de outro modo o acesso.

15 a 20 por cento da população em idade reprodutiva sofre de infertilidade. A infertilidade tem aumentado nos países industriais devido ao adiamento da idade de concepção, aos hábitos sedentários e de

consumo excessivo de gorduras, tabaco, álcool e drogas, bem como aos químicos utilizados nos produtos alimentares e aos libertados no ar que se respira diariamente. Este problema social tem custos enormes para a nação, pois é uma das principais causas da inversão da pirâmide etária. Compete também ao Estado promover a prevenção e instituir políticas eficazes de incentivo à constituição de família, de protecção à maternidade e de apoio à educação das crianças.

QUEM PODE RECORRER À REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA?

Casais heterossexuais, cohabitando há pelo menos dois anos, maiores de idade, sem doenças mentais, que apresentem uma relação conjugal afectiva estável, com boas relações sociais e familiares, com nível escolar, cultural e económico compatível com a responsabilidade de assegurarem uma educação adequada à criança.

Não é admissível qualquer limitação à idade máxima, feminina ou masculina, nem qualquer discriminação de idade máxima entre os sexos. De facto, o casal infértil não deve ser discriminado em relação a qualquer outro casal da mesma idade sem problemas de fertilidade, uma vez que as uniões não escolhem idade para ocorrer, nem os casais mais velhos devem ser impedidos de obter a sua descendência. Este postulado diz respeito aos casais cuja mulher tenha uma idade superior a 39 anos de idade, desde que ambos os membros do casal ainda disponham de gâmetas viáveis. No caso de doação de gâmetas ou embriões, considera-se que estes casos devem ser financiados pelo casal.

NÚMERO DE OVÓCITOS A INSEMINAR

A decisão do número de ovócitos a inseminar depende exclusivamente de critérios técnicos, com vista a obter a gravidez desejada, com o menor custo possível para a saúde da mãe e para as finanças do casal. Na prática, a mulher deve ser moderadamente estimulada e a cultura de embriões deve ser prolongada até à fase de blastocisto. Deste modo, a taxa de gravidez múltipla decresce para metade, a taxa de gravidez duplica e praticamente não existirão embriões excedentários.

DESTINO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

Nos casos de embriões excedentários (7 por cento dos ciclos), os casais devem poder doá-los segundo os seguintes critérios: 1º – doação para casais duplamente estéreis; 2º – adopção por casais em espera de adopção de criança; 3º – doação para transplantes (isolamento de células estaminais embrionárias).

DOAÇÃO DE GÂMETAS

A doação de gâmetas obedece a critérios de transplantação, pelo que o bebé é geneticamente igual aos pais em 85 por cento, sendo apenas 15 por cento de origem exógena. Isto é conseguido por se procurarem dadores que sejam geneticamente iguais em 70 por cento ao progenitor (emparelhamento físico externo e grupos sanguíneos). Tal como qualquer outro casal, não é legítimo obrigar o casal infértil a declarar a doação nem a explicar a concepção ao descendente. No entanto, o casal deve ter direito a poder optar por usar um banco aberto (dador acessível pela criança aos 18 anos de idade) ou um banco fechado (dador anónimo), bem como a possuir o certificado de qualidade e de emparelhamento genético dos gâmetas doados.

EMPRÉSTIMO DE ÚTERO

Destina-se aos casos de mulheres sem útero por histerectomia ou com defeitos congénitos do útero, não devendo ser discriminadas por essa situação. O empréstimo deve ser benévolo e assessorado por contrato legal específico, com acompanhamento especializado, mesmo quando a emprestadora é familiar.

SITUAÇÃO MONOPARENTAL

Os estudos actuais mostram que as crianças educadas por famílias monoparentais apresentam um desenvolvimento físico e psicológico normal, com bom nível de educação, de instrução e de afectos. Destina-se à mulher que, após os 35 anos de idade, não conseguiu encontrar o companheiro da sua vida (doação de espermatozóides). O mesmo se aplica ao homem, pois não deve ser discriminado em relação ao sexo feminino (doação de ovócitos e empréstimo de útero). Considera-se que estes casos devem ser financiados pelos próprios.

CASAIS HOMOSSEXUAIS

Os estudos actuais mostram que as crianças educadas por famílias homossexuais apresentam um desenvolvimento físico e psicológico normal, com bom nível de educação, de instrução e de afectos, sem apresentarem desvios de comportamento ou disfunções de preferência sexual. Convém lembrar que a má opinião sobre estas situações se deve ao facto de se confundir o casal homossexual com o que se vê nas ruas, nas revistas ou na televisão. Os verdadeiros casais homossexuais são tão discretos como os heterossexuais, não apresentando desvios de comportamento nem exibicionismos sociais. Os casais homossexuais não devem, por isso, ser discriminados, embora se compreenda que devem comportar os custos dos tratamentos.

REPRODUÇÃO POST-MORTEM

Qualquer casal deve ter o direito à colheita e criopreservação dos gâmetas do seu parceiro nas situações de morte cerebral. Sugere-se uma moratória de um ano antes da sua utilização, para permitir o luto da situação. Ao fim desse período, o tribunal deverá conceder a devida autorização, após confirmar que existia uma boa relação conjugal com intenção de procurarem descendência, na ausência de discordância familiar. O mesmo se deve aplicar aos casos em que previamente já existiam gâmetas ou embriões criopreservados.

DIAGNÓSTICO GENÉTICO PRÉ-IMPLANTAÇÃO

O DGPI foi desenvolvido para diminuir a interrupção voluntária da gravidez nos casos de risco elevado (≥ 25 por cento) de transmissão de doença genética à descendência, bem como para permitir a concepção nos casais inférteis que apresentam doenças genéticas transmissíveis, abortamentos de repetição ou perda de qualidade dos gâmetas. Excepcionalmente, inclui-se a selecção de embriões por grupos HLA, de modo a obter-se um nascituro cujo sangue de cordão umbilical possa curar uma doença grave e fatal de irmão, desde que para este último não exista qualquer outro tratamento curativo disponível, incluindo o transplante compatível de medula óssea ou de sangue de cordão umbilical. Considera-se também excepcional a selecção de sexo para equilíbrio familiar nos casos de famílias com pelo menos três crianças do mesmo sexo. Neste último caso, deve ser o casal a comportar os custos dos tratamentos.

Agradecimentos: FCT (POCTI/SAU-MMO/60709/04, 60555/04, 59997/04, UMIB).



“Em Cuba, a língua foi sequestrada pelo discurso político dominante”

Nascido em Havana, Pedro Marqués de Armas deixou Cuba em 2003, rumo à Alemanha. Tinha então 37 anos e um convite para um evento cultural nesse país, evento curto e sem repercussão política. Mas a Alemanha foi só uma passagem para Grosseto (Itália), onde foi recebido ao abrigo da Rede Internacional das Cidades-Refúgio, onde pôde receber também a sua família. Está em Coimbra há pouco mais de um ano, integrado no mesmo programa, criado pelo Parlamento Internacional dos Escritores para ajudar escritores perseguidos no seu país. Psiquiatra de formação, mas escritor por vocação, tem já um livro de poesia integralmente escrito em Coimbra e uma tradução da sua obra *Cabezas no prelo*. Enquanto esperamos para o ler em português, ficam as considerações de alguém que não vê a literatura como uma arma, mas cuja literatura foi suficientemente forte para um regime se sentir ameaçado por ela.

R·L *Como é que teve conhecimento do projecto das Cidades Refúgio?*

P.M.A. Em Cuba era algo conhecido. Alguns escritores cubanos, durante os anos 90, recorreram a este projecto. O Parlamento concedeu a três escritores cubanos antes de mim a bolsa [v.caixa], entre os quais Rolando Sánchez Mejía, que agora se encontra em Barcelona.

R·L *Pode contar-nos o processo de decisão que o levou a deixar Cuba, ainda por cima, num primeiro momento, deixando a família mais próxima?*

P.M.A. Em Cuba vive-se, desde que eu nasci, sem liberdade política, civil e mental. Mas a maior parte das pessoas vive dentro disso e recebe uma educação ideológica muito forte. Normalmente é demasiado tarde quando as pessoas abrem os olhos e se apercebem dessa complexidade. Através da literatura, que é um instrumento que exige reconhecimento da liberdade como lugar da escrita, fui entrando em contradição com o sistema. E através da vida quotidiana, tão difícil em Cuba, onde se é obrigado a sobreviver, por um lado economicamente, por outro lado moralmente. Porque a tua dignidade, como pessoa, implica poder falar, poder dizer aquilo que estás a pensar. E quando isso é impossível e quando significa que tem de se viver com medo, ou por fazer circular palavras no espaço público se é ameaçado, então procura-se uma solução para tudo isso. E essa solução chegou depois de acumular uma série de tensões, uma série de problemas. Fundamentalmente, a partir da fundação de um grupo – o grupo *Dísporas* – que muito mais tarde se tornou numa revista independente, uma revista de literatura.

R·L *Publicada em Cuba ou fora do país?*

P.M.A. Publicada em Cuba, com meios manuais e precários, clandestinamente, uma revista que se fazia à margem da lei, entre 1997 e 2002. Foi um momento em que a revista encontrou condições e possibilidades. Depois de 2003, quando se radicaliza a repressão, talvez a revista não sobrevivesse. Sobreviveu, em grande medida, porque era uma revista pequena, que circulava de mão em mão, às

vezes através de computador. E não se vendia, não tinha uma recepção pública, mas tinha uma grande recepção marginal, clandestina.

R·L *Foi muito através da literatura que se fez o “abrir de olhos”, como lhe chamou...*

P.M.A. Acho que sim. Porque quando se começa a ler todo esse tipo de literatura que normalmente não se publica nem circula em Cuba...

R·L *Como se fazia o acesso a essas obras?*

P.M.A. Os escritores estão sempre em condições de as encontrar porque há alguém que se informa, de modo muito hábil, e estabelece relações, redes informais, fora da oferta da publicidade estatal. Por outro lado, a partir dos anos 90, em Cuba, observa-se uma grande crise ideológica, com a queda do muro de Berlim cessa o paradigma socialista, o paradigma socialista único, e começa a entrada do turismo em Cuba. Produzem-se então redes de amizades, europeias, e começam a entrar livros espanhóis, etc. Claramente, o nível de leitura cresce. Quando se começam a ler, no início dos anos 90, obras de filosofia, de pensadores europeus, que falam sobre os problemas da história do totalitarismo, começamos a perceber a nossa história de outro modo. Claro que não é só a informação literária a única fonte de intercâmbio; é também o contraste com a nossa própria realidade, a nossa experiência do quotidiano. Pouco a pouco reconhece-se, a

partir do exercício de escritor, a nossa própria experiência nacional. Para nós foi importante começar a ler autores cubanos que foram censurados nos anos 70. Esses escritores, curiosamente, ou pelo menos grande parte deles, foram depois eleitos como figuras do novo modelo ideológico da revolução, o modelo nacionalista, mais centrado na figura tradicional de José Martí, que era escritor e político, do que em Marx e em Engels. Quando um escritor coloca a sua escrita além da política mas é utilizado pela maquinaria do Estado que o reduz a um emblema, perguntamo-nos porquê. E começamos então a perceber a nossa tradição nacional como heteróclita, plural, diferente dos estereótipos construídos. O exercício da escrita ajuda a compreender isso mesmo. E começa-se a fazer outra leitura desse suposto conflito principal de Cuba, o conflito com os EUA. Percebe-se então como o governo cubano se legitima em função de uma agressão externa, como foi sempre típico em toda a parte.

R·L *Dos autores estrangeiros que começaram a entrar em Cuba, há algum que tenha marcado decisivamente o percurso que fez?*

P.M.A. Para mim, e para a minha geração, foi importante ler filósofos e pensadores como Derrida, Deleuze, Foucault. Foi muito importante. E também autores da área da psicanálise: a entrada da psicanálise em Cuba – Lacan, etc. – foi também muito importante no início dos anos 90. Do mesmo modo, a literatura centro-europeia que se publicava em editoras espanholas, como Thomas Bernhard,

porque são outras formas de escrita que não ficam ligadas ao nosso estreito nacionalismo.

R·L *Em que medida é que a sua formação académica – em Medicina com especialização em Psiquiatria – lidou com a leitura da psicanálise?*

P.M.A. Já tinha com a psicanálise uma relação cultural, de certo modo, de leitor. No começo dos anos 90 tentámos fazer um círculo de leitura, chamado *Círculo de Filosofias*. Nesse espaço, falávamos muito, faziam-se conferências sobre psicanálise, sobretudo sobre Lacan. Mas nunca foi uma experiência ligada à actividade médica, porque a psicanálise estava fora desse espaço em Cuba. E ainda continua a estar, à excepção da Faculdade de Psicologia onde, nos últimos dez anos, tem havido uma tentativa de valorizar um pouco mais a psicanálise e surgiu inclusivamente um grupo alternativo de psicanálise.

R·L *Ainda a propósito da Medicina.. está completamente colocada de parte essa sua faceta profissional? A literatura ocupa-o a tempo inteiro?*

P.M.A. É difícil responder a essa pergunta... nos últimos anos em Cuba, eu trabalhava como Psiquiatra. Estou muito consciente dos problemas históricos da Psiquiatria e de como se vive essa experiência dentro de um sistema fechado. Ao mesmo tempo, em termos de prática clínica, a Psiquiatria em Cuba não é muito diferente daquela que se exerce noutros sítios. E Psiquiatria é o que sei fazer, é a minha profissão. Talvez no futuro possa voltar a ela.

R·L *Mas na própria literatura vai-se reflectindo um pouco essa experiência como psiquiatra..*

P.M.A. Acho que de um modo indirecto. Acho que se reflecte mais a crítica à Psiquiatria. Se mostro algo das relações entre poder e corpo, num poema, por exemplo, está mais bem pensada do ponto de vista da desconstrução do aparato psiquiátrico. Mas, ao mesmo tempo, acredito na alternativa social à Psiquiatria e na crítica institucional que existe.

R·L *O que é que surgiu primeiro: vocação para médico ou para escritor?*

P.M.A. A vocação de escritor surgiu um bocado antes, associada a muitas coisas que não são ainda a escrita como caminho. É, primeiro, algo ligado ao íntimo, ao privado, à experiência, a uma catarse afectiva. Pouco a pouco, isso converte-se num registo social, onde a tua escrita te coloca numa posição de exploração. Começa-se então a entrar no jogo do escritor, no jogo do autor. Isso surgiu antes da Medicina, até porque a Medicina não estava muito clara... Eu queria estudar História ou História da Arte, mas era impossível porque não tinha notas suficientemente altas... Era difícil, em Cuba, estudar História! Havia poucos lugares e, em contrapartida, em Medicina, entrava toda a gente. Reconheço, no entanto, que para mim foi muito importante estudar Medicina. Porque, pouco a pouco, a experiência da Medicina ligou-se também à escrita. Sem ela, a minha escrita teria ficado num espaço mais magro. A Medicina liga-te a uma experiência muito forte com o corpo, com a história, com o pensamento, e depois a



descoberta da Psiquiatria também influencia um bocado.

R·L *Psiquiatria à parte e voltando à literatura.. durante este tempo em que tem sido acolhido pelas Cidades Refúgio tem conseguido escrever da mesma maneira que escrevia em Cuba? E de que modo se tem feito a integração?*

P.M.A. A integração em Coimbra foi boa, até porque já tinha vivido dois anos fora de Cuba. Coimbra significou uma mudança para mim porque posso fazer uma vida social maior aqui: por causa da língua, por ser uma cidade maior do que a de Grossetto, onde eu estava. Tinha amigos em Roma, mas a vida social acaba por se centrar na cidade onde vives. E Coimbra representa uma mudança. Ainda que não tenha uma vida cultural muito intensa, há qualquer coisa. E, para mim, um modo de ver a vida cultural é o modo de ver as bibliotecas – e aqui tenho acesso a muitas bibliotecas. Aqui mesmo [no Departamento Botânico, onde decorreu a entrevista] encontrei um texto de que andava à procura há quase dez anos. Um texto de um cubano que escreveu para um congresso de Medicina na América Latina... e estava aqui. Faço vida de biblioteca e acho que em Coimbra há boas bibliotecas. Às vezes há uma ou outra exposição de pintura, menos teatro... E outras coisas estão perto, em Madrid, onde me desloco e compro os meus livros. A minha vida anda também à volta das relações com os meus amigos escritores que vivem no exílio, quase todos em Madrid ou Barcelona, e das amizades literárias ou culturais que pude fazer

aqui em Coimbra. De modo que, nesse sentido, está a funcionar tudo bem.

Relativamente à parte da escrita, aqui escrevi mais do que em Itália. Lá escrevi sobretudo um livro dedicado à história da Medicina cubana, relacionado também com a morte por suicídio em Cuba, projecto que ainda não terminei. É um tema que me fascina, já tenho muitas páginas que tenho de começar a reescrever. Mas o mais importante para mim – porque me sinto mais poeta – é que voltei a escrever poesia. A poesia não se escreve quando se quer, e eu sou um poeta de escassa produção. Quatro cadernos até agora. E o último, que ainda não está editado, foi todo escrito aqui em Coimbra. O último que foi publicado em Cuba [*Cabezas*, vencedor do Prémio UNEAC de Poesia 2001, em Cuba] foi traduzido por um poeta português desta cidade, um bom poeta – Jorge Melícias – e deve estar a ser publicado pela Objecto Cardíaco, uma editora nova do Porto, à frente da qual está Valter Hugo Mãe, que é um bom romancista e poeta, que esteve muito tempo à frente das Quasi Edições.

R·L *Quando saiu de Cuba e veio para a Europa, alguma coisa o chocou, já que a organização política e social é tão diferente..*

P.M.A. Às vezes, quem vem de fora, de um sistema socialista que a pouco se transforma num sistema socialistas estalinista, muito fechado, está melhor colocado para perceber os valores da sociedade democrática. O mundo capitalista é sempre atravessado por um sentimento de decadência e isso faz com que

as pessoas encontrem modelos dentro dos projectos ligados a movimentos revolucionários. E isso, de certo modo, paralisa-me um bocado. Há coisas que eu acho incríveis... porque existe um capitalismo desenfreado ligado ao consumismo. Depois de três anos, ainda não me sinto ligado ao consumo. Claro que consumo mais e dentro de outra lógica económica, mas não me sinto ligado a isso. Paradoxalmente, este mundo que produz liberdade em sentido económico, não produz liberdades em sentido de fronteiras, em sentido migratório, em sentido de direitos civis. Às vezes, não se empregam a fundo os recursos que existem para resolver problemas importantes. Ainda assim é, dentro do que existe, o melhor. É incomparável. Para mim, um sistema totalitário não é comparável com o capitalismo, sobretudo com o capitalismo europeu democrático que salvaguarda, em grande medida, liberdades fundamentais.

R·L *E o que é que acha do discurso político do Partido Comunista Português?*

P.M.A. Tento percebê-lo dentro deste contexto. Não acho estranho, mas não me move simpatia. Só em relação a certas políticas concretas, a favor de minorias, etc., que muitas vezes chegam do Partido. Mas não considero pensável a sociedade em termos de luta de classes, por exemplo. Reconheço a mais valia de determinadas políticas locais que vêm desse quadrante. Mas também não vejo o mundo a partir da Direita.

R·L *Tem algum tipo de militância ou de actividade política em Portugal?*

P.M.A. Não. É muito difícil chegar da radicalidade que se vive em Cuba conhecendo um pouco da sua história, e conseguir fazer a integração em termos de militância. Quando não se viveu num país democrático, a verdadeira vontade é de que exista no país de origem um espectro político amplo onde seja possível o diálogo.

R·L *Alguma vez pensa na literatura como uma arma?*

P.M.A. É sempre uma experiência que tem as suas próprias regras discursivas, que tem o seu próprio género. O importante é fazer

boa literatura. Na poesia, por exemplo. Quando se escreve, não é uma arma, não é um instrumento político. Mas acho que há uma violência dentro da minha poesia que, de certo modo, implica uma exploração, dentro da língua. Essa exploração significa colocar ali palavras que muitas vezes provêm de outros discursos, como pode ser o discurso do poder. Mas invertendo, parodiado, ironizado. Eu acho que a minha relação com esse tipo de discurso outro não é uma relação civil ou bélica. Não assumo o lugar bélico do escritor. É uma literatura deslocada do civil e que mantém uma relação *pré*. Pré-política, que

está nas margens da política, mas onde a política passa sempre e se converte numa outra coisa. Acho que não é a típica poesia civil que sirva de continuação ao *pathos* patriótico de uma tradição. É uma literatura que explora, que se alimentou muito de outras literaturas, como fuga ao problema da instituição literatura-nação. É o uso que faço da língua para colocá-la a salvo do lugar em que foi sequestrada pelo discurso político dominante.

Entrevista de CLARA ALMEIDA SANTOS

Ler Büchner naquelas condições era falhar o tiro. Caminhar, isso sim. Andar muito e de cabeça. Podia-se caminhar o tempo todo. Mas não estabelecer relações entre a tautologia da paisagem – fio de lábil demência – e a materialidade de algumas frases. Como esta, por exemplo: “Lenz passou pela Serra.” Em suma, nenhuma língua é suficientemente viva. E assim como certos caminhos estão aí para ordenar a loucura, o melhor é passar ao largo..

Pedro Marqués D’Armas, *Cabeças*, a publicar pela Objecto Cardíaco

Rede Internacional das Cidades Refúgio

A INCA - *International Network of Cities of Asylum* foi criada em 1994 por iniciativa do Parlamento Internacional de Escritores, para acolher escritores perseguidos nos seus países de origem. Coimbra é a única cidade portuguesa a fazer parte da rede. A adesão à organização aconteceu em 2003, por ocasião da deslocação à cidade de Jacques Derrida, que subscreveu o acordo na sua qualidade de então vice-presidente do Parlamento Internacional dos Escritores.

A autarquia compromete-se a providenciar uma bolsa mensal de 1300 euros e casa para a família que, no caso de Pedro Marqués de Armas, o primeiro escritor acolhido ao abrigo das Cidades Refúgio em Coimbra, é constituída pela mulher, Lucía, e pela filha Monica, de nove anos.





PATRIMÓNIO URBANO DA UC OS EDIFÍCIOS DO ESTADO NOVO

Depois de séculos de maturação, a “zona universitária” da Alta chegou a 1940 notavelmente equilibrada quanto às funções urbanas. A articulação entre espaços escolares, residenciais e comerciais constituía uma marca indelével. O Estado Novo resolveu, então, proceder à ampliação dos espaços escolares. E o resultado foi uma verdadeira revolução urbanística, que se desenrolou até aos anos setenta, plasmando, de forma ímpar, os princípios de actuação deste regime quanto à política patrimonial, ao uso quase discricionário da figura jurídica da expropriação por utilidade pública e ao controlo da arte, dos artistas e da própria universidade, entre outros aspectos. O exercício autoritário do poder fez emergir uma estética totalitária, que se cruzou com um rico imaginário conimbricense. É a soma destes aspectos tão disparez que torna verdadeiramente única a Cidade Universitária de Coimbra construída no século XX.

O PODER SIMBÓLICO

A Cidade Universitária de Coimbra constitui a intervenção urbanística e arquitectónica mais significativa do Estado Novo. A importância simbólica do Paço das Escolas, assumida unanimemente, impôs um projecto de remodelação urbana, em vez da construção de raiz na periferia, como seria mais natural. A amplitude do programa chocou, desde o primeiro momento, com a exiguidade do espaço disponível, mas, para resolver tal dificuldade, políticos e arquitectos preferiram, enquanto isso foi possível, demolir sistematicamente e construir com grandiosidade.

As extensas demolições não demoveram os políticos, que veicularam a ideia de que seria possível erguer na Alta uma cidade universitária concentrada, à semelhança das de Roma, Oslo, Berna e Atenas. Afinal, como se viu desde o primeiro momento, ela seria sempre demasiado extensa, por causa das consequências, e demasiado pequena para as necessidades escolares, em crescimento acelerado.

O apego ao lugar, cheio de ressonâncias simbólicas, foi tão forte como a sua inadequação aos princípios urbanos de Cottinelli Telmo e de Duarte Pacheco. O arquitecto e o político aspiravam a um urbanismo grandioso, simétrico, feito de longos eixos perspécticos. O que seria fácil num espaço plano, constituía na Alta uma tarefa árdua e cheia de escolhos, devido ao relevo acidentado e aos edifícios que seria necessário preservar nas margens da cidade universitária. A criação do eixo formado pela nova Rua Larga e pelas Praças da Porta Férrea e de D. Dinis só se obteve à custa de grandes terraplenagens, com rebaixamento superiores a cinco metros. A plataforma artificial criou, como era quase inevitável, dificuldades de concordância na sua orla, com consequências directas em dois pontos: a excessiva elevação do Largo da Feira e do próprio Largo José Rodrigues sobre o Museu Machado de Castro e, sobretudo, a destruição do último arco do aqueduto de S. Sebastião.

De qualquer modo, a Cidade Universitária de Coimbra foi concebida na completa indiferença relativamente à generalidade da Alta. Se é verdade que Cottinelli Telmo e Cristino da Silva atenderam a alguns imóveis mais significativos, preservando-os, na realidade acabaram por impor uma diminuição drástica da

sua escala, modificando por completo a sua inserção urbana. Apesar de ter ficado incompleta, ela constitui uma expressão singular da arte totalitária desenvolvida na Europa entre as duas guerras mundiais e, nos países comunistas, até à queda do Muro de Berlim. A supremacia dos objectivos políticos e propagandistas, o controlo estatal da arte e dos artistas e a tendência para recusar as vanguardas, em benefício do classicismo monumental, do eclectismo historicista e da expressão pseudo-vernácula, na arquitectura, e de um naturalismo académico, na pintura e na escultura, encontram aqui, a par dos edifícios dos tribunais, a sua melhor expressão. Mas é também aqui que mais exemplarmente se detectam os limites dessa corrente, permitindo assim estabelecer um estudo comparativo com as artes nazi, fascista, franquista e soviética.

O ESTILO MONUMENTAL

Em arquitectura, domina o classicismo monumental, cuja expressão só não é maior porque ficaram por construir os pórticos. Esta feição, estabelecida até 1944, quando a influência das obras de Albert Speer e de Marcello Piacentini em Portugal atingira o apogeu, observa-se bem na Faculdade de Letras, na Biblioteca Geral e na própria grande escadaria, ainda hoje correntemente designada “escadas monumentais”.

A Cidade Universitária de Coimbra foi concebida e dirigida por Cottinelli Telmo, nos anos de 1941 a 1948, e prosseguida por Cristino da Silva, entre 1949 e 1966, sob o signo da monumentalidade: vastas perspectivas, simetria e





WED
B
EVCTI

ortogonalidade no desenho urbano e classicismo monumental na arquitetura. Estes dois arquitectos, além de responsáveis pelo plano geral, tutelaram estritamente o projecto de cada um dos edifícios.

O Arquivo, construído entre 1943 e 1948, de pequenas dimensões e secundariamente localizado, apenas anunciou essa orientação nas pilastras e na moldura do portal. O seu autor, Alberto José Pessoa, veio a desenhar os dois imóveis mais significativos: a Faculdade de Letras e a Biblioteca Geral. O despojamento e a dureza de expressão da Faculdade de Letras (1945-1951) suscitaram a crítica do Conselho Superior de Obras Públicas, formulada em nome de inefáveis valores tradicionais e do reaportuguesamento da arquitetura. Daqui não resultou, porém, qualquer cedência ao decorativismo. Em frente, Alberto José Pessoa converteu em Biblioteca Geral a anterior Faculdade de Letras, construída poucos anos antes mediante projecto de Silva Pinto. Os maiores cuidados centraram-se na frontaria voltada para a Praça da Porta Férrea, que foi radicalmente modificada, não por razões funcionais, mas com o único fim de a adaptar estilisticamente ao classicismo monumental. Esta linguagem, patente na obra final, era ainda mais expressiva nos desenhos preparatórios, onde as pilastras se apresentavam mais espessas, as janelas mais pequenas e a parede ao nível do rés-do-chão inteiramente cega.

A morte inesperada de Cottinelli Telmo, em 1948, fez entrar em cena Cristino da Silva, que liderou a construção das Faculdades de Medicina e de Ciências. A substituição não alterou os princípios orientadores, mas o classicismo monumental perdeu o vigor de meados dos anos quarenta. No edifício da Medicina (c. 1951-1956), da autoria de Lucínio Guia da Cruz, onde domina a repetição invariável de

janelas, apenas os dois portais, enquadrados por bustos em baixo-relevo, dão uma nota de grandeza. A Faculdade de Ciências, projectada pelo mesmo arquitecto, foi vítima de constantes remodelações de programa e de prolongados atrasos na construção. O imóvel da Matemática, voltado para a Praça de D. Dinis, ficou concluído em 1969 e a Física e Química apenas em 1975. Os tempos eram outros. A resistência à monumentalidade classicizante crescera entre os arquitectos, embora se mantivesse em algumas obras de regime, como os tribunais. A Matemática, com o seu grande portal, esculpido por Gustavo Bastos, ainda evoca esse cânone, mas a Física e a Química afastam-se definitivamente dele, com a vasta abertura para o pátio interior, onde, aliás, se colocou uma escultura geométrica de Fernando Conduto.

A expressão arquitectónica da Cidade Universitária de Coimbra construída durante o Estado Novo está, porém, coarctada pela ausência dos pórticos, que teriam, não só unido, mas unificado os imóveis que acabámos de apresentar em separado. Presentes em algumas obras emblemáticas do regime fascista italiano, como a Cidade Universitária de Roma ou a Exposição Universal de Roma (1942), os pórticos surgiram logo nos primeiros estudos de Cottinelli Telmo, marcando de modo particular a Praça de D. Dinis. Aqui, a destruição de todas as preexistências teria permitido criar uma obra inteiramente nova, alheia à envolvente urbana, solipsista, o que não acontecia em mais lugar nenhum. Na Praça da Porta Férrea, havia o Paço das Escolas e, no Largo da Feira, a Sé Nova. Os pórticos teriam constituído o toque final da “grande composição” urbana, princípio orientador de toda a intervenção. Mesmo a implantação da escadaria monumental, sugerida pelo ministro das

Obras Públicas, Duarte Pacheco, não se pode separar do efeito que, após a longa subida, seria dado por esse pórtico imponente, de onde emergiria a estátua de D. Dinis.

Todos os edifícios projectados e construídos até aos anos sessenta previam esta interligação. Mas a demora verificada na construção, associada aos atrasos na edificação do Hospital, que deveria ter ocupado a face norte da Praça de D. Dinis, acabou por impor o seu abandono. Em 1969, estabelecida a transferência do Hospital para a periferia, em virtude de o programa manifestamente não caber no exíguo espaço que lhe estava destinado, restou uma praça assimétrica. A sobrevivência do Colégio de S. Jerónimo tornou absurdos os pórticos, como explicou o arquitecto José Pedro Martins Barata, no parecer onde apontou as restrições que inviabilizavam, 25 anos depois do início das obras da cidade universitária, a concretização do seu espaço mais emblemático. Por um lado, a excessiva volumetria dos pórticos e a relevância simbólica que conferiam à Praça de D. Dinis diminuiria o Paço das Escolas. Por outro lado, parecia “chocante”, nesta data, “a imposição de elementos de raiz vagamente neoclássica, quase evocadora da arquitetura dos anos trinta na Europa Central, cuja monumentalidade é a expressão de uma «vontade de poder» que não deve ser característica de um ambiente universitário”. Por fim, o efeito urbano, imaginado por Duarte Pacheco e Cottinelli Telmo, era ilusório, porque a inclinação da escadaria inviabiliza a percepção dessa desejada perspectiva e porque não leva em conta o acesso oblíquo, feito a partir da Ladeira do Castelo.

Com este parecer, José Pedro Martins Barata não só recusa a construção dos pórticos, como exerce uma crítica liminar aos funda-

mentos estéticos e ideológicos da Cidade Universitária de Coimbra, mostrando assim a erosão do classicismo monumental dentro da “arte oficial” do Estado Novo.

Mas, se o Estado Novo usou o monumentalismo para afirmar o seu poder, reservou as soluções regionalistas em edifícios secundários para exprimir o seu ideário ruralista. O modelo da “casa portuguesa” não se encontra, como é natural, no seio dos grandes imóveis da Alta, mas é um produto da mesma equipa de arquitectos, técnicos e políticos, deixando ver a fácil convivência entre as duas correntes arquitectónicas. O eclectismo tradicionalista manifestou-se sobretudo na casa de habitação para o director do Observatório Astronómico (projectada por Álvaro da Fonseca, em 1950) e, de um modo tão prosaico quanto significativo, na remodelação da casa do jardineiro do Jardim Botânico, de autor desconhecido (1948).

A ruptura moderna, constituída pelas instalações académicas da Praça da República, foi tardia (anos cinquenta e sessenta), periférica e levantou fortes objecções dentro do regime. Também foi inesperada. O arquitecto, Alberto José Pessoa (que, neste caso, fez equipa com João Abel Manta), fora, na Alta, o fiel executor do classicismo monumental. No entanto, afastado do Paço das Escolas, encetou subitamente o caminho da arquitectura moderna, chocando e surpreendendo o ministro das Obras Públicas, o Conselho Superior de Obras Públicas e a imprensa de Coimbra, mas acabando por ganhar, no decurso dos anos, os favores da crítica e, por fim, do próprio público. A emergência desta obra, que só pôde avançar com o apoio de Cristino da Silva, mostra os limites da imposição política de uma «arquitectura oficial» e o desgaste do classicismo monumental.

Esse desgaste não se fez, contudo, sem resistência. Uma das marcas dessa atitude ainda hoje está patente no bloco das cantinas. Referimo-nos à ausência do painel de azulejos da fachada, previsto desde o início por Alberto José Pessoa e João Abel Manta, realizado por este último e, por fim, remetido para o jardim interior, porque a Junta Nacional da Educação considerou que o assentamento no lugar original prejudicaria «a monumentalidade e a sobriedade da escadaria do conjunto arquitectural da entrada da cidade universitária».

ARTES AO SERVIÇO DA IDEOLOGIA

Como já tivemos ocasião de escrever, os regimes totalitários elevaram a arquitectura ao estatuto de primeira arte, firmando sem hesitações uma hierarquia que subordinava a escultura e a pintura. Isto não significava desprezo por estas artes, capazes de veicular conteúdos ideológicos muito elaborados. Reconheceram, isso sim, que era no seio do classicismo monumental que os seus recursos poderiam ser valorizados. A principal faculdade ideológica desta corrente arquitectónica reside na transmissão instantânea de dois valores fundamentais: ordem e poder. Às artes plásticas coube substantivar esses valores, conferindo-lhes um conteúdo ideológico mais preciso.

A integração das artes está bem patente na Cidade Universitária de Coimbra. A leitura iconográfica das estátuas, relevos, pinturas e tapeçarias oferece uma significativa homogeneidade ideológica e artística. As excepções são tardias e configuram uma ruptura estética e, nalguns casos, política. O Estado Novo pediu à escultura que enobrecesse o espaço

público, que amenizasse as fachadas e que transmitisse um paradigma ideológico. E foi isso que profusamente aconteceu, sobretudo na Praça da Porta Férrea, através de estátuas e grupos escultóricos de reis e cientistas ou alusivos à História (Tucídides), à Filosofia (Aristóteles), à Eloquência (Demóstenes), à Poesia (Safo) e às Ciências Médicas, Físicas e Químicas, de baixos-relevos em pedra evocando a Biologia, a Matemática, a Ética, de frescos dedicados à Antiguidade Clássica, à Glorificação do Génio Português, à Matemática, etc. [v. as peças de Marco Daniel Duarte, in “Rua Larga”, n.ºs 9 a 12].

A estatuária e a pintura mural, abundantes em todo o espaço da cidade universitária, são o resultado de uma cuidada ponderação ideológica, com dois pólos fundamentais: o nacionalismo, representado pela história e cultura portuguesas, e o universalismo, figurado pela Antiguidade Clássica. Num esforço constante para aludir ao presente através do passado, ou, melhor dizendo, para colocar o passado ao serviço dos fins presentes do Estado, as cenas de história recente, que vemos com abundância no estalinismo, ou os retratos dos chefes políticos são substituídos, em Coimbra, por um verdadeiro panteão nacional, a que a Antiguidade dá um cunho de intemporalidade. A representação do Saber, ainda mais dominante do que a da História, serve o discurso patriótico, a Universidade e, através da alegoria, o próprio naturalismo estético.

Chegou o C@rteiro

João Paulo Moreira *

“Esta nossa terrível necessidade
de contacto”
(Katherine Mansfield)

Ainda hoje me surpreendo com as mensagens que ocasionalmente me chegam por correio electrónico, enviadas por completos desconhecidos, solicitando ajuda para este ou aquele projecto pessoal. São normalmente missivas lacónicas, desconcertantemente autoconfiantes, e sobretudo cheias de uma instrumentalidade interesseira que, noutro tempo e circunstâncias, só poderia passar por atrevimento. No fundo, admito, é o registo de *informalidade* da mensagem que me suscita mais reservas, embora já saiba também, por formação e hábito crescente, que esse é o tom próprio de um meio em que decididamente o conteúdo se sobrepõe à forma.

Acesso universal e ininterrupto, comunicação horizontal e desinibida, foram, a par do pragmatismo e da rapidez (tendencialmente, a dramática palpitação do tempo real), as promessas maiores trazidas pelo advento do *e-mail*. De resto, já Marshall McLuhan, em meados da década de 1960, acenara com essa utopia igualitária contida nas novíssimas tecnologias então emergentes: “O computador, em suma, promete, por via da tecnologia, uma condição pentecostal de compreensão e unidade universais (...) uma perpetuidade de harmonia e de paz colectivas”. Mas o carteiro electrónico veio acrescentar possibilidades inimagináveis ao horizonte nascente da informática, aliando a superação da distância

física, temporal e *social* à discutível vantagem de dispensar o contacto directo entre os intervenientes.

Nada que outros *media* – o telégrafo, o telefone, e a própria correspondência epistolar – não tenham logrado antes. E tal como noutros casos antes, também agora a experiência concreta das coisas trouxe consigo algumas desilusões. Como por exemplo, e desde logo, o famigerado *spam* (ou correio comercial não solicitado), ou como as inúmeras formas de comportamento incorrecto em que o *e-mail* é fértil. Mais interessante talvez, no entanto, do que esta (N)etiqueta, há que referir as modalidades de autocondicionamento estilístico que espontaneamente se foram impondo nas trocas de correio electrónico. Essa foi a conclusão inequívoca de um estudo realizado há alguns anos por investigadores da Universidade de Vanderbilt, que durante meses analisaram dezenas de milhar de mensagens em circulação no interior de uma grande empresa californiana. Comparando as características desse fluxo de correspondência trocada internamente pelo pessoal aos mais diversos níveis, foi fácil identificar padrões de redacção comuns e perfeitamente distintos, desde o estilo sucinto e reservado da administração e pessoal superior, claramente sinalizador da sua circumspecta autoridade, até à profusão de mensagens de natureza pessoal e lúdica – mas valiosamente coesiva para a vida da empresa – remetidas pelo estrato dos funcionários menos qualificados, passando pela escrita dos quadros intermédios, pressurosamente longa e cuida-

da e alardeando um jargão destinado a impressionar os decisores.

Na verdade, os resultados do estudo em causa não vieram senão mostrar, no que ao *e-mail* diz respeito, a presença de comportamentos idênticos a outros marcadores de *status* sócio-profissional, como sejam a escolha do lugar de cada um na mesa das reuniões de trabalho, os padrões de convívio em torno da máquina do café, ou ainda, muito significativamente, as sub-listas de *e-mail* criadas pelos quadros de topo para discussão de assuntos profissionais em circuito restrito. Dito de outra maneira, na nova paisagem não só não se concretiza a utopia, como se pode entrever a persistência de hierarquias e obstáculos aparentemente inamovíveis nos canais da comunicação interpessoal.

De facto, é preciso antes de tudo saber se é por mais proximidade que, no fundo, ansiamos, ou se não nos move também, ainda que apenas semiconscientemente, a igualmente estimável capacidade de evitar a maçada das relações face-a-face; é preciso saber se é uma crescente informalidade no trato aquilo que buscamos, ou se nos basta o exercício subtil da *possibilidade* de abolição das hierarquias, pela via da manipulação de subtis códigos propiciadores de uma permanente negociação entre inclusão e exclusão.

No seu recente livro de memórias, o arquimilionário norte-americano David Rockefeller conta que o patriarca do clã preferia o modo epistolar para contactar

com o resto da família, mesmo os membros que consigo coabitavam (“O Pai ditava as cartas a uma secretária, que depois as dactilografava e punha no correio, guardando uma cópia em arquivo”). E Garry Wills, falando daquilo a que chama “a monarquia do Vaticano”, lembra que, durante o seu papado, Pio XII deu instruções para que os sacerdotes se lhe dirigissem de joelhos, sempre que

com ele falassem ao telefone. E para finalizar, um caso mais apenas, pescado da observação quotidiana: não há muito tempo pude pessoalmente assistir, à porta de uma das nossas mais tradicionais Escolas, ao curioso ritual de cumprimento de dois universitários que, em pose hiper-formal, selavam o momento da despedida com um firme aperto de mão, ao mesmo tempo que,

de tronco bem afastado e curvando-se em rígida vénia, repetiam sucessivamente: “Um abraço! Um abraço!”

Os exemplos não faltam, vindos tanto do agir individual como da esfera institucional: tão assombrosa quanto a “nossa terrível necessidade de contacto” é, enfim, a tremenda variedade e complexidade dos protocolos da interacção humana.

* jprm@fl.uc.pt



Bozzolo

Alice de Cesaro

[9 Biennale d'Architettura 2004, Mirko Zardini. Notizie Dall Interno]



R E T R A T O
D E C O R P O
I N T E I R O

João Montezuma de Carvalho: “Não estava no meu projecto ser pintor”

A primeira obra de arte que fez foi um busto, em barro, de Antero de Quental, que conserva no gabinete do Departamento de Botânica, tinha 16 ou 17 anos, época da paixão de pouca dura pela escultura. Anos mais tarde, abraçou a pintura e actualmente, aos 82 anos, João Maria Montezuma Diniz de Carvalho continua a assinar “Montezuma”. Voltou a pintar desde a sua jubilação, depois de um interregno de 32 anos. Duas fases separadas pela carreira académica deste pioneiro da Genética em Portugal, mas unidas pelo interesse constante pela História da Arte.

R•L *Quer na escultura quer na pintura, foi sempre um autodidacta, nunca teve nenhum professor?*

J.M.C. Autodidacta a cem por cento. Nunca tive aulas de ninguém nem com ninguém. Os meus mestres foram os museus que eu visitei e os quadros que lá havia.

R•L *Como é que começou esse gosto pela arte?*

J.M.C. A minha primeira estadia no estrangeiro, assim longa, foi em Inglaterra, de Novembro de 1956 a Outubro de 1959. Fui um dos primeiros bolseiros da Fundação Gulbenkian, que celebra agora os seus 50 anos, ainda não estavam aprovados os estatutos de concessão de bolsas, ainda funcionava por convite. Fui para Inglaterra estudar a estrutura e reprodução do cromossoma, que deu depois origem à minha tese de doutoramento. Em Inglaterra, tive uma oportunidade única: como o meu instituto de investigação era perto de Londres, ia para lá todos os fins-de-semana. E comecei a visitar os museus, o

que aconteceu durante os três anos da minha estadia. Comprava muitos livros de Arte e comecei a ter uma cultura de pintura e pensei: “talvez isto um dia me sirva”. Digo sinceramente que não estava no meu projecto vir a ser pintor...

R•L *Havia algum artista ou corrente que o tivesse marcado especialmente, nessa época?*

J.M.C. Gostava dos impressionistas, de arte moderna. Mas onde tive mais contacto com os impressionistas foi a partir de 1963, quando fui para a Holanda trabalhar como investigador na Universidade Agrícola de Wageningen. Aí é que decidi começar a pintar. Havia lá muitas lojas que vendiam tudo para pintura e comprei aquilo tudo. Disse à minha mulher que ia começar a pintar e ela ficou incrédula. E eu confirmei: “vou pintar”. Comecei a ver os museus de Amesterdão, Haia, Roterdão e achei que talvez fosse capaz de fazer alguma coisa mais ou menos parecida. Comecei a dar umas pinceladas: o primeiro quadro que eu pintei era um cinzeiro com um cigarro e ao lado um copo. Ainda estava muito rústico... Passei a ir aos museus ver os quadros de Van Gogh, de Cézanne, ao pé do quadro, para ver como é que eles pintavam, o tipo de pincelada. Nesta pintura modernista, reconhece-se a pincelada, ao contrário que do acontece na maior parte dos pintores anteriores, que pintavam o objecto tal como ele é, com a máxima semelhança. Se andarmos à procura de pinceladas, não as encontramos, é tudo lisinho, parece uma fotografia. Em 1964, fiz uma exposição no Clube Internacional da Universidade de

Wageningen, em que já estava o retrato do director do Instituto onde eu trabalhava, que era um apreciador e sabia bastante de Arte. Ofereceu-me um livro que dizia “ao cientista e pintor Montezuma”.

Quando voltei para Portugal, em 1966, vinha com uma grande bagagem: comprei uma mala especial, de propósito, para trazer os quadros que pintei lá.

R•L *E foi aí que começou um intervalo na actividade de pintor, intervalo esse que havia de durar mais de 30 anos...*

J.M.C. Durante alguns verões a seguir, ainda pintei algumas paisagens. Para pintar, eu tenho de ter o objecto à frente. Nunca pintei nada sem o objecto. Sou incapaz de pegar num pincel e começar a pintar de imaginação. Só aconteceu um assomo de semi-imaginação depois de eu ver um documentário sobre a pintura de Pollock na televisão. Ele pertence ao movimento do expressionismo abstracto e eu vi-o a atirar com tinta para a tela, obedecendo, claro, a determinados truques. No dia seguinte, tentei fazer uma coisa semelhante, meio ao acaso, com riscos, e depois comecei a encher alguns espaços com cores. Ele isso não fazia, fazia só riscos mais grossos num primeiro plano e mais finos em segundo plano e tudo se entrecruzava. As pessoas olham para um quadro destes e é o observador que passa a descobrir coisas. Fiz ainda alguns quadros utilizando esse princípio. Ainda espero fazer mais quadros neste estilo.

R•L *Mas voltando atrás... porque é que aconteceu esse intervalo?*

J.M.C. Acho que em 1968 já não pinte nenhum quadro. Não dava para poder prosseguir com a carreira académica, não tinha tempo. Eu não sou o chamado “pintor de fim-de-semana”. Quando resolvo pintar, tem de ser de seguida. Tenho de projectar-me para a frente sem mais preocupações. E isso só encontrava nas férias grandes. Depois tive de parar mesmo e só agora, depois de jubilado, é que pensei que podia voltar outra vez a pintar. [Esse intervalo] teve consequências. Os meus quadros, após os 32 anos de intervalo, são bastante diferentes dos que eu tinha pintado antes. Tanto assim que na retrospectiva que eu fiz na Casa da Cultura ocupei duas salas: numa sala, os quadros que pinte até 1967; noutra, os quadros da segunda fase. E as pessoas diziam: “de facto, estão aqui dois pintores”. A maioria das pessoas gostava da primeira fase. E eu também tenho de confessar que gostava da primeira fase, mas agora já tenho outros projectos...tenho a impressão de que já não volto a esse estilo.

R·L *Paralelamente à produção artística, foi sempre desenvolvendo o gosto pela história da arte, inclusivamente ao nível da investigação.*

J.M.C. Ao estudar pintura, como tenho muitos livros sobre pintura antiga, fui sempre estudando e tentando ter uma grande informação sobre a pintura antiga, além de ter visto os quadros. Para mim, é fundamental ver os quadros. E o que esteve sempre mais perto de mim foi o Museu do Prado. Se eu vivesse em Madrid, parece-me que ia lá duas vezes por semana...

Em relação à pintura modernista, há um pintor, que é do séc. XVI, o El Greco, que, para mim, é o pai do modernismo: as cores vivas, a deformação da figura – que é o fundamental

no modernismo, a deformação da realidade, que vai chegar ao ponto de o Kandinsky dizer que “o objecto prejudica-me”.

Relativamente à história da arte portuguesa, concretamente, eu só tenho estudado os “Painéis”...

R·L *...que na sua opinião são erroneamente chamados “de S. Vicente”...*

J.M.C. Na minha e na de muita gente, os painéis não retratam S.Vicente, mas o Infante Santo, o infante D. Fernando, que morreu no cativeiro, em Fez.

R·L *E em que é que, fundamentalmente, consiste e se sustenta a sua teoria?*

J.M.C. Depois de José de Figueiredo publicar, em 1910, a primeira obra completamente dedicada aos painéis e afirmar que o santo representado era S.Vicente, José Saraiva edita, em 1925, um livro onde afirma que o santo era o Infante Santo. A partir daí, gera-se a polémica: os vicentistas opõem-se aos fernandistas. E até hoje, é o que se mantém. Comecei por me convencer de que, de facto, era o Infante Santo. Mas, dentro dessa teoria do Infante Santo, como explicar uma veneração ao Infante Santo? Olha-se para os painéis e surge a interrogação: afinal, a que cerimónia corresponde esta representação? Que veneração é esta? Numa veneração a um santo ele toma parte na própria cerimónia? Eu estava a achar aquilo tudo muito esquisito... De maneira que a minha teoria começou a esboçar-se a partir da ideia de que devia haver cerimónias reportadas na história que podiam dar uma solução para o enigma. E comecei à procura na História de Portugal, na crónica de Rui de Pina. Fui esmiuçando e, a certa altura, tinha a minha ideia esclarecida: deve tratar-se de uma cerimónia na corte, de

transmissão de poder do D. Pedro. O meu primeiro artigo sobre o assunto foi publicado no *Diário de Coimbra* em 2004, com fotografias a cores. Estive dois anos sem pegar no assunto, mas comecei a pensar numa coisa que tinha lido: o judeu era capaz de ser o mestre Guedelha. Pesquisei, daquilo que fui lendo, que o mestre Guedelha era médico e astrólogo. É ele que está lá representado. Na crónica de Rui de Pina estava a intervenção do Guedelha em actos importantes, a fazer o horóscopo das personalidades – fez o de D. Henrique I, fez o horóscopo do D. Duarte, na sua proclamação, dizendo que a hora que estava prevista para ele ser declarado rei não era a mais própria, já que a conjuntura dos astros era desfavorável. Nesta base, o Guedelha, já desde D. João I, era o judeu mais importante junto da corte. Para estar nos painéis, não iam lá pôr um judeu qualquer... Bem, mas há quem diga que a cruz de seis pontas que o identifica como judeu foi pintada posteriormente e para muitos isso é um argumento forte.

R·L *Considera, se é que posso depreendê-lo do que disse, os painéis como uma das obras de arte mais enigmáticas da história da arte portuguesa. Em que medida é que esse facto o atraiu para a investigação?*

J.M.C. Eu conhecia os painéis desde miúdo. Tinha um tio em Lisboa e, nas férias, eu ou algum dos meus irmãos íamos passar uns dias à capital. Esse tio era um grande *connoisseur* de arte e gostava muito de ir ao Museu de Arte Antiga... e não havia sobrinho nenhum que lá não fosse. Daí que aos 14 anos já tivesse visto os painéis. Ficou sempre marcado e, quando ia a Lisboa e podia, ia sempre vê-los. Sem dúvida, é espectacular: O meu

interesse maior veio quando foi publicado um grande livro sobre a análise dos painéis com infra-vermelhos e que permitiu ver que atrás da pintura havia desenhos. E a maioria dos desenhos não coincidia com o que estava pintado; mas para mim isso era favorável. Nesses desenhos prévios, o Infante D. Henrique estava a abraçar o jovem que está junto dele. Para mim é primordial explicar quem é o miúdo: para mim, é o infante D. Fernando, sobrinho de D. Henrique e também seu filho

adoptivo, devido à morte do pai real. Assim, não era estranho que D. Henrique o estivesse a abraçar. Se não for assim, como é que se explica o abraço?

R.L. *Os seus projectos para o futuro passam mais pela pintura ou pela investigação?*

J.M.C. Agora vou cortar com toda a investigação sobre os painéis. Tenho muitos apontamentos, mas para já ficam assim. E vou pin-

tar, é o meu projecto imediato. Tenho ideias para os primeiros quadros: vão ser diferentes versões da mesma coisa, mas não digo o tema. Digo só que é ligado à Universidade de Coimbra, próprio da Universidade de Coimbra.

Entrevista de
CLARA ALMEIDA SANTOS



*Belo é o poema dado à costa
já roído dos peixes.*

Pedro Tamen

Três quartas partes da superfície do planeta são cobertas por mar. Não diríamos que três quartos da poesia portuguesa têm mar, mas são incontáveis os poetas que falam do mar que vêem, que amam, ou de que simplesmente necessitam no trabalho metafórico (sendo Herberto Helder, também neste aspecto, uma excepção: lembra o estado messiânico do *Apocalipse* de São João, em que já não haverá mar). Trata-se neste pequeno texto de navegar por diferentes acepções em que o mar surge.

O MAR ABSTRACTO

Quanto mais invocado directamente, tantas vezes mais *abstracto*; tão identificado com a própria poesia que a convoca ou a dispensa: “Ah, quem pudesse ouvi-lo sem mais versos!”, escreve Miguel Torga (poeta telúrico, sim, mas que constantemente precisa do mar como operador do pensamento). É como se a proximidade do mar abrisse uma zona de silêncio e purificação, de regresso a uma origem poética: “Entre mar e sombra a delícia / de um vento que abre um espaço original” (Ramos Rosa). Essa zona, para Eugénio de Andrade, é a “orla do mar”, “onde o corpo é alma”: nessa orla nasce a “Vontade de ser barco ou de cantar”. Sophia de Melo Breyner, colocando-se também na orla, tematiza-a explicitamente em termos dos ritos da purificação, do espanto, do eterno retorno “à praia

inicial da minha vida”: “Quando eu morrer voltarei para buscar / os instantes que não vivi junto do mar”. E a constante contemplação que Sophia faz tem por vezes um eco narcísico: “No mar passa de onda em onda repetido / O meu nome fantástico e secreto”.

EROTISMO E AMOR

Da invocação abstractizante desliza-se frequentemente para uma associação ao *erotismo* e ao *amor*. Desde as cantigas de amigo, em que ao mar se pergunta onde está o amado: “Ai ondas, que eu vim veer, se me saberes dizer porque tarda meu amigo” (Martin Codax). Antero (em versos que podem fazer lembrar Eugénio) fala do estado em que a contemplação do mar põe os amantes: “não sei que luz em teu olhar flutua”. Manuel Alegre associa: tempo de mar; tempo de amar. Em comparações eróticas mais directas, Cesário Verde, imitando Baudelaire, quer mergulhar nas ondas dos cabelos da amada. David Mourão-Ferreira escreve: “Deitada és uma ilha”, com “prometedoras enseadas / um só bosque no meio florescente”. Ruy Belo diz: “Há o mar há a mulher”, e “ao dizer o mar a mulher / há penso eu um certo tom na minha voz sinto um certo travo na boca”. Ruy Cinatti fala da mulher “integral como uma onda / saindo da onda, onda”. Mário Cesariny fala do homem: “Visto a esta luz és um porto de mar / com reverberas de ondas onde havia mãos / rebocadores na brancura dos braços”. Ainda sob o signo do erotismo, e fazendo jus ao provérbio segundo o qual “Quem o mar gaba não tem visto a praia”, Jorge de

Sena escreve uma série de poemas “Sobre esta praia”, sobre “o mar que tudo aceita em ondas sucessivas” – incluindo um trio de dois machos e uma fêmea que o poeta ciosamente contempla nos seus jogos.

MAR DO TRABALHO

Bem diferente é o mar do *trabalho*, dos pescadores, das lanchas que António Nobre paternalisticamente invoca (apontando-lhes nos nomes os erros de ortografia) na ladainha “Lusitânia no bairro latino”. Esse mar, encontramos-lo sobretudo (ou quase apenas) em Vitorino Nemésio, poeta com “pulmões nas fibras do mormaço” e cujo coração pulsa como o mar ondeia. Mais frequentemente encontramos navios como seres escultóricos (“as veias de vertigem plácidas como um óleo”, diz Ramos Rosa) e digressivos: “sem nenhum destino flutuam nas cidades, partem no vento, regressam nos rios” (Eugénio).

AS NAVEGAÇÕES

Do romancelheiro tradicional repega Garrett a *Nau Catrineta*, com o seu demónio tentador. Mas as naus remetem-nos para outra acepção, a das grandes navegações, exaltadas ou sublimadas no Pessoa ortónimo, sempre em busca de uma ontologia: “Que voz vem no som das ondas / Que não é a voz do mar?”. Sophia, ainda que com predominância do camoniano decassílabo, dá dessas navegações um relato muito menos imperial do que o da *Mensagem*: “encostas e praias surgiam / Como

sendo chamadas", "O mundo parecia criado nessa mesma / Manhã". Há versos desses na *Mensagem* ("E viu-se a terra inteira, de repente, / Surgir; redonda, do azul profundo"), mas logo seguidos de interrogações sobre um ser cada vez mais messiânico ("Cumpriu-se o mar; e o Império se desfez. / Senhor, falta cumprir-se Portugal!").

TORMENTAS E NAUFRÁGIOS

Pessoa não precisa dos heterónimos para se tornar dramático. Basta ler alto, na mesma *Mensagem*, não só o famoso "Mostrengo", como o belíssimo e dramático "Noite", em que um navio se perdeu e outros o querem mas não podem ir buscar. Tema romântico

mas também iluminista (e ainda bem mais antigo, ou não dissesse já Zenão de Chipre que "só como náufrago navegou pelo mar com felicidade" e se converteu à filosofia), as *tormentas* e os *naufrágios* são porém raros na nossa poesia; estão presentes em Camões e, muito depois, em Torga, associados à figura particular da sereia negra. Segundo Hans

Imagem de Nuno Rebelo para o espectáculo *Tanto Mar*, estreado na Figueira da Foz no âmbito da VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra.



Blumenberg (na belíssima obra *Naufrágio com Espectador*), a figura dos naufrágios é essencial no Iluminismo como justificação das “paixões, filosoficamente discriminadas: a pura razão – esta seria a calma, a imobilidade do homem em posse total de toda a prudência.” Goethe, que um dia foi apanhado não pela tempestade mas pela calma, é dela que se queixa: seria morrer do modo mais estranho que há. Não deixa por isso de ser motivo de reflexão essa ausência de marítimas tormentas (de paixões?) na nossa poesia (com a exceção camonianiana, que expressamente associa tormenta e paixão em “Como quando do mar tempestuoso”). Álvaro de Campos é o homem que anseia por elas, nomeadamente na “Ode marítima”, cheia de vontade de partir e de sofrer, mas em que apesar da poética intersecção de espaços e de tempos está sempre a concluir que *la vraie vie est ailleurs*: “Merda pra toda a vida como a nossa, que não é nada disto!” A verdadeira vida de Campos (se assim se pode dizer) é a que ele vive no mar da calma, tal como em “Encostei-me para trás na cadeira de convés” ou em “Opiário”: balouçado na sensação das ondas, sem responsabilidades nenhuma, sem personalidade propriamente – “A minha Pátria é onde não estou”. O mesmo mar da *bonança* e da subjectividade surge num dos mais belos poemas de Al Berto: “os barcos deixaram de fazer escala à minha porta”, “os dias lentíssimos, sem ninguém”.

SUICÍDIOS E REVOLTAS

Mais curioso ainda é que, com tão poucos naufrágios, haja tantos náufragos na nossa poesia. A explicação é perturbante: a maior parte das vezes são suicidas, numa frequência impressionante. Desde a “Sepultura românti-

ca” de Antero (“ali se há-de enterrar meu coração”), passando por Camilo Pessanha (“Ao meu coração um peso de ferro/ Lançá-lo ao mar”), até Sebastião da Gama (com sabor a crioulo) em “Elegia para uma gaivota”. O açoriano Pedro da Silveira conta que “Um morto deu à costa”, o Capitão Morto; reapparece em “Navio Naufragado” de Sophia: “É um esqueleto branco o capitão (...) Tem algas em vez de veias / E uma medusa em vez de coração.” No poema enigmaticamente intitulado “Tu e eu”, Sophia remata: “E vens comigo / Morto, morto, morto / Morto em cada imagem”. Ruy Belo, esse, escreve uma comovente “Fala de um homem afogado”, entre a saudade cúmplice do quotidiano e o ressentimento: “sabei que o solo sólido da terra foi apenas para mim / insegurança oscilação vertigem / e que em verdade agora mais do que acabar / o que fiz foi voltar à minha origem”; “Devo afinal a gestos artificiais / o meu regresso às coisas naturais”.

“O duvidoso mar”, como lhe chamou Camões, motivou ainda duas ou três *revoltas*. Cesário, rindo, sem cuidados, esgarra, com desdém, no grande mar: E José Gomes Ferreira manda calar o mar; “lágrima de ninguém”, cenário indiferente diante das tragédias humanas. Também Cesariny, no diálogo intitulado “Pena Capital”, debate e ataca o mar: “o Mar o mais que dá é uma alma”.

DELÍRIOS

Não faltam *delírios* marítimos na poesia portuguesa, pelo menos desde Camões. Leia-se, não só a “Ilha dos Amores”, mas, no Canto Sexto, a descrição do reino de Neptuno, nomeadamente os pormenores de todo o corpo de Tritão – que “na cabeça, por gorra, tinha posta / Uma mui grande casca de lagos-

ta”. O apetite surrealizante vem com justificação realista no poema de António Gedeão sobre o homem-rã, esse ser de máscara, barbatanas calçadas e “pulmões a tiracolo”, conquistando um fundo de mar maravilhoso, “por entre corais e esponjas / hipocampos e holutúrias”. Surrealismo realista também no poema “Pudor”, de Torga, em que “o auscultador do telefone é um búzio. / Oiço nele ressoar / O mar / da tua voz inquieta.” Vem de uma propulsão erótica em “Ladainha horizontal” de David Mourão-Ferreira: “no mar da memória ardente, eternamente a bramar”, vogam as muitas camas de uma vida, “como se fossem jangadas”. Mas, começando por “era uma vez”, é pura fantasia suave em Ana Hatherly, que inventa um “mar de esparguete, em que as praias eram de arroz doce”.

MAR DE LETRAS

Por último, como talvez não pudesse deixar de ser numa arte cada vez mais auto-reflexiva, surge por vezes o *mar de letras*. Mesmo em Gedeão: “Tenho sofrido poesia / como quem anda no mar”. Vasco Graça Moura invoca Ulisses, que “navegava por entre os perigos da literatura”. Cesariny, com “O Navio de Espelhos”, que no “porão traz nada”, atinge uma reflexividade complexa e esplendorosa.

Concluindo (e merecidamente) com Sophia: em cada uma destas acepções, “Água escorria de todas as imagens”. Mas água são águas, diversas, só com algumas ausências partilhadas.

A HASTE MAIS BAIXA DO VEADO

Vergílio Alberto Vieira

Com o Cávado a embaraçá-lo na aflição
turva dos limos, e o areão branco a sufo-
car-lhe a voz na pressa da corrente, o
pesadelo havia de marcar-lhe a vida para
sempre.

Ao alvorecer (já sem o anjo, de olhar
ausente, junto do poço), a luz vermelha
(e ácida) da lâmpada de presença lá estava,

sem brilho, para lhe cortar o passo e o
impedir de chegar perto do vulto de mulher
que, pela encosta íngreme de Ajude,
envolto em bruma, à distância de um grito
estrangulado lhe fugia.

Esquecido de que são vagos, os sonhos, via-a
agora mais nítida, mais próxima, e como cami-

nhava, de rio a monte, descalça, com os cabe-
los soltos.

Esperava, então, poder tocá-la, antes de a ver
entrar no bosque, e aí perder-se, como som-
bra que se não deve perseguir, ou como anel
ou lenço deixado ao abandono no caminho.

No regresso, já a vereda se fechava, de fetos,
de fraguado escondido entre as ramagens.



Em vão, ainda desejou vê-la outra vez passar a estreita ponte romana, descer, por fim, ao leito de águas paradas, e entrar na barca presa a um salgueiro, que a lua baça esfumara de ouro velho atrás dos choupos altos, a menos de uma légua dos cerros de Friande, um só casebre ali, dois olivais além. A claridade veio lembrar-lhe que já não dormira em casa, que tinha deixado a terra, e aqui estava, como um estranho, entregue à fealdade quase insalubre do pavilhão em que se dera ao sono, e quis morrer.

Com o nascer do dia a pontuar de prata os cumos da Falperra, deixara então o rio sem reparar como o silvedo tomara altura, de repente, entre a passagem da azenha e o caminho de cabras em que não devia ter entrado, apesar de baixar a tempo a cabeça sob a ruína do umbral e se amparar, seguro, ao tronco de carvalho que o fixava como um pajem, na ponte levadiça do castelo.

Não sabia é de onde podia ecoar a voz distante de mulher que, de quebrada em quebrada, veio cortar de assombro a branca

ondulação do dormitório dos menores nesse primeiro dia, mais adiante.

Já por São Victor o Velho os sinos acorriam a tirá-lo da modorra de gato em que caía e os primeiros frios de Outono se preparavam para o jogar de novo aos braços de Morfeu, atormentado pelo som metálico dos trilhos do eléctrico que, a Monte d' Arcos, viria arrefecer as palmas do Prefeito.

Sem logo dar acordo do lugar, entre cotovelados e nuvens de vapor ainda tentou reconstituir o sonho, mas já era tarde, à hora em que já de pronto se revezavam os caloiros na corrida aos lavabos, trocada em casos de aperto pelo bater de meias-portas das sentinas, ou pelo reboiço das camas mal-arejadas que o expediente de rapaz desajeitado deixaria à perfeição para melhor altura.

O abatimento diário sentido, há muito, nos corredores sombrios da Tamanca, voltou, assim, como uma dor que se não sente, quarenta anos depois, quando, há dias, de passagem por Paris, se preparava para regressar a Portugal, e se deu conta de que teria tempo

para deambular ainda algumas horas pelo Quartier Latin, mais indiferente que no tempo em que ali ia para estar só consigo. Apesar da pouca luz de Março não se mostrar convidativa, estava em Paris, ainda era cedo para chamar um táxi, para seguir para o aeroporto, e era nenhuma a vontade de ficar no Littré Hôtel, ou entrar no Club Quartier Latin, onde não faltariam motivos para apreciar *le charme du quartier*.

Porque mudou de ideias, e decidiu dirigir-se, a pé, ao Muséum d'Histoire Naturelle, é que nem a si soube dizer, nem o que o terá levado a perder a noção do que o chamava ali, e ao que viera.

Quando voltou a si no quarto da clínica a que alguém o tinha conduzido, é que pôde então saber, lendo o cartão que, num envelope fechado lhe fora deixado à cabeceira, e redigido numa cuidada caligrafia de mulher, que o desfalecimento que o vitimara tinha ocorrido junto à vitrine onde um jovem veado terá sabido, com ele, na infância, o que é viver, um dia, um verdadeiro sonho de amor.

TÍTULO: *Farmacognosia e Fitoquímica*
ORG.: A. Proença da Cunha
EDIÇÃO: Fundação Gulbenkian
Lisboa, 2005

A obra *Farmacognosia e Fitoquímica* nasce da necessidade de haver, em língua portuguesa, um compêndio que, procurando actualizar conhecimentos desta área científica, inclua a matéria dada na disciplina de Farmacognosia da licenciatura em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da UC.

Organiza e colabora na maioria dos capítulos deste livro A. Proença da Cunha, que durante 42 anos esteve, primeiro no ensino prático, depois no teórico, ao serviço desta disciplina. Intervêm também, em diversos capítulos, os actuais professores do Laboratório de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia de Coimbra e outros docentes das faculdades de Farmácia do Porto e de Lisboa.

Dado que houve a preocupação de ser mais um livro de carácter didáctico, não deixa, contudo, de ter interesse na investigação fitoquímica, esperando-se que possa vir a ser também de consulta para profissionais, particularmente para os que na farmácia, dia a dia, têm muitas vezes de responder a dúvidas, colocadas pelos utentes, em relação a muitas plantas medicinais utilizadas na terapêutica. Em relação ao estudo dos fármacos vegetais, estes foram agrupados, sempre que possível, de acordo com o seu constituinte principal, tendo em conta a sua origem biogenética. Assim, inicia-se esse estudo pelos compostos do metabolismo celular primário, ou seja, pelos glúcidos que incluem, para além das oses, os seus derivados directos (poli-holósidos homogéneos e poli-holósidos heterogéneos). Depois passa-se para os lípidos e, seguidamente, para os metabolitos secundários que possuem actividade farmacológi-

ca. Introduce-se ainda um capítulo sobre antibióticos de origem natural, justificado pelo interesse deste grupo de fármacos. O desenvolvimento das matérias tratadas dá para cada grupo de constituintes indicações sobre métodos extractivos e métodos de dosagem, sendo os fármacos escolhidos pelo seu maior interesse farmacêutico ou didáctico, fazendo-se referência aos aspectos de obtenção, constituição química, ensaios de caracterização e de pureza, métodos de dosagem e principais usos.

Considerou-se útil a inclusão de capítulos sobre a obtenção clássica e utilizando métodos biotecnológicos de matérias-primas naturais, sobre condições de processamento e de conservação, e de aspectos a observar na preparação de medicamentos a partir de produtos vegetais. Para cada capítulo, é indicada a bibliografia básica específica para os assuntos desenvolvidos.

Jogo do Beto no Concelho da Lousã: uma expressão singular portuguesa

TÍTULO: *Jogo do Beto no Concelho da Lousã: uma expressão singular portuguesa*
AUTOR: Paulo Coelho Araújo e Mário Maia Rodrigues
EDIÇÃO: Eds.
Lousã, 2005

Nas palavras de Pere Lavega, docente do INEFC de Lleida, este livro é uma magnífica contribuição para a recupe-

ração e reconstituição de um jogo tradicional que corria o perigo de se tornar numa espécie lúdica em extinção. O Jogo do Beto, património local do concelho da Lousã, é abordado nas suas vertentes lúdica, tradicional e popular. Este estudo etnográfico combina distintas estratégias metodológicas na obtenção dos dados, nomeadamente na aplicação de praxiologia motora, conduzindo a um autênti-

co laboratório de relações sociais e motoras. Internamente, o jogo privilegia a relação entre os jogadores e com o próprio espaço e tempo. Com este estudo, pretende-se dar a conhecer aos mais novos o nosso passado colectivo, projectando para o futuro a nossa identidade cultural.





Imprensa Estudantil de Coimbra. Vol. I Repertório Analítico (Século XIX)

TÍTULO: Imprensa Estudantil de Coimbra. Vol. I Repertório Analítico (Século XIX)
AUTOR: Manuel Alberto Carvalho Prata
EDIÇÃO: Imprensa da Universidade Coimbra, 2006

O século XIX foi, em Portugal, um grande século de cultura. A testemunhá-lo estão não só as noções de “Instrução Pública” e de “Instrução Popular”, mas também a afirmação e o desenvolvimento da imprensa. Daí o epíteto de “século do periodismo” ou “século dos jornais”, para caracterizar o tempo de Oitocentos. Como realidade social e consciente da intuição do espírito dos tempos, a Academia de Coimbra (incluem-se aqui os estudantes universitários e os dos outros níveis de ensino) é portadora de vivências e concepções culturais que se desenvolvem à margem da Universidade e do estudo,

mas que passam por práticas múltiplas como, por exemplo, a criação de jornais e revistas e pela discussão de temas literários, filosóficos, religiosos, sociais, históricos, políticos, económicos, científicos, educativos e artísticos. Para além destas temáticas, a exercitação, também, de uma cultura de carácter satírico e humorístico, de timbre acentuadamente coimbrão, nas críticas desenvolvidas a colegas, a personalidades e situações do meio envolvente e, por fim, a divulgação de uma sabedoria de cariz mais prático e utilitário, para uma maior ilustração do público leitor. Estes jovens viram nos jornais e nas revistas os meios mais eficazes para fazerem passar as suas mensagens. Em *A imprensa estudantil coimbrã. Repertório analítico (século XIX)* procura-se não só registar os diversos periódicos que a Academia de Coimbra criou, desde

1821 até 1900, mas também transmitir aquelas mensagens, através de uma análise aos periódicos. Neste sentido, para cada publicação foi elaborada uma ficha onde se apontam os títulos, os subtítulos, se os houver, os nomes dos seus responsáveis, dos colaboradores e as suas características técnicas. Sempre que referido, dá-se conta, igualmente, dos objectivos ou do programa que presidiu à criação de cada jornal ou revista. E, finalmente, em termos sintéticos, faz-se o elenco dos conteúdos de cada publicação. Conscientes da renovação conceptual e metodológica que a história vem operando e não desconhecendo que a imprensa, pela sua própria natureza, é, simultaneamente, uma preciosa fonte de informação, de intervenção e de animação, julga-se ter aqui um instrumento de referência para investigadores e estudiosos.

Sidónio e Sidonismo. Vol. I História de uma vida. Vol. II História de um caso Político.

TÍTULO: Sidónio e Sidonismo. Vol. I História de uma vida. Vol. II História de um caso Político.
AUTOR: Armando Malheiro da Silva
CO-EDIÇÃO: Imprensa da Universidade e Museu da Presidência da República Coimbra, 2006

O lente republicano da Universidade de Coimbra que, no ano de 1908, lançava uma acusação violenta contra a instituição, defendendo a laicidade do ensino e o laicismo, não é o mesmo que em 1918 se senta nos “doutorais”, abrindo as portas ao regresso da tradição académica que, numa certa conjuntura (e só nela), pode ser entendida como uma das formas da Tradição? É o mesmo que permite a penetração do pensamento católico e da acção monárquica? Será esta uma questão relativa à “pessoa” de Sidónio ou

uma questão resultante das “circunstâncias” em que pôde irromper um “movimento” que afinal o ultrapassa e a que a história chamará “sidonismo”? Sidónio Pais terá sido, na verdade, um germanófilo, defensor de um sistema de poder autoritário, ou a sua presença ministerial em Berlim vale sobretudo como um elemento de vida, sendo sim significativa a sua afirmação presidencialista, como forma de encarar a República e como tentativa de a salvar da instabilidade permanente, regressando assim à lógica presidencialista americana e, sobretudo, brasileira, que marcou as primeiras propostas constitucionais portuguesas? Seja como for, para além de Sidónio está, sem dúvida, a representação do seu mito e a influência que ele exerceu numa direita republicana ou monárquica – a síntese pessoana do “Presidente Rei” é de

um significado fundamental – para lá da sua morte trágica, em 14 de Dezembro de 1918. E não há nada como uma morte trágica para criar um mito ou mitos vários... Partidos e associações cívicas de “direita” apelarão sempre para a imagem de Sidónio, caracterizando-se mesmo a elas próprias de “sidonistas”, e para a imagem da “Ditadura”, que passaria a ser designada não tanto como um regime de excepção, várias vezes assumido na Monarquia Constitucional ou na República, mas já como um “regime” em si mesmo, que daria origem a uma prática institucional de “terceira via”. Por isso os salazaristas apelavam também para a ideia de um “novo Estado”, de uma “República Nova” (como existira a ideia de uma “Monarquia Nova”), que sentiram, de forma indelével, na experiência ditatorial de Sidónio Pais. Entende-se, assim, toda a

lógica de Salazar ao afirmar, em 28 de Maio de 1934: “As ditaduras não me parecem ser hoje parênteses dum regime, mas elas próprias um regime, senão perfeitamente constituído, um regime em formação. Terão perdido o seu tempo os que voltarem atrás, assim como talvez também o percam os que nelas supuserem encontrar a suma sabedoria política”.

Quem foi afinal Sidónio Pais? Dêmos a palavra a Malheiro da Silva e a todos os que, depois desta publicação, o quiserem criticar ou interrogar. E a sua tese é que Sidónio representou a via presidencialista da República, aproveitada – é verdade – por amplos sectores, durante a sua ditadura e depois dela, e representou, no fundo, a via autoritarista que a ideia de

República também continha, como as ideias e as práticas da Revolução Francesa possuíam essa mesma tendência, conforme o procuraram provar alguns historiadores, como é o caso paradigmático de François Furet.

(Extracto do prefácio por Luís Reis Torgal)

O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra.

TÍTULO: O Poder da Arte

AUTOR: Nuno Rosmaninho

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
Coimbra, 2006

A construção da Cidade Universitária de Coimbra, levada a cabo entre 1941 e 1975, supôs uma intervenção urbana tão profunda e afirmou-se tão claramente como uma obra de regime que se torna difícil exagerar o seu significado. Ela é, a par dos tribunais, uma das melhores expressões da arquitectura de poder do Estado Novo. Nenhuma obra revela tão bem o uso propagandista do património.

No entanto, observada em pormenor, deixa ver a acção por vezes desencontrada dos organismos oficiais. E a sua recepção crítica sugere uma escassa capacidade de endoutrinação.

É no seio da arte totalitária que a Cidade Universitária de Coimbra melhor se compreende, mesmo nas suas aparentes contradições. O seu estudo confirma a diferenciação de modelos arquitectónicos e traz para primeiro plano as divergências existentes dentro do Estado Novo quanto à importância do nacionalismo arquitectónico e aos meios de o alcançar. O predomínio do classicismo monumen-

tal não obistou ao afloramento de modelos pseudo-vernáculos em bairros de realojamento e obras secundárias e à tardia emergência do modernismo. A estatuária, próxima da dos regimes autoritários e totalitários pelo seu estatismo, sobriedade académica e alusão à Antiguidade, permaneceu refém de um naturalismo simplificado e geralmente convencional. Os murais foram votados à consagração da História, dos heróis nacionais e do saber.

[v. neste número da “Rua Larga” (pp. 49-53) o artigo de Nuno Rosmaninho]

Hidráulica Urbana. Sistemas de Abastecimento de Água

TÍTULO: Hidráulica Urbana. Sistemas de Abastecimento de Água

AUTORES: José Alfeu Sá Marques, Joaquim José de Oliveira Sousa

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
Coimbra, 2006

Este texto aborda temas relacionados com o dimensionamento e a análise do comportamento hidráulico de infra-estruturas de Hidráulica Urbana, concretamente, os sistemas de abastecimento público de água.

Após uma breve introdução geral ao tema (Capítulo I), apresentam-se algumas das

metodologias frequentemente utilizadas na avaliação das necessidades gerais de água dos núcleos urbanos (Capítulo II), ao que se segue o estudo de sistemas de adução e das características gerais de condutas e acessórios (Capítulo III). O armazenamento de água em pequenos reservatórios capazes de suprirem as necessidades por períodos não muito longos (dia), é abordado no Capítulo IV. No Capítulo V, dedicado às redes de distribuição, apresentam-se os modelos conceptuais e matemáticos de equilíbrios hidráulicos em regime permanente, bem como os métodos numéricos necessários

à resolução dos sistemas de equações não lineares resultantes. O texto prossegue com o estudo dos transitórios hidráulicos em sistemas sob pressão (Capítulo VI), onde se introduz o método das características e as condições de fronteira mais comuns, e termina com a simulação dinâmica do comportamento hidráulico de sistemas sob pressão (Capítulo VII). Em complemento ao texto, juntam-se os anexos 1 e 2 dedicados, respectivamente, às leis de resistência dos escoamentos e a aspectos relacionados com o funcionamento de bombas centrífugas.

Introdução à Teoria da Distribuição de Tempos de Residência

TÍTULO: Introdução à Teoria da Distribuição de Tempos de Residência

AUTOR: Pedro Nuno das Neves Lopes Simões

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade Coimbra, 2006

Os conceitos de Reactor Contínuo Perfeitamente Agitado (RCPA) e de Reactor de Escoamento Puramente Pistão (RP) desempenham um papel crucial na análise e projecto de reactores químicos. São conceitos que idealizam duas condições de mistura extremas, mínima (RP) e máxima (RCPA), em reactores contínuos. Porém, em sentido estrito, tais condições são inacessíveis em sistemas reais. Nestes, o que de facto se pode esperar é a ocorrência de estados de mistura mais ou

menos próximas de um desses casos limite. Para quantificar de alguma forma o afastamento da idealidade é necessário dispor de modelos adequados. De entre esses modelos, destaca-se uma família particular que se baseia na analogia entre o escoamento em sistemas contínuos e o processo de nascimento-morte.

A caracterização do escoamento e da mistura por aplicação de princípios de balanços populacionais permite um tratamento uniforme de reactores contínuos reais que, em determinadas circunstâncias, é independente dos mecanismos de mistura específicos. Essa metodologia foi formalmente organizada por Danckwerts e por Zwietering na já longínqua década de 50. Os trabalhos pioneiros destes autores são considerados os precursores da

chamada teoria da Distribuição de Tempos de Residência (DTR), matéria que desde então tem vindo a ocupar um lugar de relevo no domínio da Engenharia Química, mais concretamente na análise e projecto de reactores químicos. A presente monografia tem por objectivo constituir-se como uma fonte de informação julgada relevante para quem, na sua formação académica, sendo já detentor de conhecimentos básicos em matéria de Reactores Químicos, é pela primeira vez confrontado com a teoria da DTR. Nesse sentido, o tema é apresentado de uma forma sistematizada, tendente a facultar uma compreensão integrada dos conceitos fundamentais que reúne.

Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspectivas

TÍTULO: Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspectivas

AUTORES: João Boavida e João Amado

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade Coimbra, 2006

Sabe-se quanto a especificidade do campo educativo, em parte devido à facilidade com que se misturam planos, está à mercê de análises ligeiras e de conclusões enviesadas. Por estas razões, procurámos fazer passar, como ideia-chave, um conceito e uma imagem da Educação como fenómeno central e estruturante, quer a nível pessoal (imprescindível na formação de cada ser humano) quer social (socialização e coesão). As implicações desta centralidade são de toda a ordem e em todos os domínios, até mesmo na forma como todo o conhecimento se origina, se estrutura e se desenvolve. Com efeito, a pro-

blemática epistemológica é um dos temas centrais em Ciências da Educação, enquanto domínio de estudo, de análise e de investigação.

É nesta perspectiva que este trabalho se desenvolve. Na primeira parte, procuramos esclarecer a natureza e evolução dos conceitos de ciência, de verdade e de método; os contributos mais importantes ao longo da história do pensamento para esse esclarecimento, e a interação que entre os três conceitos se estabelece na produção e avaliação do conhecimento científico.

Na segunda, analisamos a especificidade epistemológica das Ciências Humanas e tentamos compreender o seu esforço de autonomização face ao positivismo dominante.

Na terceira parte, desenvolvemos, de modo problematizador, a epistemologia

particular das Ciências da Educação, assente na especificidade do campo educativo e na centralidade do conceito de Educação. É nesta base que se define a identidade das Ciências da Educação, que elas se demarcam das outras Ciências Humanas, e que se legitima a sua plurirreferencialidade.

Procurámos, enfim, promover uma reflexão sobre o lugar e o carácter da investigação que tem por objecto o “processo educativo”, no quadro do pensamento contemporâneo em torno da natureza da produção científica, em geral, e das Ciências Humanas, em particular. Quisemos também oferecer ao leitor um conjunto de utensílios conceptuais que lhe permita ter uma atitude crítica fundamentada face à multiplicidade de discursos que tomam a “Educação” como pretexto.

TÍTULO: *Histologia. Texto e Imagens*
 AUTORES: Carlos Gonçalves e Vasco Bairos
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
 Coimbra, 2006

Histologia, Texto e Imagens encontra-se organizada em vinte e quatro capítulos, cada um dos quais apresentando um pequeno texto inicial para que o leitor possa mais facilmente compreender e interpretar as imagens. Nesta introdução teórica está sempre incluída uma breve referência à histogénese e à organogénese dos tecidos ou órgãos abordados, reflectindo o ensino integrado da Histologia e da Embriologia, que há mais de trinta anos é ministrado no Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Os capítulos referentes ao sangue e à

hematopoiese foram essencialmente elaborados por Fátima Martins, professora de Histologia e Embriologia e especialista em Patologia Clínica. O capítulo dedicado à cavidade oral contou com a participação de Maria Helena Figueiredo, professora de Histologia e Embriologia e Regente da disciplina de Histologia e Embriologia da Licenciatura em Medicina Dentária. O aparelho reprodutor feminino é essencialmente da responsabilidade de José de Sousa Barros, professor de Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Com a intenção de apresentar uma obra de carácter marcadamente pedagógico, houve a preocupação de introduzir grande quantidade de imagens, procurando que fossem sempre da melhor qualidade. A iconografia apresentada resulta da

Histologia. Texto e Imagens

selecção de microfotografias registadas por aquisição digital a partir de preparações histológicas do arquivo do Instituto de Histologia e Embriologia. Cada imagem microfotográfica é acompanhada da respectiva legenda, onde são assinaladas as formações mais relevantes.

A Histologia, ao estudar a morfologia das células e dos tecidos e a sua cinética funcional, constitui uma ciência cujo conhecimento é fundamental para a adequada compreensão dos fenómenos biológicos dos organismos vivos. Assim, este livro destina-se a estudantes dos cursos de Medicina, Medicina Dentária, Medicina Veterinária, Farmácia e, em geral, aos alunos dos cursos das áreas da Biologia e das Ciências da Saúde.

TÍTULO: *Epigrafia. As Pedras que falam*
 AUTOR: José d'Encarnação
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
 Coimbra, 2006

E é verdade. Acotovelamo-nos com elas diariamente, há muitos anos, sempre as mesmas e a que outras se acrescentam, numa linguagem pensada, sintética, a demandar futuros...

São inscrições – onde o implícito acaba, se pensarmos bem, a ser até mais importante do que o explícito, os singelos dizeres que comportam. Afinal, porque se pôs aquele epitáfio assim? Porque se deu este nome a esta rua? Porque aquela placa comemorativa?... E diante de nós perpassam pessoas, factos, efemérides, estranhos instantâneos da vida familiar, política e social, retratados à maravilha, por

vezes, num – à primeira vista – insignificante grafito...

Isto estuda a Epigrafia. Sobre tudo isso procura falar este livro. Na expectativa de que cada um dos seus leitores saiba, depois de o ler, ver com muito maior acuidade o mundo que o rodeia.

Epigrafia. As Pedras que falam

TÍTULO: *Desenho. Percepção e Investigação Formal*
 AUTOR: António Olaio
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
 Coimbra, 2006

O objecto deste livro é o trabalho desenvolvido na disciplina de Desenho II do Curso de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, da qual António Olaio é res-

ponsável, tendo partilhado a docência com Pedro Pousada, Sebastião Resende e Teresa Pais. A selecção de trabalhos, aqui reproduzidos, corresponde aos anos lectivos entre 2001 e 2006. Este livro não se pretende representativo de um ano lectivo, mas sim da disciplina de Desenho II, dado que existem trabalhos novos introduzidos em cada ano. A quantidade de trabalhos que os alunos realizaram em cada exercício proposto não é

reflectida na escolha das imagens aqui reproduzidas. O desenho de representação, nomeadamente o desenho de rua, ocupa a maior parte dos tempos lectivos, mas, neste livro, procurando sobretudo documentar a diversidade dos exercícios realizados, o espaço a ele dedicado não será maior do que o de outros exercícios.

Desenho. Percepção e Investigação Formal

Política de Dividendos e Estrutura do Capital - Respostas e Dúvidas do Estado da Arte

TÍTULO: Política de Dividendos e Estrutura do Capital - Respostas e Dúvidas do Estado da Arte

AUTOR: Mário A. Gomes Augusto

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
Coimbra, 2006

As decisões relativas à estrutura do capital e de política de dividendos – a par com as decisões de investimento – constituem uma preocupação constante por parte das empresas, dado que tais decisões influenciam o seu valor ao serem capazes

de contribuir para a maximização dos rendimentos recebidos pelos seus investidores. Este livro, para além da sistematização dos diferentes posicionamentos relativos ao efeito que as decisões das empresas em matéria de estrutura do capital e de política de dividendos podem exercer no seu valor, tem como principal objectivo evidenciar as vantagens e desvantagens de fontes de financiamento alternativas e dos meios a que as empresas podem recorrer para fazer chegar ao património dos seus proprietários os

resultados por si gerados, bem como as características das empresas que podem influenciar aquelas decisões. Tratando-se de uma obra de cariz marcadamente académico, o seu principal público-alvo serão os estudantes e investigadores no domínio das Finanças. No entanto, a comunidade empresarial – nomeadamente os profissionais ligados às finanças das empresas ou ao sector financeiro em geral – também poderá encontrar nesta obra um contributo precioso para a auxiliar na tomada das suas decisões.

TÍTULO: *Murphy*

EDITOR: Paulo Varela Gomes

PUBLICAÇÃO: Imprensa da Universidade
Coimbra, 2006

MURPHY (www.uc.pt/murphy) é uma revista académica bilingue (português-inglês) de história e teoria da arquitectura e do urbanismo, publicada anualmente, a partir de Março de 2006, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, no quadro da actividade editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC.

O nome da publicação referencia o arquitecto irlandês James Cavanagh Murphy, autor dos primeiros textos e desenhos de divulgação da arquitectura portuguesa na Europa, entre os quais um álbum fundador do movimento neo-gótico internacional, que dedicou ao mosteiro da Batalha: *Plans, elevations, sections*

and views of the church of Batalha..., 1795.

MURPHY publica ensaios sobre a história do universo construído e projectado de matriz portuguesa e sobre a teoria da arquitectura do passado e contemporânea. Tem por objectivo acolher, qualificar e divulgar – no panorama nacional e internacional – a produção historiográfica e teórica portuguesa sobre arquitectura e urbanismo, constituindo a primeira iniciativa editorial do seu género que contou com o mecenato privado como principal fonte de financiamento do seu número inaugural.

O nº 1 de *MURPHY* trata os seguintes temas em artigos de fundo: claustro da Sé de Lisboa, urbanismo medieval português e problemáticas do alojamento na década de 60. São objecto de notas de investigação peças mais curtas dedicadas a assuntos em fase de pesquisa: Cananor

manuelina, a arquitectura dos conventos femininos e o pós-moderno na arquitectura portuguesa. O volume fecha com uma secção de recensões, contemplando publicações recentes no campo da história e dos estudos de arquitectura, desde a edição crítica de obras da tratadística do Renascimento ao mais recente título assinado pelo arquitecto holandês Rem Koolhaas.

O nº 2 de *MURPHY* encontra-se em preparação, procurando corresponder ao interesse e expectativa que o lançamento da publicação gerou nos meios da história e teoria da arquitectura nacionais e internacionais.

Murphy

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assinatura anual da Revista Rua Larga: Assinatura Anual (4 números) • Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 15 € (IVA incluído) • Outros: 18 € (IVA incluído) • Avulso (cada número): 5 € (IVA incluído)
Números Anteriores: 5 € (IVA incluído)

Os preços incluem os portes de correio nacionais.

A assinatura anual inclui a entrega dos quatro exemplares. A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independente do ano civil.

Para assinar a Rua Larga contactar a Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, Largo da Portagem, 27, 4.º, 3000-337 Coimbra. Telefone: 239824810. Email: aaecoimbra@sapo.pt

Assinaturas pela internet em www.uc.pt/rualarga

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades *Parceiras* ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades *Aliadas* assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

mais informações em <http://www.uc.pt/gats>





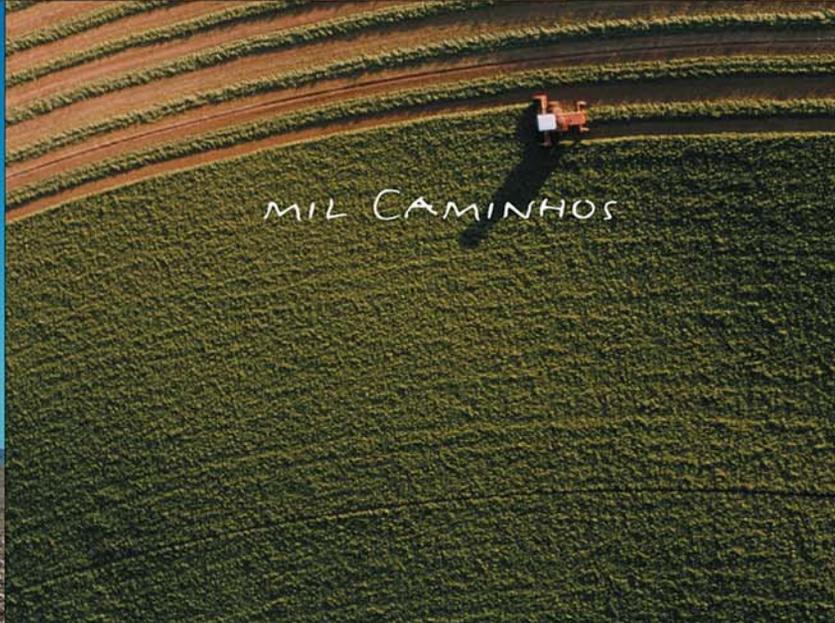
MIL SORRISOS



MIL SENTIMENTOS



MIL PROJECTOS



MIL CAMINHOS



MILHÕES DE CLIENTES



MILHÕES DE SONHOS

Millennium
bcp

A vida inspira-nos



Notas soltas de música

J. M. Pedrosa Cardoso

Maria do Amparo Carvas Monteiro

Francisco Pessanha

André Granjo

Joel Canhão

A necessária música

Na primeira universidade, dos meandros do *studium* aos ritos religiosos e sociais, a música nasceu necessária.

Integrando o *Quadrivium* e porque o som, reflexo do número, era ainda considerado espelho da divindade, a música era tida como a mais nobre das disciplinas matemáticas (na razão inversa, embora, da sua remuneração).

A Universidade de Salamanca foi a primeira a evidenciar a cadeira de música, graças à vontade do Rei-Sábio, Alfonso X, conhecendo-se a partir de 1452 a lista contínua de “cate-dráticos de música”, desde cedo celebrizada por nomes como Bartolomeo Ramos de Pareja e Francisco de Salinas.

Música noutras paragens

Nas universidades de Oxford e de Cambridge, na base de um longo estudo da teoria e prática musical, concederam-se graus académicos já desde o século XV, sendo conhecidos como graduados, entre outros, Chr. Tye, Th. Morley, Th. Weelkes, J. Dowland e Th. Tomkins, alguns até, na era de Quinhentos, como *Doctor of music*. Os estatutos do Colégio de Oxford, fundado no século XIII, previam a existência de coristas e de um *informator choristarum* com vista ao serviço litúrgico académico. A instituição de um professorado de música em Oxford, em 1626, por W. Heather, contemplava um *choragus* para os ensaios e um *lecturer* para o ensino.

Noutras universidades dos países protestantes, as autoridades previam planos de estudo musical para os que viviam na *civitas academica*.

Entre as cidades alemãs, Leipzig foi a primeira a criar um cargo de *director musices* que devia garantir a formação de uma vida musical académica e o enriquecimento de uma cultura cidadina, o que geralmente passava pela pessoa do Kantor de S. Tomás, como foi o caso de J. Kuhnau e J. S. Bach. Naquela universidade, G. Ph. Telemann, ainda como aluno de Direito, fundou em 1702 o célebre *Collegium musicum*, que se converteu rapidamente em foco de cultura musical alargada.

Ainda na Alemanha, os dois primeiros directores musicais universitários foram nomeados em 1779: J. N. Forkel, em Göttingen, e D. G. Türk, em Halle. A partir do início do século XIX, praticamente todas as cidades alemãs tiveram esse cargo. Em todas elas, a possibilidade de progressão na carreira académica juntava-se à investigação e ensino da prática musical. E foi a geração dos directores musicais das universidades alemãs que, no século XIX, criou as bases para o aparecimento da *Musikwissenschaft*. Sabendo-se que aquele cargo foi ambicionado por personalidades como R. Franz, C. Reinecke, F. Volbach, Ph. Wolfrum e L. Wolff e até Max Reger (transitoriamente *Musikdirektor* em Leipzig, em 1907), explica-se que, ao mesmo lugar da Universidade de Marburg, concorressem em 1920 nomes tão importantes como H. J. Moser, H. Mersmann e F. Blume.

Já no século XX, a música da universidade inclinou-se mais para o conhecimento do que para a *praxis*. A procura da prática musical e as novas pedagogias também ao nível de instrumentos levaram algumas escolas a criarem estruturas de formação musical específica, renovando ou substituindo assim antigas estruturas. Na América, a realidade é outra: havendo uma unidade entre as escolas superiores de ciência e de artes, cada universidade é simultaneamente escola superior de música, de que todos os alunos podem beneficiar.

Panorama do ensino musical em Portugal

No que respeita a Portugal, sabe-se que o rei D. Dinis – não fosse ele trovador e neto do criador das *Cantigas* – já contemplava a música entre as artes a serem ministradas no Estudo Geral. É certo que os nomes de lentes músicos só aparecem a partir da instalação definitiva da universidade em Coimbra, em 1537, sendo o primeiro lente Mateus de Aranda, empossado em 1544, mas a partir de então é constante a lista de lentes de música na universidade até aos princípios do século XX. Falta ainda estudar o papel dos lentes de música, uma lacuna imperdoável na nova historiografia universitária:

sabendo-se o que alguns ensinaram, pelos tratados que escreveram, ou traduziram, e conhecendo-se a sua obra de compositores, face às obrigações práticas na vida académica, resta saber concretamente como se processava o seu papel, simultâneo, de mentores e de directores de música. A verdade é que, a partir da República, não se conhece em Portugal uma preocupação explícita, por parte do poder instituído, com a presença da música na universidade.

Após o encerramento da capela universitária, em 1911, a obrigação do mestre de música, em Coimbra, e já nas faculdades de Letras de Lisboa e Porto, entretanto criadas, define-se por duas áreas: a direcção do Orfeon, e dos orfeões a constituir nas restantes faculdades; e a cadeira de História da Música, ou uma pesquisa sobre a tradição folclórica. Delineava-se, assim, uma ténue linha científica para o professor de música, mas sem uma convicção clara, porquanto a mesma se desvaneceu de todo, no caso de Coimbra, quando o maestro do *Orfeon*, Raposo Marques, foi contratado em 1936 sem a obrigação de prover as aulas de História da Música. Esta cadeira, vacante desde 1937, seria por sua vez restaurada em 1960, na pessoa de Francisco Faria, à margem do Orfeon, consumando-se até ao presente na Universidade de Coimbra o divórcio entre a teoria e a prática musical.

O conhecimento musical, confinado exiguentemente à História da Música como cadeira de opção dentro do Grupo de História, respondia de algum modo ao passado coimbrão, mas ficava muito aquém dos modernos programas científicos, introduzidos havia muito nas grandes universidades do resto do mundo. De nada valeram as ideias pioneiras, no caso das Ciências Musicais, de Luís de Freitas Branco (em 1918 e 1950) e também os alertas constantemente emitidos por um celebrado corifeu da cultura musical portuguesa, de nome Fernando Lopes-Graça. É que, positivamente, as Ciências Musicais implementadas, pela primeira vez em Portugal na Universidade Nova de Lisboa em 1980, ao nível de licenciatura, e em 1985 em Coimbra, ao nível de mestrado – em ambos os casos graças a uma verdadeira missionária da causa que foi Maria Augusta Barbosa – não corresponderam, ver-

dadeiramente, a um projecto intencional do sistema científico português. No país restante, a presença da música como disciplina universitária, seja de feição meramente musicológica, como em Lisboa ou Évora, ou prática, como em Aveiro, bem como o incremento da música de nível superior em outras instituições, continua à espera de uma estratégia oficial e coerente do ensino da música.

Quanto à música prática na Universidade de Coimbra, e nas restantes universidades, ela não desapareceu: pelo contrário, por intrínseca necessidade, cresceu e multiplicou-se, sob a complacência de um sistema democrático universitário, cuja responsabilidade se reduziu, na prática, a um subsídio paternalista, no âmbito de organismo autónomo ou similar.

E num mundo em que a arte dos sons se divulga globalmente e cada vez mais ao nível de objecto de consumo, com a multiplicação de escolas de música condicionadas mais pela lei do mercado do que pela cultural, a universidade portuguesa, um século atrasada em relação ao aparecimento das Ciências Musicais – pese embora a “atracção cada vez maior dos músicos pela ciência e a crescente simpatia dos homens da ciência pela música” (Freitas Branco, 1929) – também no âmbito da música sofre o desnorte vigente no ensino superior artístico.

À falta de um verdadeiro diagnóstico da música na universidade, continua-se à espera de um projecto de formação musical a nível superior que responda a questões tão importantes quanto o conhecimento científico musical e tão imediatas como o fomento exemplar de grupos musicais de qualidade que respondam aos interesses dos estudantes e que mereçam a dignidade de quem, no ensino superior, persegue conscientemente a Verdade plena.

José Maria Pedrosa Cardoso
Universidade de Coimbra





A cadeira de Música da Universidade de Coimbra

Pela carta *Scientiae Thesaurus miarceis*, de 1 de Março de 1290, escrita na cidade de Leiria, fundou D. Dinis o Estudo Geral em Lisboa, organizando-o com *copia* de doutores em todas as artes. Sendo a Música uma das artes quadrivias, conclui-se que o interesse institucional pelo seu ensino existiu na universidade portuguesa desde a sua fundação.

A carta subscrita por D. Dinis, em Santarém, em 18 de Janeiro de 1323, na qual mandou pagar os salários aos lentes, entre os quais o de Música (75 libras), mostra que a actividade deste já vinha sendo exercida, pelo menos, desde o início do ano lectivo então em curso.

A cadeira continuou a ser leccionada na Universidade, resistindo às sucessivas transferências do Estudo, até à sua fixação definitiva em Coimbra, em 1537.

Enquanto esteio importante da cultura de Quinhentos, D. João III assegurou o seu ensino ao mais alto nível do saber de então. À semelhança das outras áreas do saber universitário, a música era também um meio de afirmação cultural, de educação e de formação estética e humanista. Francisco de Monçon, na obra *Principe christiano. Libro primero del espejo del principe christiano* (1544), afirmava ser indispensável na educação do príncipe (D. João, filho de D. João III e pai de D. Sebastião) a aprendizagem da arte dos sons, aliás na mesma linha de Sanchez Arévalo, na obra *Vergel de Príncipes* dedicada a Henrique IV de Inglaterra, que considerava a música (“armonica, organica e rithmica”) entre os mais nobres exercícios de reis e de príncipes e de “todo o virtuoso e nobre senhor”. Também D. Jerónimo Osório (“Cícero português”), em *De regis institutione et disciplina* (1572), obra dedicada ao futuro rei D. Sebastião, refere o contributo da música “como disciplina régia”, recomendando-a como parte integrante da formação equilibrada e harmónica.

Após a transferência definitiva operada por D. João III, a existência da cadeira está amplamente documentada, designadamente ao nível estatutário e noutras reformas legais, e foi leccionada de 1544 até à segunda década do século XX. Neste trabalho indicamos os lentes que hoje se conhecem por terem exercido a docência por provisão régia ou reitoral, ou por determinação do Conselho da Universidade, desde 1544 até 1610.

Lista dos lentes da cadeira de Música de 1544 a 1610

Mateus de Aranda (1544-1548)

O primeiro lente da cadeira de que há notícia no período em apreço foi Mateus de Aranda. O alvará régio de 26 de Julho de 1544 assegura-nos não só a sua nomeação para a cadeira de Música na Universidade, mas também o seu provimento a título vitalício, com o salário anual de 60 mil réis, e a respectiva forma de pagamento. Indica ainda que a posse da cadeira deveria ser imediata, tudo isto na sequência dos *Estatutos* publicados nesse mesmo ano.

Aranda, formado nos ensinamentos de Pedro Ciruelo, seu mestre na Universidade de Alcalá de Henares, foi lente de Música na UC entre 1544 e 1548, onde reduzirá a música a uma arte cujo objectivo é o prazer auditivo, aspecto prático que se torna notório no *Tractado de Canto Mensurable e Contrapuncto* (1535) da sua autoria, na medida em que a obra se debruça sobre a prática da sua época, deixando de lado os aspectos especulativos, apesar de se situar num meio universitário. Esta obra foi impressa na mesma oficina lisboeta de German Gallard, dois anos depois da edição do seu *Tractado de Canto Llano* (1533), ambos reeditados no século XX. Importa sublinhar o valor histórico e cultural destes dois tratados, concebidos para o ensino e prática da música ministrada na Sé de Évora (onde foi mestre da capela), pelo facto de terem sido os primeiros que se conhecem impressos em Portugal com caracteres musicais. Ambos os tratados ostentam no frontispício um Prólogo dirigido ao Bispo de Évora, o Cardeal D. Afonso, mecenas de Mateus de Aranda. É também referenciado como mestre da Sé de Lisboa e da Sé de Coimbra.

Pedro Trigueiros (1548-1549)

Sucessor de Aranda, foi nomeado lente de música por provisão vitalícia de 6 de Abril de 1548, tomando posse em 14 de Maio do mesmo ano, com obrigação de “ler duas licoes cada dia hua de canto chaõ outra de canto dorgaõ e outra de Contraponto”, com salário igual ao do seu antecessor.

Baltazar Teles (1549-1552)

Lente de Música por provisão régia de 2 de Novembro de 1549, tomou posse em 26 de Fevereiro de 1550 e leu até 2 de Dezembro de 1552, vindo a ser substituído, conforme veremos adiante.

Afonso Perea (primeira “terça” de 1549-1550)

No período de docência de Baltazar Teles (lente proprietário), leccionou também como lente substituto Afonso Perea, com salário de vinte mil réis.

António de Bivar (c. 1550-1552)

À semelhança do anterior, Bivar leu como substituto de Baltazar Teles durante dois anos. Regressou ao cargo em 1553.

Ambrósio de Pino (c. 15.10.1552-1.2.1553)

Foi lente substituto por ordem reitoral, conforme consta da acta do Conselho de 10 de Fevereiro de 1553, no período acima indicado.

António de Bivar (10.02.1553 -15.06.1553)

Após a destituição de Ambrósio de Pino, Bivar regressou ao cargo como lente substituto, depois de ter disputado com Afonso Perea a eleição para substituição da cadeira de música que pertencera a Baltazar Teles, conforme a acta do Conselho de 10 de Fevereiro de 1553.

Afonso Perea (15.06.1553 à tarde até 31.07.1553; 1.10.1553 até 1593)

Perea voltou ao cargo de lente por provisão régia de 29 de Maio de 1553, com posse em 15 de Junho. Foi lente proprietário a partir de 1 de Outubro desse ano e leu até falecer, no início de Outubro de 1593. Figura prestigiada, gozou do favor real durante todo o seu longo período de docência. Em 1597, foi feita a publicação do tratado *Arte de Cantochão*, saído dos prelos do impressor real António de Barreira, em Coimbra, obra do padre Juan Martinez, revista e aumentada por Afonso Perea.

António Francisco (14.10.1593 a 31.05.1594; 2 a 20.12.1594)

Os livros dos Conselhos da Universidade permitem-nos concluir que a docência de António Francisco ocorreu como lente substituto durante quase todo o ano lectivo de 1593-1594, e pontualmente de 2 a 20 de Dezembro de 1594, substituindo já Pedro Correia, adiante indicado.

Pedro Correa de Andrada (1.06.1594-1610)

Declarada vaga a cadeira em Conselho da Universidade de 23 de Maio de 1594, Pedro Correa apresentou-se como opositor àquela vaga no dia imediato, vindo a tomar posse como substituto no dia 1 de Junho do mesmo ano.

Assinatura de Pedro Correa de Andrada

Cerca de um mês após a posse como lente substituto, foi declarada a vacatura da propriedade da cadeira que havia sido de Afonso Perea. Contrariamente ao que era habitual, a provisão filipina de 15 de Junho de 1594 mandou publicitar a vaga nas cidades de Lisboa e de Évora, ocorrendo assim, pela primeira vez, a colocação de «edictos» fora de Coimbra, o que iria conduzir a uma maior demora no seu provimento. A docência deste lente prolongou-se até 1610, sendo no entanto substituído, por motivo de doença, durante alguns meses, como veremos em seguida.

Germão Luís e outras pessoas (3.02.1597-13.05.1597)

Na acta do Conselho de 30 de Janeiro de 1597, a cadeira é declarada vaga de propriedade. A acta do Conselho de 22 de Abril diz-nos que “Pedro Correia lente de musica não leo de 3 de Fevereiro ate 13 de Mayo por doente na cama e leo por elle o capellão Germão Luís, e outras pessoas”.

Pedro Correia (continuação)

Conforme a acta do Conselho de 16 de Junho de 1597, Pedro Correia apresentou ao rei petição para prorrogação do cargo, a qual viria a ser concedida. Exerceu a docência até 11 de Maio de 1610, abrangendo um período particularmente difícil para o país e para a Universidade, que marcou o final da centúria de Quinhentos e o começo da seguinte.

Maria do Amparo Carvas Monteiro

Música pela Rua Larga... onde está?

Há registos, estudados exaustivamente, que evidenciam a existência do ensino da música na Universidade desde a sua fundação.

Sendo Coimbra uma cidade essencialmente universitária, vivenciando, desde a sua génese como tal, a vida académica e o espírito goliardesco que os estudantes de ontem e de hoje parecem ter, sem sinais de esgotamento, a sua música não é apenas a da instituição que lhes imprime esse carácter, mas também a dos estudantes que se organizam e fazem a sua música.

Fica, porém, em falta, a música erudita que sempre marcou a Universidade de Coimbra. E falta o grande dinamismo cultural que se consegue, para a Academia e para a Cidade, com a presença de músicos. Muito embora haja música, não é a suficiente e, com muita pena nossa, a sua qualidade deixa muito a desejar... Ainda assim, há que afirmar os esforços de numerosos colegas que cantam e tocam nos organismos da Associação Académica de Coimbra e nos pontuais *ensembles* corais e instrumentais que surgem pela Universidade.

Novas estruturas para a grande música

Talvez – e esta é a nossa perspectiva – fosse interessante a criação de estruturas que motivassem o ressurgimento da grande música na Universidade. Não é, aliás, evidente que

esta é detentora de características que potenciariam o desenvolvimento de alta cultura? O espólio musical e documental de que a instituição é proprietária é precioso; a tradição de grande música em Coimbra (e na Universidade) já existe; a vontade de fazer está patente nos poucos que apostaram nos Estudos Artísticos e que passam por Coimbra com vontade de música. É apenas necessário o surgimento da cultura e do ensino artístico de forma sólida, com a força da instituição. Porque não começar com a música? Porque não estimular, com a criação de uma orquestra (a título de exemplo), a produção e execução de música, dependente de licenciaturas em instrumento e em composição, da investigação sobre música antiga e música nova, abrir espaço à investigação nos domínios da música electro-acústica e computadorizada na Universidade de Coimbra?

A verdade é que a matéria-prima para que tal possa surgir já existe: a vontade de fazer, de criar, de aprender e estudar – porque ser estudante é ser aquele que estuda – está à vista. Basta que a instituição saiba “separar o trigo do joio” e dar oportunidade de trabalhar, de evoluir e de produzir aos estudantes que o querem fazer e, sobretudo, que o querem fazer aqui.

Francisco Pessanha
Aluno da Licenciatura em Estudos Artísticos da FLUC



YAMAHA
Xeno
COPPER BRASS TRUMPET
YAMAHA

Os grupos musicais da Universidade de Coimbra.

Actualmente encontramos no seio da Universidade de Coimbra mais de duas dezenas de grupos que se dedicam a diferentes práticas musicais, desde a música renascentista à música popular portuguesa passando pelo *jazz*, sem esquecer a denominada canção coimbrã. A sua organização vai desde a informal tertúlia de estudantes até organismos autónomos com estatutos próprios.

Possui a Academia actualmente quatro grupos corais de formação mista. O mais antigo, o *Orfeon Académico de Coimbra*, foi fundado por João Arroio em Outubro de 1880, sendo porventura o coro amador de maior longevidade em Portugal. Em resposta ao carácter masculino do mesmo, de resto na velha tradição francesa, apareceu em Dezembro de 1956 o *Coro Misto da Universidade de Coimbra*, por iniciativa de elementos do Conselho Feminino então existente na AAC. Em 1980, o então capelão da Universidade, Padre Vaz Pinto, reuniu um grupo de jovens para animar a missa dominical, que seria a base daquele que é hoje o *Coro da Capela da Universidade*. Em Janeiro de 1994, por iniciativa do Conselho Directivo da Faculdade de Letras e sob a direcção do maestro José Maria Pedrosa Cardoso, foi criado o *Coral de Letras da Universidade de Coimbra*, com o propósito de dar continuidade ao extinto *Coro de Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra*, fundado em 1956 por Francisco Faria. Fundada em 1888, a *Tuna Académica da Universidade de Coimbra* é uma formação orquestral, à semelhança das antigas tunas portuguesas, com um repertório composto maioritariamente por transcrições de música clássica e música popular orquestrada.

Formações para outros géneros

Compostas habitualmente por vozes e instrumentos tradicionais, as restantes tunas desenvolvem um repertório sustentado na música popular portuguesa, criando paralelamente novos temas ao gosto estudantil. À imitação das tunas académicas espanholas, a *Estudantina Universitária de Coimbra* aparece em 1984 no seio da Secção de Fado da AAC. Não tardaram a aparecer grupos análogos, uns de carácter mais abrangente, outros fechados em comunidades estudantis ao nível das faculdades. No seio da claque da Académica/OAF

nasce, em 1987, a tuna masculina *Fan-Farra Académica* e, em 1989, a contraparte feminina *As Fans*. Em 1991, surge a *Imperial Tertúlia In Vino Veritas*, a que se seguiram (em 1993) a tuna feminina *Mondeguínas* e a Tuna (masculina) da Faculdade de Economia, actualmente conhecida por *Coral Quecofónico do Cifrão*. Em 1994 é criada a *Tuna de Medicina da Universidade de Coimbra* e em 1995 e 1997 as tunas mistas *Quantunna* (Faculdade de Ciências) e *Phartuna* (Faculdade de Farmácia), respectivamente.

Os grupos de fados, compostos habitualmente por um cantor, duas guitarras e uma ou duas violas, estão centenariamente ligados às práticas musicais dos estudantes. Em 1897 surgiu pela primeira vez um grupo de fados associado à *Tuna Académica da Universidade de Coimbra*, tradição que ainda hoje perdura. Antigo é também o grupo de fados do *Orfeon Académico de Coimbra*. Com a criação, em 1980, da Secção de Fado da AAC, vários grupos têm surgido, mantendo-se actualmente dois: *Lágrima* e *Despertar*.

Em 1966, surgiu um novo género de agrupamento musical: o *Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra* (GEFAC), com o objectivo da recolha e recriação de diversas expressões da cultura popular. Nesta mesma área, surgiram mais recentemente outros dois grupos: a *Orquestra Típica e Rancho da Secção de Fado*, criada no início da década de 1980, e o *Grupo Folclórico da Casa do Pessoal da UC*, fundado em 1985.

Quanto à *Orchestra Pitagórica*, criada em 1981 no seio da Secção de Fado da AAC, tem as suas raízes em práticas musicais de carácter marcadamente humorístico e satírico. Já em 1995, surgiria no seio da *Tuna Académica da Universidade de Coimbra* aquele que é hoje o *Rags Big-Band*, vocacionado para a música *jazz*. Dois anos mais tarde, foi criado o *Grupo de Cordas da Secção de Fado da AAC*, com o objectivo de divulgar música tradicional portuguesa e estrangeira.

Finalmente, o *UCEnsemble* é uma formação flexível criada em 2005 no seio da licenciatura em Estudos Artísticos, da Faculdade de Letras, tendo por objectivo a interpretação de música de câmara por alunos e professores da Universidade.

André Filipe Granjo
Maestro da Tuna Académica da UC

Overture - Mozart
K. 361

This image shows a page of handwritten musical notation for the Overture by Wolfgang Amadeus Mozart, K. 361. The score is written on multiple staves. At the top, the title "Overture - Mozart" and the number "K. 361" are written in ink. The notation includes various musical symbols such as notes, rests, and dynamic markings. A "V." marking is visible on the second staff, and an "Oru" marking is on the third staff. The paper is aged and yellowed, and the handwriting is in dark ink.

Instrumentos que tangi na Academia

De 1966 a 1973, conduzi o *Orfeão Académico de Coimbra*, fundado em 1880, memória do tricentenário da morte de Camões e de seu talentoso fundador João Arroyo (1880/82). Criação de inspiração patriótica que “durou como um cravo de S. João”, na pena de Vitorino Nemésio, submergiu logo a seguir para voltar à tona, efémera, com Luís Stockler (1899/1900) e apagar-se de novo como estrela adiada. É António Joyce (1908/1914) quem o insufla de nova vida e o relança.

Sucedeu-lhe Elias de Aguiar (1914/1936) e Raposo Marques (1937/1966), meu antecessor, com o qual troquei as derradeiras impressões no *I Encontro de Grupos Corais* que o *Orfeão* levou a cabo em Abril de 1966. Na digressão do mesmo ano aos Açores, Raposo Marques foi vítima de um colapso cardíaco e, em Outubro, coube-me a honrosa e árdua tarefa de receber a pesada herança desse valioso instrumento.

Iniciei os ensaios e em Abril do ano imediato – 1967 – apresentava-me pela primeira vez no Teatro Académico de Gil Vicente, num Sarau das Universidades, a que se seguiu uma fase mais dilatada para conquista de novo repertório e de nova sonoridade. Diogo Dias Melgaz, D. Pedro de Cristo, Francisco Martins, Martini, Raposo Marques, Sampayo Ribeiro, Virgílio Pereira, Lopes Graça, Frederico de Freitas, Manuel Faria, Joel Canhão ecoaram nas vozes desse tempo.

A minha permanência no organismo encontra-se balizada por dois eventos relevantes: o citado *I Encontro de Grupos Corais* e o *Festival Internacional de Coros Universitários* de 1973, que juntou grupos de Espanha, Alemanha, África do Sul, Brasil, Filipinas e Japão, além de Portugal.

Em matéria de viagens, a mais importante foi a que o *Orfeão* realizou ao Japão, à Expo de 1970. Além dos concertos, nos quais executou apenas música de autores portugueses, excepto uma peça japonesa, foi enriquecedor o intercâmbio realizado com alguns coros universitários do país.

Coincidente com a recta final do *ancien régime*, a minha posição na regência do coro pode comparar-se à de Joyce, que respirou os tumultos de 1907 e da implantação da Re-

pública em 1910. Cumpridos que estavam os “Sete anos de pastor Jacob servia...”, voltei ao liceu.

Património musical inestimável

Uma das mais preciosas peças do património da Universidade é o seu órgão na capela de S. Miguel. Príncipe da organaria portuguesa setecentista, como algures lhe chamei, é o menino de oiro da inventiva de Manuel de S. Bento. É exemplo de funcionalidade e estética a perpetuar uma memória que, até no silêncio da sua postura, se exprime no dourado discurso que o envolve.

Seu feliz tangedor, acalentando almas, quer em eventos litúrgicos, quer noutros de carácter profano, é sempre com emoção que me surpreende a sua voz e com enlevo que a vista se perde no fulgurante corpo de talha aérea. Até há pouco, único em estado de graça na cidade de Seixas, cumpre uma função que, sem ele, a urbe desconheceria. Nesse labor se inscreve também o nosso contributo, em recital e na divulgação de literatura própria, junto de camadas escolares ou outras.

Enquanto segmento e auxiliar de cultura dentro da Universidade, o seu papel afastou-se do modelo que os velhos lentes praticavam. Hoje como ontem, em que tudo é mudança, não seria estulto inovar modernas formas do seu aproveitamento pela comunidade estudantil, que o desconhece.

Ancião de 274 anos é, com o *Orfeão Académico*, outro motivo de justificado orgulho para a Academia e, simultaneamente, de responsabilidade na sua preservação.

Joel Canhão
Organista da capela da Universidade de Coimbra





Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA DE 8 MARÇO 2006

Deliberação n.º 44 de 8 de Março
Aprova a constituição do Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde como Unidade Orgânica, nos termos da proposta apresentada. A proposta (Doc. 65/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 45 de 8 de Março
Aprova a proposta de fixação das propinas do Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de especialização em Psicologia do Desenvolvimento, em € 1000 e a forma de pagamento em três prestações. A proposta (Doc. 47/2006) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Deliberação n.º 46 de 8 de Março
Aprova a proposta de fixação do valor das propinas do Curso de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia do Desenvolvimento, em € 2000 e a forma de pagamento em três prestações. A proposta (Doc. 48/2006) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Deliberação n.º 47 de 8 de Março
Aprova a proposta de fixação do valor das propinas do Curso de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Social,

em € 2000 e a forma de pagamento em três prestações. A proposta (Doc. 49/2006) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Deliberação n.º 48 de 8 de Março
Aprova a proposta de alteração do valor das propinas do Curso de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia do Trabalho e das Organizações, para € 2000 e a forma de pagamento em três prestações. A proposta (Doc. 50/2006) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Deliberação n.º 49 de 8 de Março
Aprova a seguinte proposta: O Senado não pretende apreciar nem votar nem esta (criação do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, área e especialização em Educação e Intervenção Social – Doc. nº 53/2006) nem qualquer outra proposta de criação de Cursos de Licenciatura ou de mestrado que não se insiram no âmbito da legislação que enquadra a implementação do Processo de Bolonha. A proposta foi apresentada pelo Presidente da Mesa do Senado.

Deliberação n.º 50 de 8 de Março
Aprova a proposta de revisão das propinas dos Programas de Dou-

ramento, com parte curricular, em funcionamento na FLUC:

– Altera o ponto 2 do Despacho n.º 915/2005 (2ª série), publicado no Diário da República n.º 9, de 13 de Janeiro de 2005, que passa a ter a seguinte redacção:

– “2.1. Propina anual de € 1000, nos dois primeiros anos;

– 2.2. Propina anual de € 750, nos anos subsequentes, a pagar no acto de inscrição, até à realização das provas.”

A proposta (Doc. 54/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 51 de 8 de Março
Aprova a proposta de regulamentação da prorrogação do registo das teses de doutoramento. A proposta (Doc. 55/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 52 de 8 de Março
Aprova a proposta de Criação do Programa de Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Informação. A proposta (Doc. 63/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 53 de 8 de Março
Aprova a proposta de Criação Programa de Doutoramento Inter-Universitário em Matemática. A proposta (Doc. 64/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 54 de 8 de Março
Aprova a proposta de Criação do Programa de Doutoramento em “Direito, Justiça e Cidadania no Sec. XXI”, com reformulação do documento inicial. A proposta (Doc. 66/2006) foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 55 de 8 de Março
Aprova a proposta de atribuição do Grau de Doutor *Honoris Causa* ao Professor Immanuel Wallerstein. A proposta (Doc. 51/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 56 de 8 de Março
Aprova a proposta de criação do novo logótipo da Imprensa da Universidade de Coimbra. A proposta (Doc. 52/2006) foi apresentada pela Imprensa da Universidade.

Deliberação n.º 57 de 8 de Março
Aprova a proposta de alteração do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Letras. A proposta (Doc. 57/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

• SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 27 MARÇO 2006

Deliberação n.º 58 de 27 de Março
Aprova a proposta de adequação ao

Ciclo de Estudos Integrados conducente ao grau de Mestre em Psicologia, de acordo com o artigo 19.º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. 67/2006) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Deliberação n.º 59 de 27 de Março
Aprova as propostas de adequação dos Ciclos de Estudos conducentes aos graus de Licenciado e de Mestre em Engenharia Informática, de acordo com os artigos 9.º e 18.º, respectivamente, do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. n.º 68/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 5 ABRIL 2006

Deliberação n.º 60 de 5 de Abril
Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos seguintes membros do Senado, para integrarem o Conselho Geral do TAGV, em substituição dos eleitos em 6 de Abril de 2005.
Estudante: José Eduardo Gomes Oliveira. Funcionário: José António Cruz. Mantém-se o Doutor José Maria Amado Mendes, eleito pelos seus pares, em 6 de Abril de 2005.

Deliberação n.º 61 de 5 de Abril
Aprova a proposta de concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Senhor Presidente do Parlamento Europeu, Doutor Josep Borrell

Fontelles. A proposta (Doc. n.º 72/2006) foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 62 de 5 de Abril
Aprova a proposta de criação de dois ramos de doutoramento, a seguir identificados, e a composição das respectivas especialidades: Ramo de Doutoramento em Farmácia; Ramo de Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde. A proposta (Doc. n.º 73/2006) foi apresentada pela Faculdade de Farmácia.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 3 MAIO 2006

Deliberação n.º 63 de 3 de Maio
Ratifica o regulamento das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos.

A proposta (Doc. 75/2006) foi apresentada pela Reitoria

Deliberação n.º 64 de 3 de Maio
Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos seguintes estudantes para integrarem as Secções de Planeamento Gestão e Património e de Ensino e Pedagogia, respectivamente:
– Tiago Alexandre Ferreira Alves
– Milene Catarina Pereira Cunha

Deliberação n.º 65 de 3 de Maio
Aprova a proposta de alteração do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Letras.

Esta Deliberação revoga a Deliberação n.º 57/2006, de 8 de Março. A proposta (Doc. 76/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras

Deliberação n.º 66 de 3 de Maio
Aprova a proposta de alteração do artigo 12.º do Regulamento da Faculdade de Letras. A proposta (Doc. 77/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras

Deliberação n.º 67 de 3 de Maio
Autoriza o Reitor a proceder à alteração dos Estatutos da Fundação Museu da Ciência, aprovados pelo Senado em 7 de Dezembro de 2004 (Deliberação n.º 60/2004), tendo em vista que os Fundadores iniciais serão a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra e atendendo a todas as modificações que daí decorrem.